# DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS

**2026**

**COMISSÃO COORDENADORA PARA ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

JOANITA ODORIZZI GRANDE
**Secretaria Municipal de Educação de Rio dos Cedros**

ELTON RICARDO POFFO
**Presidente do Fórum Municipal de Educação de Rio dos Cedro**s

ANA CAROLINA MEYNACZYK
**Presidente do Conselho Municipal de Educaçã**o

ALESSANDRA PETERS
**Presidente do Fórum Municipal da Primeira Infancia**

**GRUPO DE TRABALHO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS**

Ivi Cristine Nitsche
Lucilene Maria Dadan Martines
Claudia Mossmann

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PESQUISA E DOCUMENTO FINAL**

Avalcir Bona
Tecnólogo Educacional - Secretaria Municipal de Educação de Rio dos Cedros

**SIGLAS**

**ACT – Admitido em Caráter Temporário**

**AEE – Atendimento Educacional Especializado**

**AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí**

**APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

**BNCC – Base Nacional Comum Curricular**

**CaTec – Catarinense Técnico**

**CAGR – Compound Annual Growth Rate (Taxa de Crescimento Anual Composta)**

**CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

**CEB – Câmara de Educação Básica**

**CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina**

**CEI – Centro de Educação Infantil**

**Censo 2022 – Censo Demográfico de 2022**

**CIPI – Comitê Intersetorial pela Primeira Infância**

**CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social**

**CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**CNCA – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**

**CNE – Conselho Nacional de Educação**

**CNI – Confederação Nacional da Indústria**

**COMED – Conselho Municipal de Educação**

**COVID-19 – Coronavírus Disease 2019**

**EAD – Ensino a Distância**

**ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**

**EEB – Escola de Educação Básica**

**EJA – Educação de Jovens e Adultos**

**EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental**

**ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio**

**EPT – Educação Profissional e Tecnológica**

**ETI – Educação em Tempo Integral**

**FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**

**FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**ICA – Indicador Criança Alfabetizada**

**ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços**

**IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**

**IES – Instituição de Ensino Superior**

**INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**

**INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor**

**IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo**

**IQESC – Índice de Qualidade da Educação de Santa Catarina**

**LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

**Libras – Língua Brasileira de Sinais**

**MEC – Ministério da Educação**

**PAEE – Público-Alvo da Educação Especial**

**PEE/SC – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina**

**PISA – Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)**

**PIRLS – Progress in International Reading Literacy Study (Estudo Internacional de Progresso em Leitura)**

**PME – Plano Municipal de Educação**

**PMPI – Plano Municipal pela Primeira Infância**

**PNAD-C – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**

**PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**

**PNE – Plano Nacional de Educação**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA – Projeto de Lei Ordinária**

**SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica**

**SASE – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino**

**SC – Santa Catarina**

**SED – Secretaria de Estado da Educação**

**SEMED – Secretaria Municipal de Educação**

**SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos**

**SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação**

**SRM – Salas de Recursos Multifuncionais**

**SUS – Sistema Único de Saúde**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

**TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação**

**U.E. – Unidade Escolar**

**UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação**

**UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância**

## INTRODUÇÃO

A elaboração de um Plano Municipal de Educação exige, antes de qualquer definição de metas e estratégias, uma leitura rigorosa e multidimensional da realidade educacional local. É nesse sentido que o presente diagnóstico da educação municipal de Rio dos Cedros/SC se apresenta como instrumento técnico-político de base para o novo PME 2027–2037, articulando fontes oficiais de abrangência nacional e estadual — Censo Demográfico e Censo Escolar (IBGE/INEP), IDEB, SIOPE/FUNDEB, Painel do PNE, Indicador Criança Alfabetizada, dados do TCE/SC, SINASC e Painéis Estatísticos do Censo Escolar — a dados internos da Secretaria Municipal de Educação. A convergência dessas fontes permite superar leituras fragmentadas e construir uma visão integrada do território educativo, considerando não apenas a oferta e a demanda por matrículas, mas também as condições de qualidade, equidade e permanência que estruturam a trajetória escolar dos estudantes.

Metodologicamente, o documento combina análise quantitativa de indicadores oficiais com análise qualitativa orientada pela Árvore de Problemas, metodologia adotada pelo SASE/MEC, que organiza cada eixo diagnóstico em quatro dimensões articuladas: problema, causas, descritores/evidências e consequências. Essa estrutura permite que os dados não sejam apresentados de forma meramente descritiva, mas interpretados à luz de relações causais explicitadas, de modo a evidenciar onde residem os gargalos estruturais e quais são os pontos de alavancagem para a intervenção pública. A opção por essa abordagem responde à necessidade de um diagnóstico que subsidie decisões tecnicamente fundamentadas e socialmente legitimadas, evitando tanto o empirismo quanto o voluntarismo na formulação das políticas educacionais.

O recorte analítico adotado abrange a educação básica em sua integralidade, contemplando a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação em Tempo Integral, a Educação Especial na perspectiva inclusiva e a Educação Profissional e Tecnológica, além de dimensões transversais como conectividade e cidadania digital, educação do campo, indígena e quilombola, formação e valorização docente, gestão democrática e condições de oferta. Essa

abrangência justifica-se pela natureza sistêmica do direito à educação, cuja efetivação depende da articulação entre etapas, modalidades e dimensões de política, e não de intervenções isoladas sobre segmentos específicos.

A leitura dos dados evidencia um município que, embora de pequeno porte populacional e com expressiva presença rural — cerca de 41,4% dos habitantes residem no campo, proporção muito superior à média catarinense —, apresenta avanços relevantes em indicadores selecionados, como o desempenho no Indicador Criança Alfabetizada (87% dos alunos no nível 5 em 2025, acima das médias estadual e regional), a quase universalização da formação superior licenciada entre os docentes (82,5% em 2025) e o bom desempenho relativo em infraestrutura pedagógica, a exemplo de laboratórios (superior a 96,3% das redes municipais catarinenses). Ao mesmo tempo, o diagnóstico revela tensões estruturais persistentes: a instabilidade contratual massiva do corpo docente na Educação Infantil (70,8% de professores em regime temporário), a heterogeneidade da formação inicial entre unidades, a estagnação dos índices de aprendizagem e do IDEB em patamar intermediário desde 2021, a distorção idade-série de 18,4% no Ensino Médio, a dependência externa no atendimento especializado e a fragilidade dos mecanismos de gestão democrática.

Esses elementos, tomados em conjunto, configuram um cenário que não se explica por insuficiência de oferta, mas por descontinuidades na qualidade e na equidade das condições de oferta. A não ocupação de vagas na creche, por exemplo, não decorre de falta de estrutura, mas de escolhas familiares e de condicionantes culturais, econômicos e geográficos que exigem estratégias de busca ativa e diálogo com a comunidade. Da mesma forma, a evolução positiva das matrículas na EJA (crescimento de 68,5% entre 2023 e 2025) sinaliza ampliação da demanda, mas impõe o desafio de garantir permanência e conclusão em um público cuja lógica de sobrevivência frequentemente se sobrepõe à lógica escolar.

É precisamente nesse ponto que o diagnóstico assume sua função estratégica: ao explicitar as relações causais entre rotatividade docente, formação inicial, infraestrutura, financiamento e resultados de aprendizagem, o documento oferece à comunidade escolar, aos conselhos de controle social e à gestão municipal um mapa de problemas e de suas determinações, sobre o qual as metas e estratégias

do PME 2027–2037 deverão ser construídas. A validade técnica deste diagnóstico, portanto, não se mede pela quantidade de indicadores reunidos, mas pela capacidade de orientar escolhas públicas capazes de converter os avanços já conquistados em trajetória sustentada de melhoria da qualidade educacional com equidade.

Por fim, cabe registrar que este documento não esgota a realidade educacional do município, mas estabelece uma base objetiva e transparente para o debate público e para a tomada de decisão. A ausência de dados municipais sobre determinados indicadores — como a taxa efetiva de rotatividade docente ou a trajetória acadêmica dos estudantes do ensino superior — é ela mesma um achado diagnóstico, que aponta para a necessidade de fortalecer os sistemas locais de informação e monitoramento. A efetividade do PME 2027–2037 dependerá, assim, não apenas da correção das causas aqui identificadas, mas também da institucionalização de mecanismos permanentes de avaliação e revisão das políticas, de modo que o planejamento educacional se consolide como processo contínuo e participativo, e não como documento formal desvinculado da prática cotidiana das escolas.

# DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
# DE
# RIO DOS CEDROS

**Município:** Rio dos Cedros
**Estado:** SC
**Secretaria Municipal de Educação**
**Código de IBGE: 4214706**

| Educandários | Quantidade |
|---|---|
| Escolas Municipais | 3 |
| Escolas Estaduais | 1 |
| Creche | 1 |

Fonte: IBGE 2022
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

**Territorialidade - Localização/Situação**

| Unidade | Código IBGE | Endereço | Zona | Distrito |
|---|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | 4214706 | Rua Tibério Bertoldi, 150, Centro | Urbana | Centro |
| CEI Isabel Longo | 4214706 | Rua Jorge Lacerda, 621, Centro | Urbana | Centro |
| EMEF Pref. João Floriani | 4214706 | Rua Rodolfo Busarello, 50, Rio Rosina | Rural | Rio Rosina |
| Esc. Mun. Expedicionário Servino Mengarda | 4214706 | Av. Expedicionário Anselmo Leitemperger, 4500, Cedro Central | Rural | Cedro Central |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| EEB Prof. Giovani Trentini | 4214706 | Rua Trento, 170, Divinéia | Urbana | Divinéia |

Fonte: IBGE 2022
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

**Unidades Escolares de Rio dos Cedros/SC**

| Unidades | Matriculas | Idade | Sexo | Cor/Raça | Etapa de Ensino | Necessidades Educacionais Especiais |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | 241 | 0-3 anos | 113 Fem<br>128 Masc. | 183 Brancos<br>6 Negros<br>49 Pardos<br>3 Não Declarada | Educação Infantil | 9 alunos |
| CEI Isabel Longo | 214 | 4 a 5 anos | 111 Masc.<br>103 Fem. | 168 Branco<br>40 pardos<br>2 Negros<br>4 não declarados | Educação Infantil Jardim Pré-escolar | 11 alunos |
| EMEF Pref. João Floriani | 267 | 4-14 anos | 138 Fem,<br>129 Masc. | 234 Brancos<br>1 Negro<br>26 Pardos<br>6 Não Declarado | Educação Infantil,Anos Iniciais - Anos Finais | 27 alunos |
| Esc. Mun. Expedicionário Servino Mengarda | 816 | 6 a 14 anos | 419 Masc<br>397 Fem | 645 Brancos<br>10 Negros<br>124 Pardos<br>37 não declarados | Anos Iniciais e Finais | 63 alunos |
| | 123 | EJA - EF: 48<br>EM: 75 | | | | |
| EEB Prof. Giovani Trentini | 507 | 11-17 anos | 279 Masc<br>228 Fem | 350 Branco<br>105 Pardos<br>17 Negros<br>38 Não Declarados | Anos Finais e Médio | 37 alunos |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona

Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

**Modalidade De Ensino - Educação Infantil**

| Unidade | 0-3 anos | 4-5 anos | Nro de Turmas |
|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | 241 período Integral | | 11 turmas |
| CEI Isabel Longo | | 63 Matutino<br>151 Vespertino<br>(89 alunos em tempo integral) | 3 Mat.<br>3 Vespertino<br>4 Integral |
| EMEF. Prefeito João Floriani | | 54 vespertino | 2 Turmas |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

**Modalidade De Ensino - Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA**

| Unidade | 1-5 Ano/Série | 6-9 Ano/Série | Ensino Médio | EJA |
|---|---|---|---|---|
| ESC MUN EXPEDICIONARIO SERVINO MENGARDA | **564 alunos:**<br>133 alunos 1º<br>100 alunos 2º<br>101 alunos 3º<br>99 alunos 4º<br>131 alunos 5º | **252 alunos:**<br>29 alunos 6º<br>65 alunos 7º<br>57 alunos 8º<br>61 alunos 9º | | **123 alunos:**<br>75 Ensino Médio<br><br>48 Ensino Fundamental |
| ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PREFEITO JOAO FLORIANI | **112 alunos:**<br>16 alunos 1º<br>21 alunos 2º<br>18 alunos 3º<br>32 alunos 4º<br>25 alunos 5º | **101 alunos:**<br>25 alunos 6º<br>25 alunos 7º<br>24 alunos 8º<br>27 alunos 9º | | |
| EEB PROF GIOVANI TRENTINI | **208 alunos:**<br>41 alunos 6º<br>56 alunos 7º<br>56 alunos 8º<br>52 alunos 9º | | **299 alunos:**<br>122 alunos 1º<br>103 alunos 2º<br>74 alunos 3º | |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026

Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

## 1) ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

### FAIXA ETÁRIA 0 - 3 ANOS

### PROBLEMA

“Como a matrícula de crianças de 0 a 3 anos não é obrigatória, implica pela opção das famílias em realizá-la ou não. A organização das famílias priorizando manter as crianças aos cuidados familiares, resulta em menores taxas de atendimento no município”

### ANÁLISE DESCRITIVA

Ainda que um município disponha de vagas excedentes na educação infantil, a não ocupação dessas vagas em razão da opção das famílias por não matricularem suas crianças não elimina o fato de que o acesso a essa etapa constitui a primeira dimensão do direito à educação. Tal acesso materializa-se no ingresso de bebês e crianças pequenas em instituições de ensino, possibilitando o início de sua trajetória educacional na primeira etapa da educação básica — creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro e cinco anos). Nesse cenário, a oferta de vagas, por si só, não garante a efetivação do direito, o que evidencia a necessidade de se investigarem e enfrentarem os fatores que levam as famílias à não matrícula, tais como condicionantes culturais, econômicos, geográficos, de qualidade percebida ou de desconhecimento acerca da relevância dessa etapa formativa.

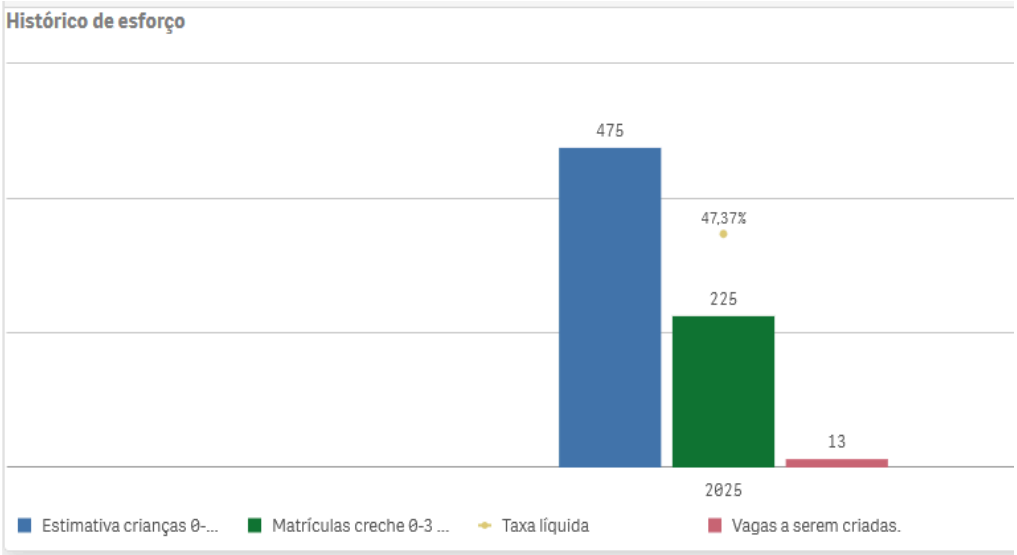
Observando-se o suplemento anual de educação da Pnad-C, desde 2019, que além de coletar informações acerca da frequência de crianças de 0 a 3 anos à creche, identifica os principais motivos declarados pelos responsáveis para a não frequência de suas crianças nessa faixa etária a essa etapa de ensino. Conforme dados do IBGE, em 2023, 39% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam a creche, enquanto 61% não a frequentavam.

Enquanto muitos municípios brasileiros enfrentam o desafio de falta de vagas na educação infantil, Rio dos Cedros segue na contramão dessa realidade. O município tem adotado medidas concretas para garantir não apenas a oferta, mas a efetiva ocupação das vagas, especialmente na creche (0 a 3 anos), faixa em que a matrícula não é obrigatória e onde a adesão costuma ser menor.

Dados do próprio município indicam que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) realiza o cadastro de interessados diretamente nas unidades escolares e assegura atendimento em tempo hábil, **não havendo fila de espera** para a educação infantil. Essa postura contrasta com a lógica da simples oferta passiva de vagas: Rio dos Cedros atua ativamente para que as famílias conheçam, acessem e ocupem as vagas disponíveis.

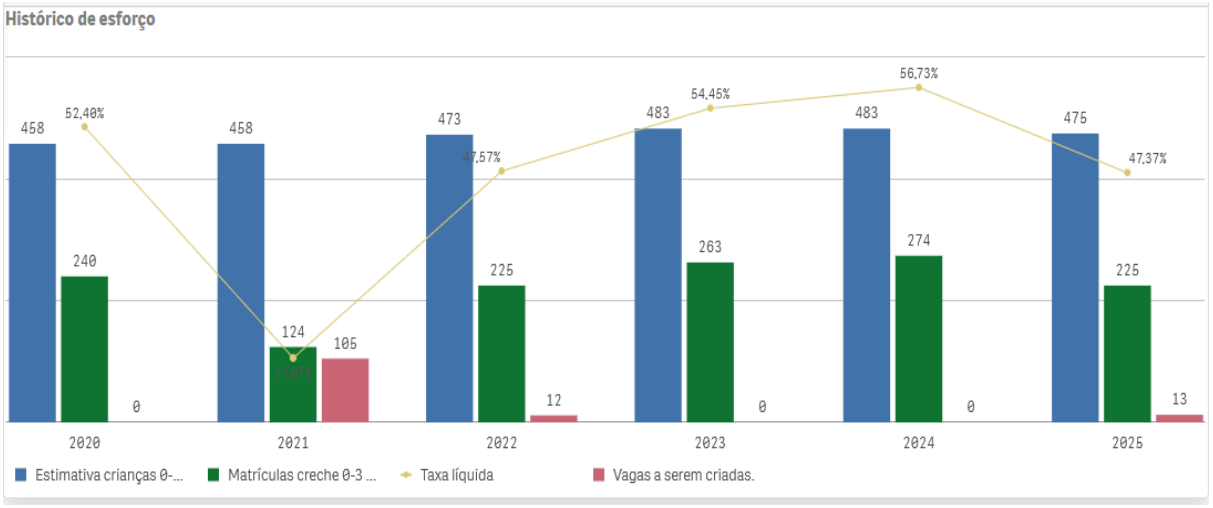
A não ocupação de vagas portanto nada mais é que a opção das famílias por não, solicitarem ou ocuparem vagas, que cujo Tribunal de Contas de SC, identifica como vagas a serem criadas, conforme tabela a seguir:

**Número de matrículas de 0 a 3 anos em Rio dos Cedros/SC - 2025**




Fonte: https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br
Data da Coleta: 21/09/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br

**Evolução de Matrículas nos últimos 5 anos em Rio dos Cedros/SC**




Fonte: https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br
Data da Coleta: 21/09/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br

Todas as matrículas de crianças de 0 a 3 anos na creche são ofertadas em tempo integral, o que reforça o compromisso do município com as políticas públicas para o desenvolvimento global da primeira infância. Essa característica amplia o alcance da política pública, pois atende não apenas à dimensão educacional, prevista pela legislação-lei, mas também às necessidades de cuidado e às demandas das famílias que trabalham, contribuindo para a permanência das crianças nas unidades de educação infantil e para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade.

**Modalidade De Ensino - Educação Infantil - 2025**

| Unidade | 0-3 anos | Nro de Turmas |
|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | 241 período Integral | 11 turmas |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

A síntese descritiva das unidades e matrículas analisadas evidencia um panorama detalhado do perfil do CEI Criança Feliz, que reúne 241 matrículas de crianças de

0 a 3 anos, distribuídas de forma mediana entre meninas e meninos, com singularidades de predominância raciais e poucas não declarações. Todas as matrículas estão vinculadas à etapa de Educação Infantil, e o registro indica alunos com Necessidades Educacionais Especiais, o que demonstra a importância de se considerar tanto a diversidade sociodemográfica quanto a inclusão no planejamento e na oferta educacional da unidade

**Características da  Educação Infantil - 0 a 3 anos - 2025**

| Unidades | Matrículas | Idade | Sexo | Cor/Raça | Etapa de Ensino | Necessidades Educacionais Especiais |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | 241 | 0-3 anos | 113 Femininos<br><br>128 Masculinos | 183 Brancos<br><br>6 Negros<br><br>49 Pardos<br><br>3 Não Declarada | Educação Infantil | 9 alunos |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

O atendimento de 0 a 3 anos apresenta infraestrutura parcialmente adequada às exigências legais da Educação Infantil, com disposição de equipamentos de acessibilidade, atendendo ao disposto na Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que assegura o direito à educação em ambientes acessíveis e inclusivos, bem como aos princípios da Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), que preconiza condições adequadas ao desenvolvimento integral na primeira infância.

Acesso à internet, disponível aos profissionais da educação, amplia a ação e ajuda a eliminar  lacunas relevantes nos recursos pedagógicos e tecnológicos, conforme

as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que enfatizam a importância de ambientes diversificados e de práticas educativas que envolvam interações, brincadeiras e exploração de diferentes linguagens.

Cenário que evidência as necessidades de investimentos em espaços complementares de aprendizagem e em conectividade pedagógica, de modo a alinhar a oferta da unidade aos marcos legais e às demandas contemporâneas da Educação Infantil, conforme também preconiza a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

**Infraestrutura na Educação Infantil 2025 - Rio dos Cedros/SC**

| U.E. | Infraestrutura | Recursos tecnológicos | Biblioteca | Quadra | Laboratórios | Acessibilidade |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | Banheiro: **SIM** | Internet Alunos: **NÃO**<br><br>Acesso a Internet: **SIM** | **SIM** | **NÃO** | Lab. Informática: **NÃO**<br><br>Lab. Ciências: **NÃO** | Banheiro PCD: **SIM** |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

## FAIXA ETÁRIA 4 - 5 ANOS

### PROBLEMA

“O maior desafio desta etapa é a busca ativa, que consiste na localização e inclusão de crianças em idade escolar, uma vez que há mobilidade constante das famílias dificulta o processo de localização. “

### ANÁLISE DESCRITIVA

Conforme estabelece a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), o acesso à educação pública não pode ser condicionado à situação migratória ou à apresentação de documentação, sendo vedada qualquer discriminação em razão da nacionalidade. A Resolução CNE/CEB nº 1/2020 reforça esse direito ao determinar a matrícula

imediata de crianças e adolescentes migrantes, refugiados e apátridas, mesmo na ausência de histórico escolar, com avaliação para classificação na etapa adequada.

Na prática, muitos municípios do Brasil enfrentam fluxos migratórios significativos, o que demonstra que a busca ativa eficaz para esse público exige abordagem intersetorial, com visitas domiciliares, quebra de barreiras burocráticas e orientação às famílias sobre o funcionamento do sistema educacional brasileiro. Dessa forma, a busca ativa de crianças migrantes não se esgota na matrícula, mas demanda acompanhamento contínuo para assegurar permanência e aprendizagem, considerando as especificidades linguísticas e culturais desse público.

Em Rio dos Cedros/SC, a gestão municipal tem adotado a busca ativa como instrumento estratégico para assegurar a matrícula de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, faixa em que a educação básica é obrigatória e a matrícula é dever dos pais ou responsáveis, conforme a Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB e estabeleceu a obrigatoriedade a partir dos 4 anos.

Essa atuação contraria a tendência nacional diagnosticada pelo TCU, segundo a qual 45% dos municípios fiscalizados não realizam busca ativa, deixando de identificar crianças fora da escola quando não há demanda manifesta das famílias. Ao realizar busca ativa, Rio dos Cedros materializa a determinação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que prevê expressamente a promoção da busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola em parceria com órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância. A metodologia da Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo UNICEF e pela Undime com apoio do MEC, orienta os municípios a identificar bebês e crianças fora da unidade de educação infantil, mapear os motivos da não frequência e acionar intersetorialmente os serviços públicos para garantir a matrícula e a permanência. Dessa forma, Rio dos Cedros não se limita a aguardar a procura espontânea das famílias, mas assume ativamente a responsabilidade de localizar as crianças de 4 e 5 anos que estejam fora da pré-escola, assegurando o cumprimento do direito à educação e do dever estatal de recensear e fazer a chamada pública, conforme disposto no artigo 5º, § 1º, incisos I e II, da LDB.

**Modalidade De Ensino - Educação Infantil**

| Unidade | 0-3 anos | 4-5 anos | Nro de Turmas |
|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | 241 período Integral | | 9 turmas |
| CEI Isabel Longo | | 63 Matutino<br>151 Vespertino<br>(89 alunos em tempo integral) | 4 Mat.<br>7 Vespertino |
| EMEF. Prefeito João Floriani | | 54 vespertino | 2 Turmas |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

**Instrumentalização e Recursos da Unidades de Ensino Infantil**

| | Infraestrutura | Recursos tecnológicos | Biblioteca | Quadra | Laboratórios | Acessibilidade |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CEI Isabel Longo | Banheiro: **SIM** | Internet Alunos: **NÃO**<br><br>Acesso a Internet: **SIM** | **SIM** | **SIM** | Lab. Informática: **NÃO**<br><br>Lab. Ciências: **NÃO** | Banheiro PCD: **SIM** |
| ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAM | Banheiro: **SIM** | Internet Alunos: **SIM**<br><br>Acesso a | **SIM** | **SIM** | Lab. Informática: **SIM**<br><br>Lab. | Banheiro PCD: **SIM** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ENTAL PREFEITO JOÃO FLORIANI | | Internet: **SIM** | | | Ciencias: **SIM** | |

Fonte: EDUCACENSO
Data coleta: 14/09/2026
Responsável pela Coleta: Avalcir Bona
Evidência:
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

**ANÁLISE CAUSAL**

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o acesso à educação infantil passou a integrar as metas do primeiro Plano Nacional de Educação aprovado por lei (Brasil, 2001) – o PNE 2001-2010.

Plano que estabelecia a ampliação da oferta de creches e pré-escolas como prioridade, determinando metas progressivas de atendimento: 30% da população de até 3 anos e 60% das crianças de 4 a 6 anos em cinco anos, chegando a 50% e 80%, respectivamente, ao final da década. No entanto, para efeito da distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb), criado pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, não eram contabilizadas as matrículas da educação infantil nem as do ensino médio, uma vez que o Fundeb havia sido instituído com foco exclusivo no ensino fundamental. Essa exclusão financeira comprometeu a capacidade dos municípios de expandir a oferta de creches, especialmente em municípios de pequeno porte como Rio dos Cedros/SC, que, segundo dados do IBGE (Censo 2022), possui 10.844 habitantes e depende diretamente do repasse de recursos vinculados para garantir o atendimento educacional em todas as etapas que lhe competem constitucionalmente.

O município também demonstra preocupação com a qualidade e a equidade da oferta. A Educação estabelece diretrizes operacionais para a educação infantil com foco em acesso, permanência, infraestrutura adequada e processos pedagógicos que promovam o desenvolvimento integral dos bebês e crianças.

A estrutura municipal conta com três unidades de educação infantil — CEI Isabel Longo (4 e 5 anos), CEI Criança Feliz (0 a 3 anos) e a Unidade de Educação Infantil da EMEF Prefeito João Floriani (4 a 5 anos) —, todas da rede municipal, o que facilita a gestão integrada da demanda e da oferta . Além disso, o município institucionalizou, em julho de 2026, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) para o decênio 2026-2036, com eixos que incluem o Direito à Educação e metas específicas para ampliar o atendimento em creche. A criação do Comitê Intersetorial da Primeira Infância (CIPI), com representação de diversas secretarias e da sociedade civil, reforça o compromisso de transformar a política de primeira infância em ação contínua e monitorada.

## 2) QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

### PROBLEMA

“A qualidade da educação infantil é afetada pela alta rotatividade e pelo alto índice de afastamento dos profissionais por atestado médico. Ainda, pela necessidade de organizar a escalabilidade dos profissionais da educação para o atendimento diário, assim como a formação inicial destes profissionais.”

### ANÁLISE DESCRITIVA

A qualidade da Educação Infantil em Rio dos Cedros, embora ancorada em um marco normativo municipal consistente, enfrenta tensões estruturais decorrentes da alta rotatividade e da formação inicial dos profissionais — dois fatores que a literatura aponta como determinantes para a continuidade pedagógica e para a efetividade das interações educativas. Dados nacionais revelam que a rotatividade no cargo de professor de nível médio na Educação Infantil atinge 47,3% (https://www.salario.com.br/profissao/professor-de-nivel-medio-na-educacao-infantil-cbo-331105/) , enquanto 17,6% dos docentes da etapa não possuem ensino superior completo .

No que se refere especificamente ao desenvolvimento infantil, pesquisas realizadas em instituições que cumprem critérios de bom atendimento identificaram que a baixa rotatividade de profissionais é um dos fatores que contribuem para o desempenho satisfatório de crianças em habilidades de linguagem e pessoal-social (https://educa.fcc.org.br/pdf/de/v12n36/v12n36a12.pdf#3#3).

Em contrapartida, a alta rotatividade “impede que o docente desenvolva estratégias de aproximação ano após ano com os discentes e a comunidade”, prejudicando a consolidação de projetos pedagógicos e a formação de vínculos.(https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/1131a2d7-0c6c-45e7-9c1d-5a9aa681ee14/content#22#15).

O Conselho Municipal de Educação de Rio dos Cedros publicou, em 17 de dezembro de 2025, a Resolução nº 003/2025, que institui as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino. A norma foi elaborada tendo como referência os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil, publicados pelo

Ministério da Educação em 2024, e busca traduzir o marco federal em critérios aplicáveis à realidade local, conforne Resolução nº 003/2025 – COMED: Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade de 17 de dezembro de 2025. (https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2025/12/1765982874_resoluo_comed_003_2025__diretrizes_operacionais_para_qualidade_e_equidade_na_educao_infanil_2025_plauto__reviso_final_dia_14_05251_extrato.pdf#3#1).

A mesma Resolução nº 003/2025 do COMED, define que qualidade a partir de dimensões que incluem “desenvolvimento profissional” e “condições de trabalho adequadas”, mas o próprio texto normativo não estabelece mecanismos específicos de enfrentamento à rotatividade nem metas locais de formação inicial. A ausência de dados públicos municipais sobre esses indicadores impede uma mensuração precisa, mas a arquitetura normativa e o contexto regional permitem identificar onde residem os principais riscos à qualidade.

A instituição de as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino, como norma elaborada tem como referência os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação em 2024, e busca traduzir o marco federal em critérios aplicáveis à realidade local.

A resolução define qualidade da Educação Infantil como a capacidade dos sistemas e instituições de assegurar:

| Dimensão | Conteúdo |
|---|---|
| Acesso e permanência | Ingresso e continuidade de bebês e crianças na Educação Infantil |
| Infraestrutura e condições pedagógicas | Condições materiais e pedagógicas adequadas ao público atendido e ao trabalho integrado de cuidar e educar |

| | |
|---|---|
| Ambientes e interações | Organização planejada dos ambientes e das interações que promovam aprendizagem e desenvolvimento |
| Desenvolvimento profissional | Formação continuada para equipes gestoras, professoras e auxiliares, com condições de trabalho adequadas |
| Gestão democrática | Gestão participativa que responda às demandas da comunidade educativa |
| Avaliação e acompanhamento | Monitoramento contínuo da aprendizagem e do desenvolvimento, tendo a BNCC como referência |

Formação e Vínculo Contratual dos Docentes de Rio dos Cedros/SC

| **Unidade Escolar** | **Docentes** | **Formação** | **Vínculo** |
|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | **15** | 15 Graduação<br>15 Licenciatura<br>9 especial | 6 Efetivos<br>10 Admitidos em Caráter Temporário |
| CEI Isabel Longo | 17 | 15 Graduação<br>14 Licenciatura<br>2 sem licenciatura<br>7 Especialização<br>8 sem/graduação | 7 Efetivos<br>10 Admitidos em Caráter Temporário |
| ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PREFEITO JOÃO FLORIANI | **16** | 14 Graduação<br>14 Licenciatura<br>6 Especial<br>8 sem pos<br>2 Ensino Médio | 4 Efetivos<br>14 Admitidos em Caráter Temporário |

Fonte: Microdados do EDUCASENSO 2025

Data da Coleta: 21/09/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

No ano de 2026, foi instituído Plano Municipal pela Primeira Infância: marco intersetorial 2026–2036, de 30 de julho de 2026, o município deu um passo além da política educacional setorial ao instituir, por meio do Decreto nº 3.866, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) , com vigência 2026–2036 e abrangência sobre crianças de 0 a 6 anos.

O plano organiza-se em cinco eixos prioritários:

1. Direito à saúde
2. Direito à assistência social
3. Direito à educação
4. Direito à cidade, mobilidade e ambiente
5. Direito à cultura, esporte e lazer

A coordenação cabe ao Comitê Intersetorial pela Primeira Infância (CIPI) , tendo a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) como secretaria executiva. O CIPI reúne representantes das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Turismo, Infraestrutura e Fazenda, além de CMDCA, COMED, CMAS, Conselho Tutelar e representantes das famílias das crianças.

O documento aponta a importância da articulação da educação com os vários setores administrativos, como a Saúde e Assistência Social.

A primeira contemplando os cuidados do “bom” nascimento e seu crescimento, principalmente  ao se observar as taxas de natalidade e mortalidade infantil e a segunda nos cuidados sociais familiares.

**Número de Nascidos Vivos (SINASC)**

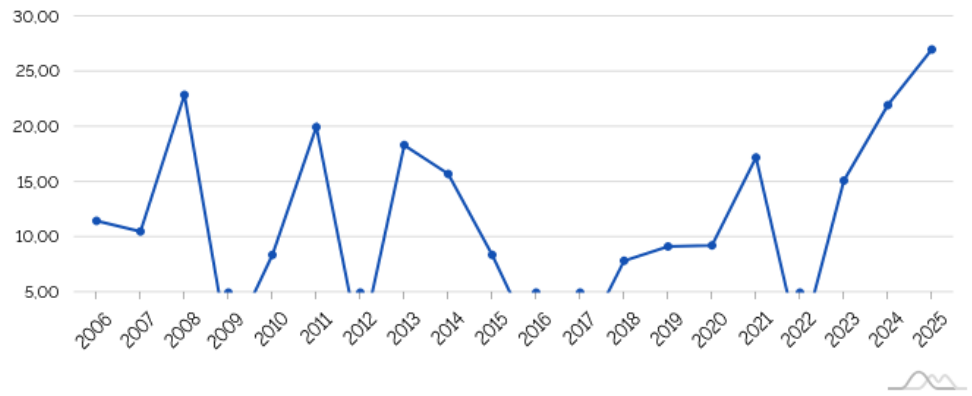
| Ano | Nascidos Vivos |
|---|---|
| 2017 | 99 |
| 2018 | 127 |

| | |
|---|---|
| 2019 | 109 |
| 2020 | 108 |

Fonte:Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)
Data da Coleta: 21/09/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
http://sinasc.saude.gov.br/

**Nota**: A taxa de natalidade (por mil habitantes) não está diretamente disponível nos resultados. Para cálculo aproximado com base na população de ~10.865 hab. (2022): **Taxa de Natalidade ≈ 9,9–11,7‰** (considerando a faixa de 108–127 nascidos vivos/ano).

**Evolução da Curva de Mortalidade Infantil**




Fonte:Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)
Data da Coleta: 21/09/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
http://sinasc.saude.gov.br/

Por fim existe a necessidade de monitoramento e avaliação anuais, com indicadores e metas previstos em anexo, e relatórios públicos encaminhados ao CMDCA, COMED, Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social e Câmara de Vereadores.

**Infraestrutura Escolares da Rede Municipal de Educação de Rio dos Cedros/SC - 2025.**

| Unidades Educacionais | Infraestrutura | Recursos tecnológicos | Biblioteca | Quadra | Laboratórios | Acessibilidade |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CEI Criança Feliz | Banheiro: **SIM** | Internet Alunos: **NÃO**<br><br>Acesso a Internet: **SIM** | **SIM** | **NÃO** | Lab. Informática: **NÃO**<br><br>Lab. Ciências: **NÃO** | Banheiro PCD: **SIM** |
| CEI Isabel Longo | Banheiro: **SIM** | Internet Alunos: **NÃO**<br><br>Acesso a Internet: **SIM** | **SIM** | **SIM** | Lab. Informática: **NÃO**<br><br>Lab. Ciências: **NÃO** | Banheiro PCD: **SIM** |
| ESC MUN EXPEDICIONARIO SERVINO MENGARDA | Banheiro: **SIM** | Internet Alunos: **SIM**<br><br>Acesso a Internet: **SIM** | **SIM** | **SIM** | Lab. Informática: **SIM**<br><br>Lab. Ciências: **SIM** | Banheiro PCD: **SIM** |

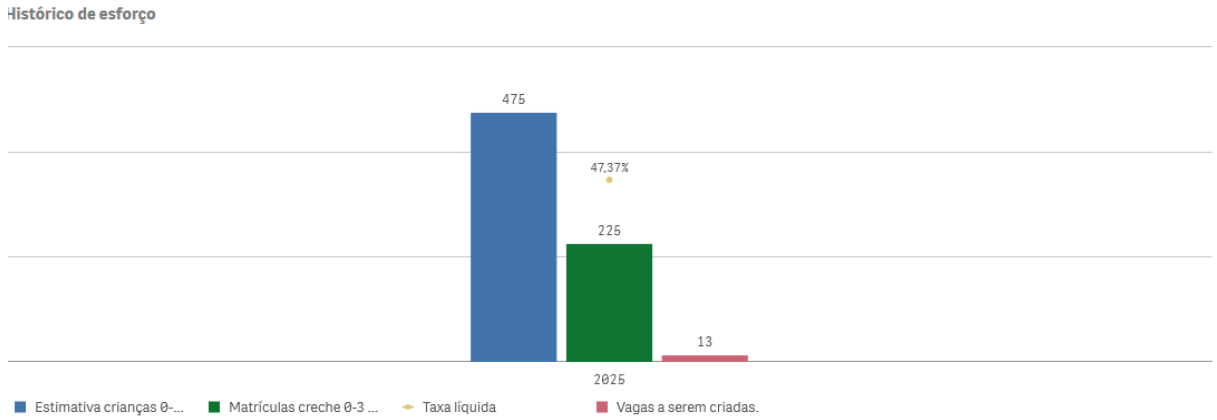
Fonte: Microdados do EDUCACENSO 2025
Data da Coleta: 21/09/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar

**População abaixo de 10 anos em Rio dos Cedros - 2025**

| Faixa Etária | Masculino | Feminino | Total |
|---|---|---|---|
| 0 a 4 anos | 379 | 362 | **741** |
| 5 a 9 anos | 369 | 361 | **730** |
| **Total** | 748 | 723 | 1471 |

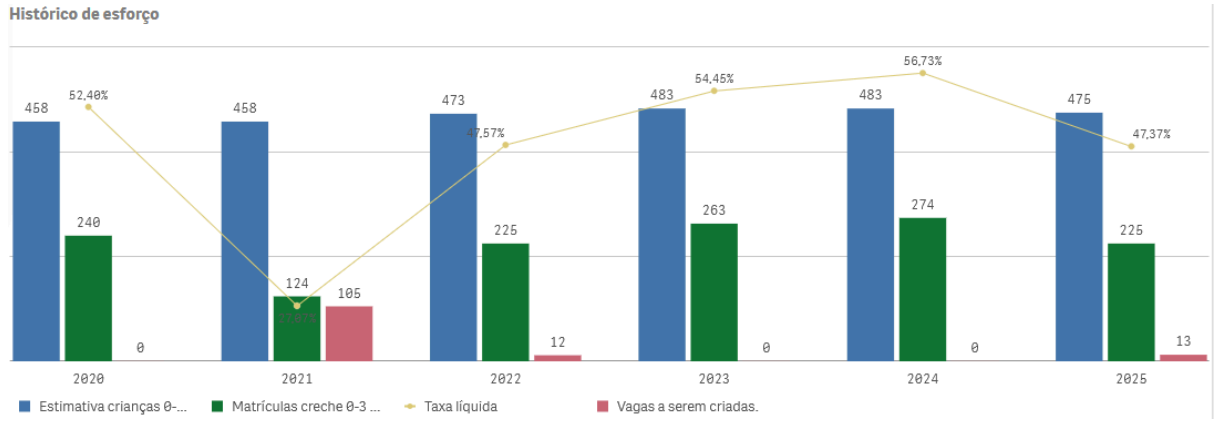
Fonte: SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
Data da Coleta: 21/09/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
*http://tabnet.datasus.gov.br*

## Números e Matrículas em 2025 - Rio dos Cedros/SC




Fonte: TEC SC - Tribunal de Contas de Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PneMeta01/index.html

## Evolução de Matrículas último 5 anos - Rio dos Cedros/SC




Fonte: TEC SC - Tribunal de Contas de Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PneMeta01/index.html

## ANÁLISE CAUSAL

A qualidade da Educação Infantil em Rio dos Cedros/SC, embora ancorada em um marco normativo municipal consistente, enfrenta tensões estruturais que comprometem sua efetividade. A Resolução nº 003/2025 do Conselho Municipal de Educação (COMED), publicada em 17 de dezembro de 2025, instituiu as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no Sistema

Municipal de Ensino, tendo como referência os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil publicados pelo Ministério da Educação em 2024.

A norma define qualidade a partir de seis dimensões interdependentes: acesso e permanência; infraestrutura e condições pedagógicas; ambientes e interações planejadas; desenvolvimento profissional e condições de trabalho adequadas; gestão democrática; e avaliação e acompanhamento contínuo.

No entanto, a análise causal dos dados disponíveis revela que duas variáveis estruturais — a alta rotatividade dos profissionais da educação e a insuficiência da formação inicial — operam como mecanismos que impedem a realização plena das dimensões previstas no próprio marco normativo.

A rotatividade docente na Educação Infantil não é um fenômeno administrativo neutro; ela interrompe mecanismos causais específicos que sustentam a qualidade educativa. Em âmbito nacional, dados do mercado de trabalho referentes a 2026 indicam que a taxa de rotatividade para o cargo de professor de nível médio na Educação Infantil atinge 47,3%, classificada como alta. A literatura acadêmica demonstra que a baixa rotatividade de profissionais é um dos fatores que contribuem para o desempenho satisfatório de crianças em habilidades de linguagem e pessoal-social.

Em contrapartida, a alta rotatividade impede que o docente desenvolva estratégias de aproximação ano após ano com os discentes e a comunidade, prejudicando a consolidação de projetos pedagógicos e a formação de vínculos. Para crianças pequenas, a relação de apego com o professor é constitutiva do desenvolvimento, e a sua interrupção recorrente compromete a estabilidade emocional e a continuidade das interações educativas.

No caso específico de Rio dos Cedros, os dados sobre vínculo contratual dos docentes revelam um quadro de instabilidade estrutural.

Das três unidades de Educação Infantil do município, o CEI Criança Feliz conta com 15 professores, dos quais 6 são efetivos e 10 são Admitidos em Caráter Temporário (ACT), representando 66,7% do corpo docente.

O CEI Isabel Longo possui 17 professores, sendo 7 efetivos e 10 ACTs, o que corresponde a 58,8%.

A EMEF Prefeito João Floriani, que também atende a Educação Infantil, tem 16 professores, dos quais 4 são efetivos e 14 são ACTs, totalizando 87,5%. No conjunto das três unidades, 34 dos 48 professores são ACTs, ou seja, 70,8% do corpo docente atua sob regime de contratação temporária.

Conforme dados do TCE/SC,  percentuais assim configuram um quadro de instabilidade contratual massiva, criando uma probabilidade elevada e sistemática de rotatividade anual, uma vez que contratos temporários não garantem continuidade de emprego além do ano letivo. A situação de Rio dos Cedros não é isolada: dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina mostram que a rede estadual tinha, em 2024, apenas 27,83% de professores efetivos contra 72,17% de temporários, muito distante da meta legal de 80% de efetivos. (https://consulta.tce.sc.gov.br/Diario/dotc-e2023-05-29.pdf#16#7)

A formação inicial dos profissionais constitui a segunda variável causal relevante. Os dados locais mostram que a formação não é homogênea entre as unidades. No CEI Criança Feliz, todos os 15 professores possuem graduação e licenciatura. No CEI Isabel Longo, 8 dos 17 professores não possuem graduação completa, e 2 não possuem licenciatura.

Na EMEF Prefeito João Floriani, 2 dos 16 professores possuem apenas Ensino Médio. Esses números indicam que uma parcela significativa dos profissionais, especialmente no CEI Isabel Longo, não atingiu o padrão formativo que a própria Resolução do COMED estabelece como condição de qualidade. Em âmbito nacional, 17,6% dos docentes da Educação Infantil não possuem ensino superior completo, e a etapa é justamente a que apresenta maior proporção de docentes sem formação superior em relação ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Considerando-se que a formação inicial opera como condição prévia para a prática pedagógica de qualidade, pois sem ela o professor não dispõe dos marcos teóricos necessários para observar e interpretar o desenvolvimento infantil, planejar ambientes e interações intencionais, e documentar e avaliar processos de aprendizagem.

O cruzamento entre os dados locais e a literatura permite formular três proposições causais. A primeira é que a alta proporção de ACTs gera rotatividade anual sistemática, interrompendo a continuidade pedagógica e os vínculos socioemocionais, especialmente na faixa de 0 a 3 anos, atendida pelo CEI Criança Feliz, onde 10 de 15 professores são ACTs.

A segunda é que a formação inicial insuficiente em uma unidade específica compromete a dimensão “ambientes e interações” prevista na resolução, uma vez que professores sem graduação completa podem não ter sido expostos aos marcos teóricos sobre desenvolvimento infantil necessários para planejar interações intencionais.

A terceira é que a ausência de mecanismos municipais de retenção torna a rotatividade endêmica, pois a Resolução nº 003/2025 prevê “desenvolvimento profissional permanente e condições de trabalho adequadas”, mas não estabelece mecanismos específicos para estabilizar o quadro docente, como concursos, planos de carreira atrativos ou incentivos à permanência.

O município deu um passo relevante em 2026 ao instituir, por meio do Decreto nº 3.866, de 30 de julho de 2026, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), com vigência 2026–2036 e abrangência sobre crianças de 0 a 6 anos. O plano organiza-se em cinco eixos prioritários — direito à saúde, direito à assistência social, direito à educação, direito à cidade, mobilidade e ambiente, e direito à cultura, esporte e lazer — e é coordenado pelo Comitê Intersetorial pela Primeira Infância (CIPI), tendo a Secretaria Municipal de Educação como secretaria executiva. O decreto exige monitoramento e avaliação anuais, com indicadores e metas previstos em anexo, e relatórios públicos encaminhados ao CMDCA, COMED, Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social e Câmara de Vereadores. O documento aponta a importância da articulação da educação com os vários setores administrativos, como a Saúde e a Assistência Social, a primeira contemplando os cuidados do “bom” nascimento e seu crescimento, e a segunda nos cuidados sociais familiares. Os dados de nascidos vivos do SINASC mostram que o município registrou 99 nascidos vivos em 2017, 127 em 2018, 109 em 2019 e 108 em 2020, com taxa de natalidade aproximada de 9,9 a 11,7 por mil habitantes, considerando a população de cerca de 10.865 habitantes.

A análise causal permite concluir que a qualidade da Educação Infantil em Rio dos Cedros está estruturalmente condicionada por dois fatores que a própria resolução municipal identifica como relevantes, mas não enfrenta diretamente: a instabilidade contratual massiva do corpo docente e a heterogeneidade da formação inicial entre as unidades. A resolução estabelece o objetivo desejado — qualidade, equidade, desenvolvimento profissional —, mas os meios causais para alcançá-lo, ou seja, estabilidade contratual e formação adequada, permanecem, segundo os dados disponíveis, ausentes ou insuficientes.

A ausência de dados públicos municipais sobre a taxa efetiva de rotatividade e sobre a qualidade da formação inicial impede uma mensuração precisa, mas a arquitetura normativa e os indicadores disponíveis permitem identificar onde residem os principais riscos à qualidade. Análises causais mais robustas exigiram dados longitudinais de movimentação docente e avaliações padronizadas de desenvolvimento infantil, que permitiriam verificar em que medida a rotatividade e a formação inicial afetam diretamente os resultados das crianças atendidas na rede municipal.

## 3) ALFABETIZAÇÃO

### PROBLEMA

Constata-se que crianças do 2º ano do ensino fundamental não estão totalmente alfabetizadas, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes nos anos subsequentes de escolarização e a trajetória regular. Persistem desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico e as em situação de vulnerabilidade social, incluindo famílias mais humildes de baixa escolaridade com menos acesso aos estímulos gráficos e materiais impressos, além de estudantes portadores de neuro divergência e demais comorbidades.

### ANÁLISE DESCRITIVA

Os dados da Avaliação da Alfabetização 2025 (Indicador Criança Alfabetizada – ICA) revelam que Rio dos Cedros/SC, mesmo diante do problema identificado — crianças do 2º ano do ensino fundamental que ainda não estão totalmente alfabetizadas, com desigualdades persistentes entre famílias de baixa renda e menor escolaridade, com acesso reduzido a estímulos gráficos e materiais impressos, além de estudantes neurodivergentes e com comorbidades —, alcançou resultados expressivos.

O município registrou 92% de participação na avaliação e 87% dos alunos no nível 5 (alfabetizados), demonstrando que, apesar das fragilidades apontadas, a rede municipal tem obtido êxito significativo no processo de alfabetização na idade certa.

Esse desempenho coloca Rio dos Cedros acima da média estadual de Santa Catarina (63%) e acima da média de sua associação regional, a AMMVI (71,6%), evidenciando que as ações pedagógicas e o acompanhamento das aprendizagens têm surtido efeito positivo.

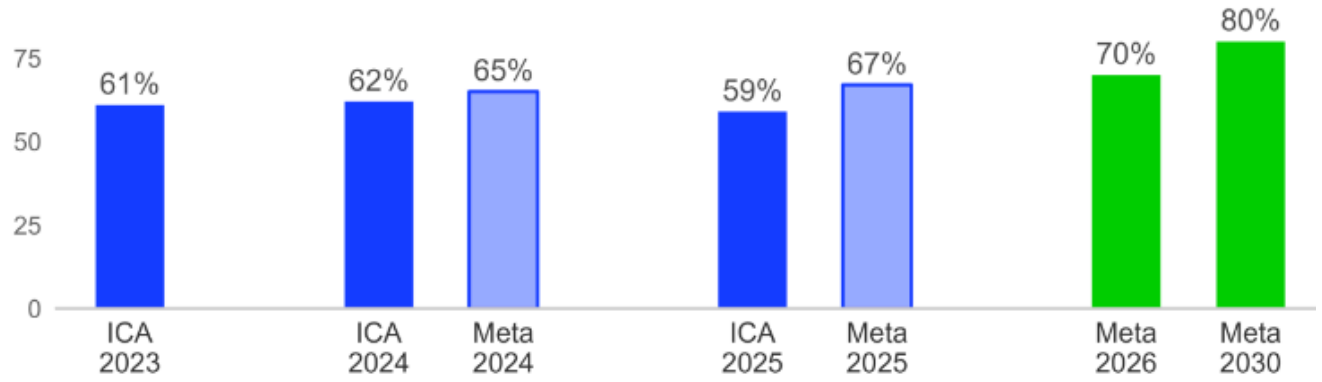
Contudo, os 13% de estudantes que ainda não atingiram o nível 5 e os 8% que não participaram da avaliação representam um desafio a ser enfrentado, especialmente porque tendem a se concentrar justamente nos grupos mais vulneráveis já citados.

Assim, reconhece-se o avanço conquistado, sem deixar de lado a necessidade de estratégias focalizadas para garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas ao final do 2º ano, assegurando equidade e continuidade regular de suas trajetórias escolares.

**Nota sobre a fonte:** Os resultados por município do Indicador Criança Alfabetizada (ICA) 2025 foram divulgados pelo Inep em 31 de março de 2026, com base nas avaliações aplicadas pelos sistemas estaduais no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)

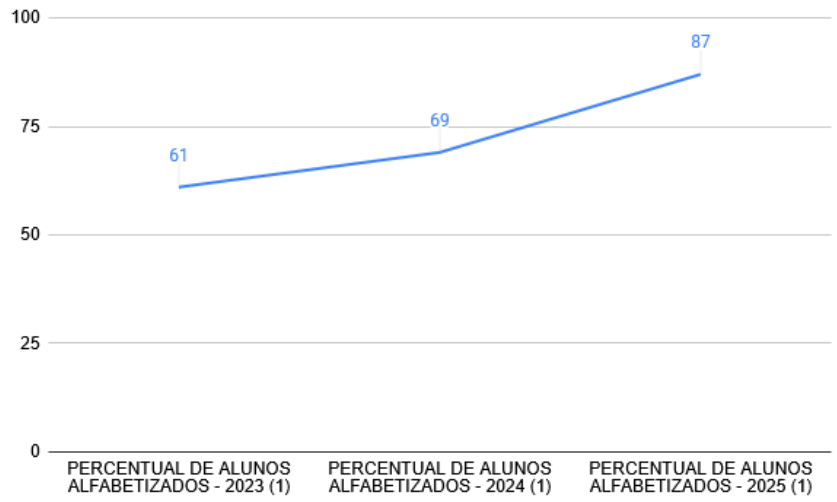
Em 2025 92% de participação, atingiu 87% dos alunos no nível 5 (alfabetizados).

**Indicador Criança Alfabetizada - 2025**



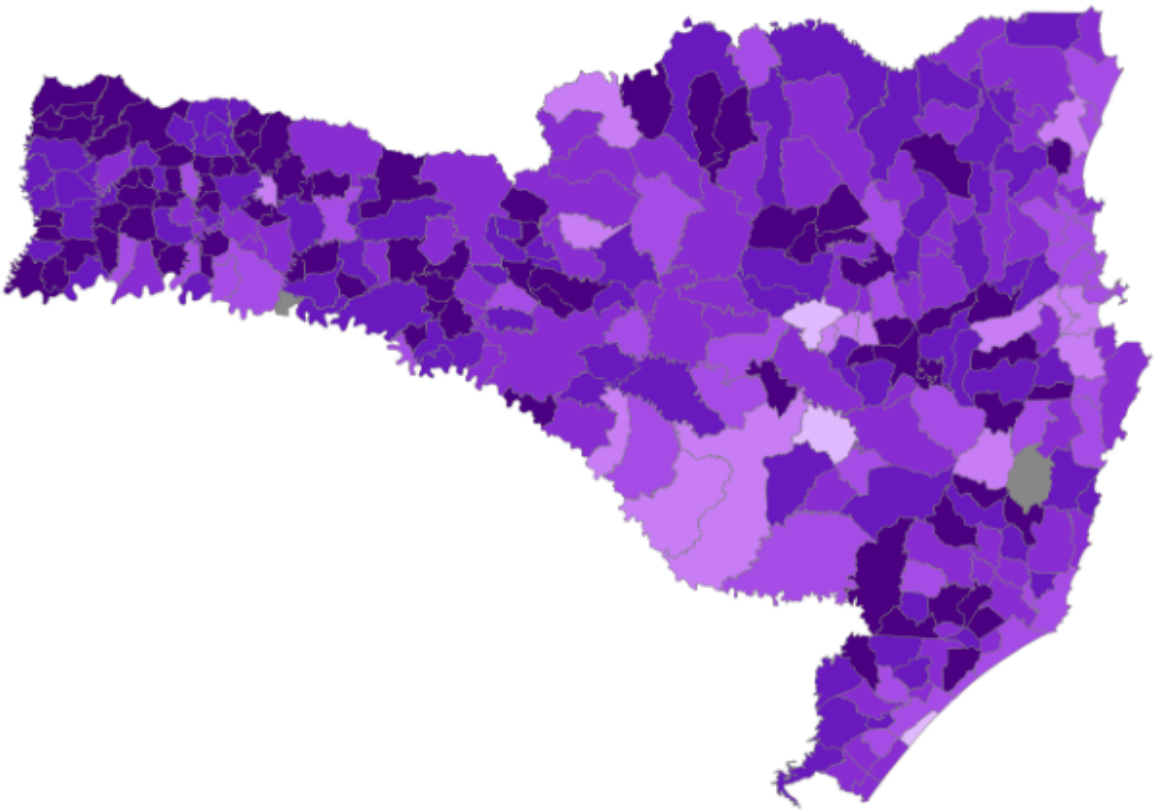

Fonte: **Indicador Criança Alfabetizada: Santa Catarina – 2025**
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/indicador-crianca-alfabetizada-2025/arquivos/santa-catarina-sc#1#1

## Evolução do nível de alfabetização - Triênio 2023-2025

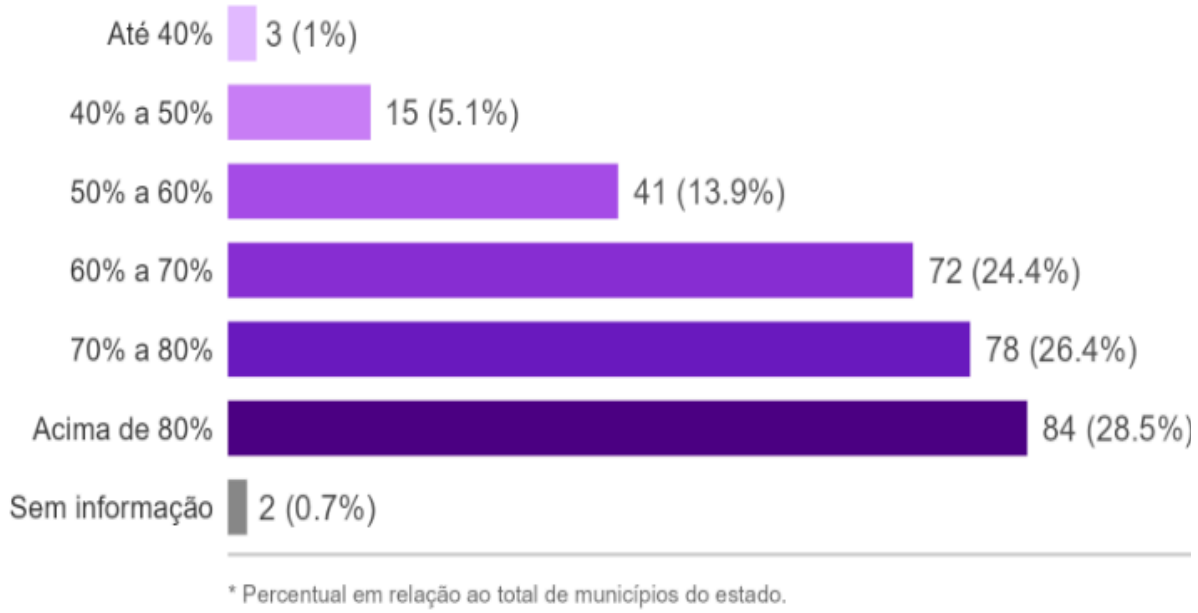



Fonte: **Indicador Criança Alfabetizada: Santa Catarina – 2025**
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/indicador-crianca-alfabetizada-2025/arquivos/santa-catarina-sc#1#1

## Municípios segundo faixas do Indicador Criança Alfabetizada - 2025



Número de Municípios segundo faixas do indicador Criança Alfabetizada - 2025




Fonte: **Avaliação da Alfabetização: Resultados**
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados

A distribuição dos municípios de Santa Catarina segundo faixas de desempenho no Indicador Criança Alfabetizada (ICA) 2025, divulgado pelo Inep. Observa-se distribuição assimétrica positiva, com concentração nas faixas superiores: 78 municípios (26,4%) situam-se entre 70% e 80%, e 84 (28,5%) acima de 80%, totalizando 162 municípios (54,9%) com índices superiores a 70%. A moda concentra-se na faixa "Acima de 80%", indicando que parcela significativa das redes municipais alcançou patamares de excelência na alfabetização na idade certa. Em contrapartida, 59 municípios (20%) permanecem abaixo de 60%, e 2 (0,7%) não dispõem de informação, o que evidencia heterogeneidade territorial e desafios persistentes de equidade.

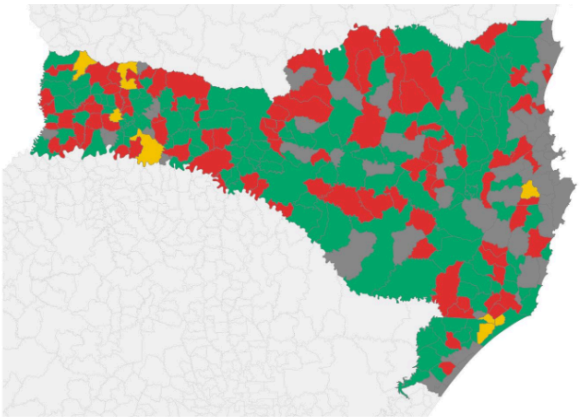
A aparente contradição entre a distribuição majoritariamente favorável e a média estadual de 63% explica-se pelo fato de a média ser ponderada pelo número de estudantes, e não pelo número de municípios: cidades de maior porte populacional, com contingentes estudantis mais expressivos, tendem a apresentar índices menores, exercendo efeito de arraste sobre a média global. Trata-se de

fenômeno estatístico de agregação, no qual a unidade de análise (município) difere da unidade de ponderação (estudante).

À luz dessa distribuição, Rio dos Cedros/SC, ao registrar 87% de estudantes no nível 5 (alfabetizados) e 92% de participação no ICA 2025, posiciona-se na faixa "Acima de 80%", integrando o grupo dos 84 municípios catarinenses (28,5%) com melhor desempenho no indicador. Esse resultado é particularmente relevante quando contrastado com o problema diagnosticado no município.

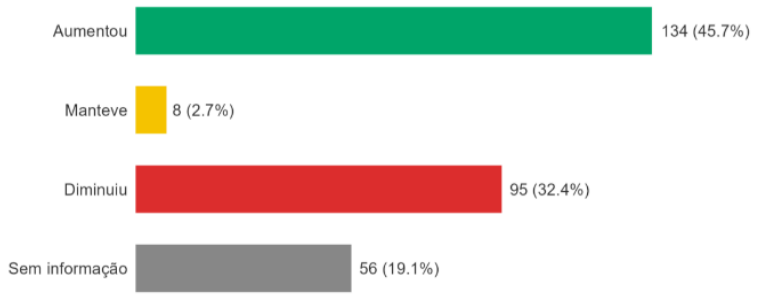
O desempenho alcançado vislumbra cenários em que as estratégias pedagógicas e o acompanhamento das aprendizagens têm sido eficazes, ainda que persistam desafios relacionados aos 13% de estudantes que não atingiram o nível 5 e aos 8% não participantes da avaliação, o que impõe a necessidade de estratégias focalizadas para garantir equidade e continuidade regular das trajetórias escolares.

**Variação do ICA - 2023/2024 de Santa Catarina**



Fonte: Indicador Criança Alfabetizada: Santa Catarina – 2025
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/indicador-crianca-alfabetizada-2025/arquivos/santa-catarina-sc

**Variação do ICA Geral Entre 2023 e 2024**




Fonte: Indicador Criança Alfabetizada: Santa Catarina – 2025

Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/indicador-crianca-alfabetizada-2025/arquivos/santa-catarina-sc

A variação do Indicador Criança Alfabetizada (ICA) nos municípios de Santa Catarina entre 2023 e 2024, revelando um cenário de transição com avanços parciais e retrocessos significativos. Os dados indicam que 134 municípios (45,7%) registraram aumento no indicador, enquanto 95 (32,4%) apresentaram diminuição e apenas 8 (2,7%) mantiveram o mesmo patamar.

Destaca-se ainda que 56 municípios (19,1%) não dispõem de informação, o que compromete a completude da análise e sugere fragilidades nos sistemas locais de registro e monitoramento. A prevalência de avanço em pouco menos da metade dos municípios sinaliza adesão parcial às políticas de alfabetização, mas a expressiva proporção de retrocessos — quase um terço do estado — evidencia que os ganhos não são uniformes nem sustentáveis em toda a rede.

Sob perspectiva analítica, a distribuição observada sugere que a evolução do ICA entre 2023 e 2024 não decorre apenas de fatores pedagógicos, mas também de condições estruturais e conjunturais das redes municipais.

Municípios que registraram aumento podem ter se beneficiado de adesão efetiva ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), formação continuada de professores, uso de materiais estruturados e monitoramento sistemático das aprendizagens. Já os que apresentaram diminuição podem ter enfrentado descontinuidade de políticas, rotatividade docente, dificuldades na implementação de avaliações ou mesmo efeitos de recuperação pós-pandemia com ritmos diferenciados. A categoria "sem informação" (19,1%) merece atenção especial, pois a ausência de dados inviabiliza diagnóstico preciso e compromete a formulação de políticas baseadas em evidências.

À luz desse cenário estadual, Rio dos Cedros/SC insere-se no grupo dos 134 municípios (45,7%) que registraram avanço no ICA entre 2023 e 2024, o que é particularmente relevante diante do problema diagnosticado no município — a persistência de crianças não plenamente alfabetizadas ao final do 2º ano, sobretudo entre aquelas oriundas de famílias de baixa renda e menor escolaridade,

com acesso restrito a estímulos gráficos e materiais impressos, além de estudantes neuro divergentes e com comorbidades.

O avanço observado, somado ao desempenho de 87% de estudantes no nível 5 em 2025 e 92% de participação, sugere que as estratégias pedagógicas e o acompanhamento das aprendizagens têm surtido efeito positivo, ainda que persistam desafios relacionados aos 13% que não atingiram o nível 5 e aos 8% não participantes da avaliação. A trajetória do município, portanto, alinha-se ao movimento estadual de melhoria, mas impõe a necessidade de estratégias focalizadas para garantir equidade e sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo.

**ANÁLISE CAUSAL**

Entre 2023 e 2024, o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) em Santa Catarina mostrou que quase metade dos municípios — 134 deles, ou 45,7% — conseguiu melhorar seus resultados. Outros 95 municípios (32,4%) tiveram queda, e apenas 8 (2,7%) ficaram estáveis. Além disso, 56 municípios (19,1%) não tinham informação disponível, o que dificulta uma visão completa da situação.

Isso mostra que o avanço não foi geral: embora muitos municípios tenham melhorado, uma parcela considerável regrediu ou não conseguiu manter o desempenho. Esse movimento pode estar ligado a fatores como adesão às políticas de alfabetização, formação de professores, uso de materiais estruturados e acompanhamento das aprendizagens — mas também a dificuldades locais, como rotatividade de professores e falta de monitoramento.

No caso de Rio dos Cedros, o município está entre os que registraram avanço no período. Mesmo com o problema de crianças que ainda não estão plenamente alfabetizadas no 2º ano — especialmente aquelas vindas de famílias de baixa renda e menor escolaridade, com menos acesso a materiais impressos e estímulos gráficos, além de estudantes neurodivergentes e com comorbidades —, o município conseguiu 87% dos alunos no nível 5 em 2025 e 92% de participação na avaliação. Isso indica que as estratégias pedagógicas têm funcionado, mas ainda há desafios: 13% não atingiram o nível 5 e 8% não participaram da avaliação. O

caminho é manter o avanço e focar nos grupos mais vulneráveis para garantir que todas as crianças aprendam a ler e escrever na idade certa.

Outro fator importante que implica fortemente na qualidade da educação e consequente aumento do nível de alfabetização é a baixa qualidade da formação inicial docente, que pouco prepara a maioria dos professores para atuarem em sala de aula (Soares, 2017). Já a contraparte - realização de formações continuadas, estimula e ressignifica o papel dos profissionais da educação é o balizador e o fomentador da perspectiva de uma melhor alfabetização e qualidade de educação.

Os profissionais de saúde encarregados dos diagnósticos clínicos em crianças não têm conhecimento das dificuldades pedagógicas que essas crianças enfrentam nos primeiros anos de vida, o que acarreta prejuízos ao seu processo de aprendizagem.

A cooperação e intervenção entre os profissionais de saúde e os familiares quanto ao encaminhamento bilíngue das crianças surdas, visando à aquisição precoce de técnicas de apoio às crianças com necessidades especiais.

Essa medida ajuda a reduzir o capacitismo e o preconceito estrutural contra este público. E é importante demonstrar que a necessidade especial pode ser vista,não como uma doença capacitiva irreversível, mas como uma maneira diferente de se comunicar e de enxergar o mundo, em maior consonância com a realidade da sociedade.

Nesse sentido, existe uma necessidade especial que atinge crianças - a surdez, um problema muitas vezes comum nas escolas, que não considera o nível linguístico de seus alunos no processo de alfabetização bilíngue.

Muitas crianças com dificuldades auditivas vêm de famílias ouvintes e chegam à escola sem ter adquirido a língua de sinais; outras, no entanto, já sabem a Libras. Portanto, é preciso que haja consideração dessas diferenças linguísticas no processo de alfabetização em Libras para que se possa efetivar o desenvolvimento das crianças surdas na leitura e escrita da Língua Portuguesa.

Serviços de suporte, assistência e apoio a alunos com necessidade especiais de deficiência auditiva, na rede municipal é realizada por profissionais da educação como professores e assistentes educacionais amparados por equipe multiprofissional, por meio de formação continuada que subsidia esse atendimento favorecendo a apropriação da linguagem e seu processo de alfabetização.

No que se refere aos projetos pedagógicos das escolas, geralmente, esses documentos consideram as especificidades linguísticas, identitárias e culturais dos alunos surdos, no que se refere ao atendimento educacional especializado, são realizadas intervenções quinzenais, referente ao ensino da Libras auxiliando na comunicação e na interação social.

## 4) ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

### PROBLEMA

O número de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória possuem trajetórias escolares irregulares e não concluem os ensinos fundamental e médio na idade adequada, provém da falta de interesse pelos estudos, necessidade de trabalhar e gravidez precoce.

### ANÁLISE DESCRITIVA

Segundo dados do IBGE (PNAD Educação, 2025), os principais motivos pelos quais jovens de 14 a 29 anos não concluem o ensino médio são:

> **Necessidade de trabalhar (43%)**: é o motivo principal, especialmente entre os homens — 54,2% deles abandonam os estudos por esse motivo. **Falta de interesse pelos estudos (25,6%)**: segundo motivo. Pesquisadores da área educacional apontam que a chamada "falta de interesse" costuma ser apenas a aparência do problema; a raiz está na desconexão entre o conteúdo curricular e a realidade do jovem, no acúmulo de dificuldades de aprendizagem e na falta de confiança de que a educação possa mudar sua situação. **Diferenças de gênero**: entre as mulheres, a gravidez representa 24,7% dos motivos de abandono, e as tarefas domésticas e de cuidado, 8,6% — enquanto entre os homens esse percentual é de apenas cerca de 0,7%. Fonte: https://riodoscedros.sc.gov.br/uploads/sites/444/2021/12/2201501_Lei_Ordinaria_n_1863_2015___Plano_Municipal_de_Educacao___Consolidada.pdf#26#4

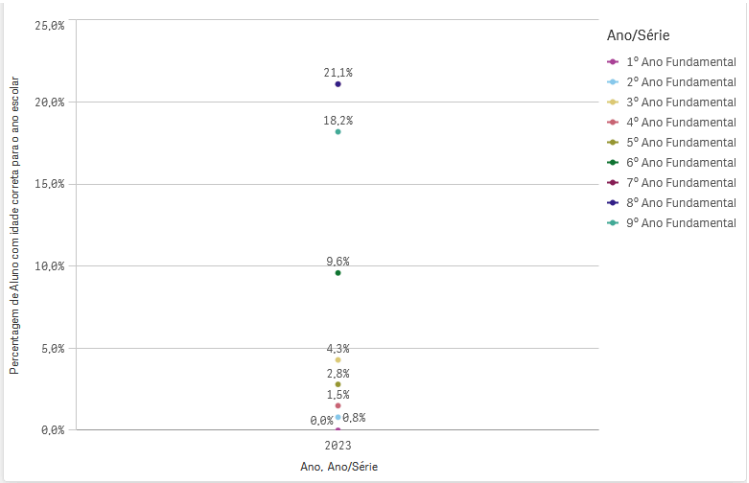
Rio dos Cedros, conta com uma **escola de ensino médio -** estadual, que oferece ensino fundamental II e médio (E.E.B. Giovani Trentini); em 2006, essa escola tinha cerca de 400 alunos no ensino médio. O município não conta com instituições privadas ou federais de ensino.

Historicamente, a taxa de evasão da população acima de 15 anos era superior à do estado e à do país: segundo dados do Censo de 2000, a taxa de frequência escolar de Rio dos Cedros na faixa de 15 a 17 anos era de 72,07%, inferior à do Brasil (77,71%) e à de Santa Catarina (75,23%); na faixa de 18 a 22 anos, era de apenas 25,99%, também abaixo da nacional (37,77%) e da estadual (33,41%).

Embora sejam dados antigos, indicam que o município enfrenta há bastante tempo problemas de retenção de alunos no ensino médio. IBGE (PNAD Educação, 2025).

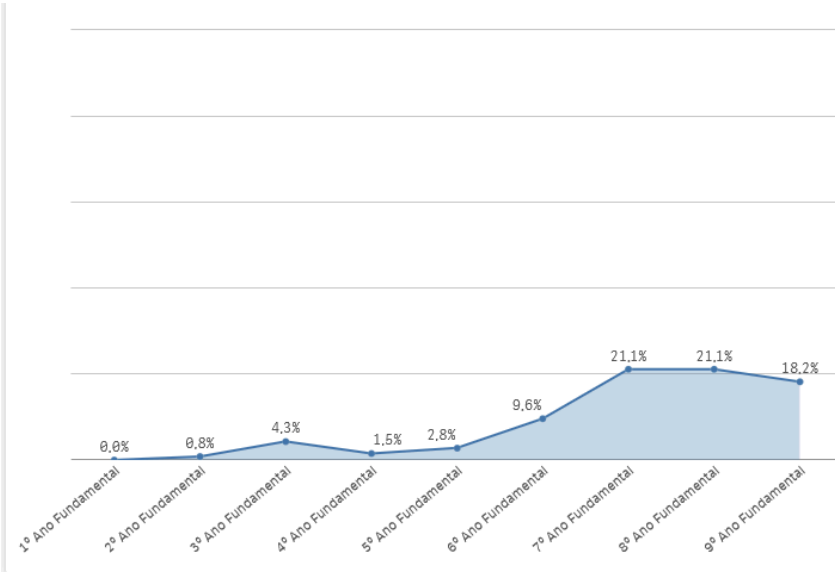
Já TCE SC, aponta para a Meta 2 – Atendimento da população de 6 a 14 anos na Educação Básica, para Rio dos Cedros uma taxa de atendimento de 100,5%.

**Distorção idade-série por ano/série**



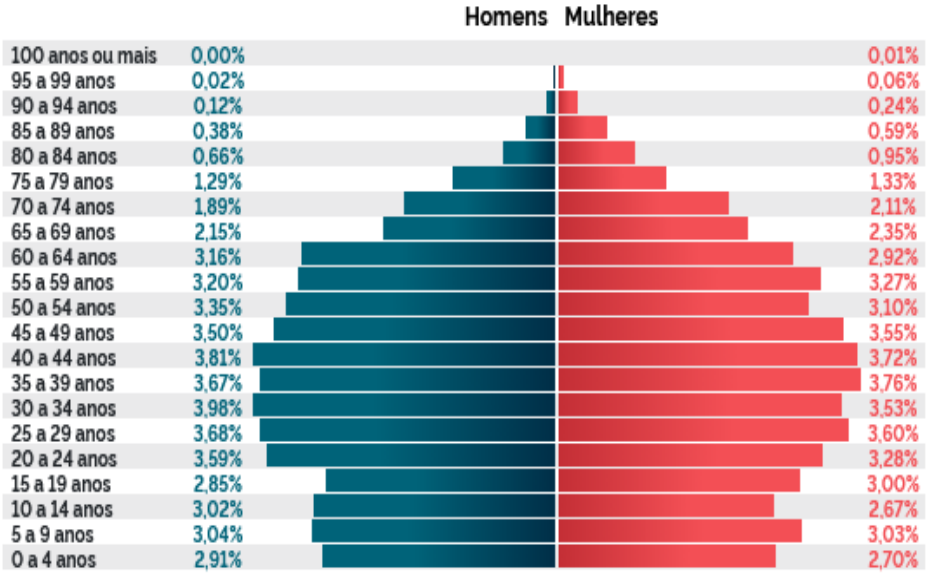

Fonte: TEC SC - Tribunal de Contas de Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br

**Percentual de alunos com idade não recomendada para o ano escolar, no ensino fundamental.**




Fonte: TEC SC - Tribunal de Contas de Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br

**Pirâmide etária de Rio dos Cedros/SC.**

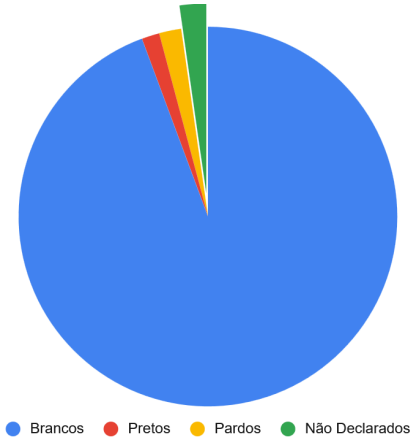



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2022
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR

Observando a figura anterior quanto a pirâmide etária da faixa de 5 a 19, totalizam 8,91% de homens e 8,7% de mulheres de uma população municipal total.

Quanto ao contexto de raça é observada grande variação entre os percentuais brancos, pretos, pardos e não declarados. Respectivamente: brancos representam 94,32%, pretos 1,51%, pardos 1,89% e não declarados 2,27%.

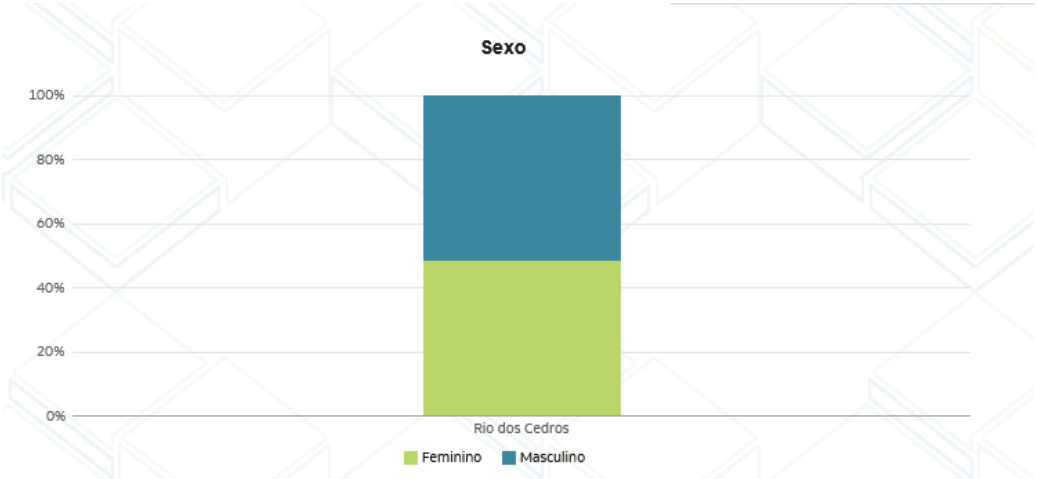
**Proporção de alunos por raça em Rio dos Cedros/SC - 2025**




Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
**Estatísticas Censo Escolar**
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar

Dados apresentados pelo INEP, apontam 997 alunos declarados brancos - determinada a maioria da população do estudo, 16 pretos, 20 pardos e 24 não declarados.

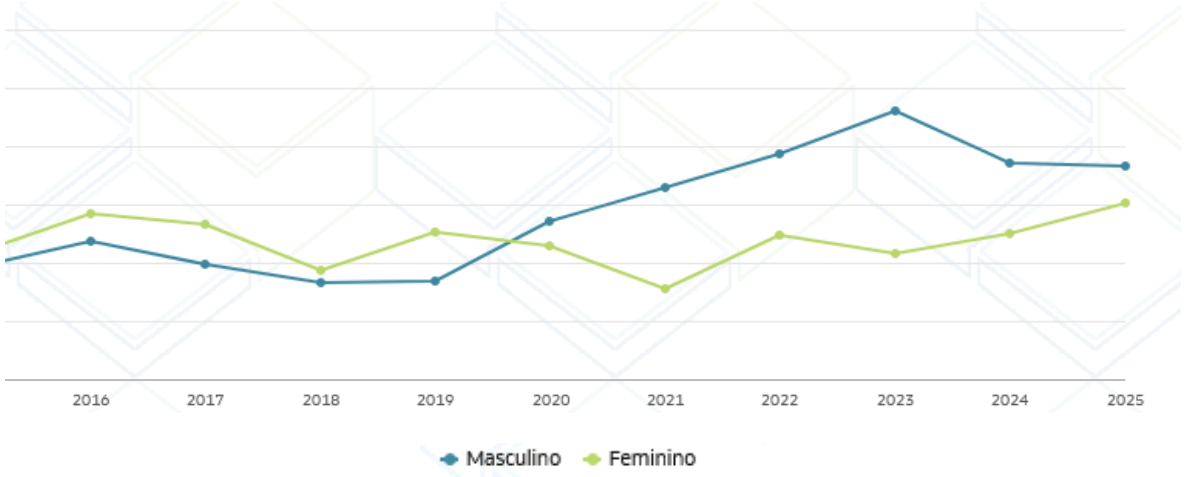
**Com relação ao gênero são 810 masculinos e 631 femininos.**




Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
**Estatísticas Censo Escolar**
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar

Considerando-se a série histórica apresentada no gráfico, para a análise de uma evolução nas matrículas de alunos do ensino fundamental, observa-se um cruzamento entre matrículas de femininos e masculino entre 2019 e 2020, evidenciada pelo maior número de matrícula de masculinos em detrimento aos femininos. Mesmo havendo o crescimento geral de matrículas para esse período e os subsequentes.

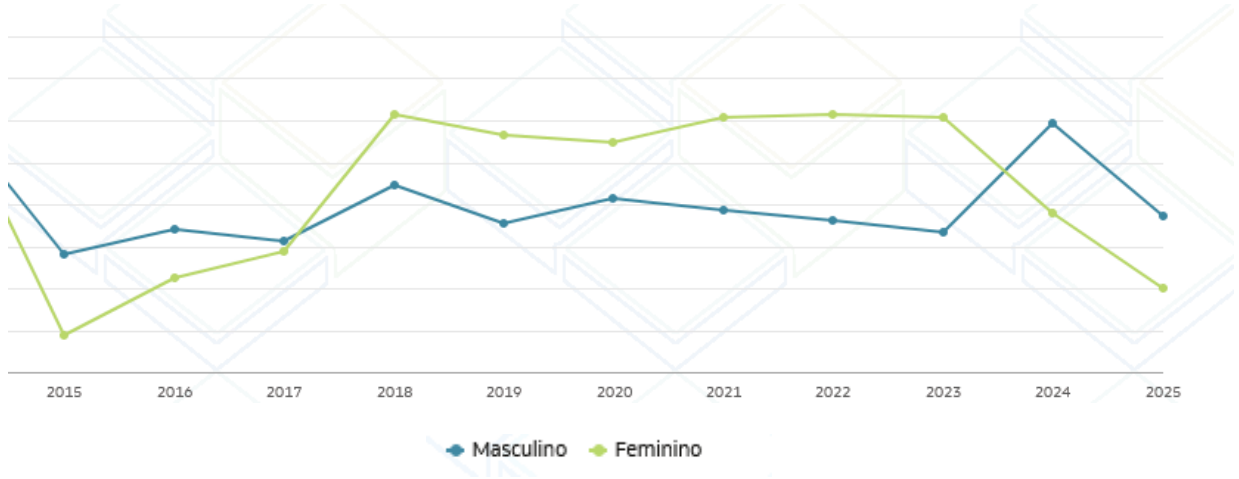
**Evolução dos número de matriculas por sexo 2016/2025 do Ensino Fundamental.**




Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
**Estatísticas Censo Escolar**
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar

Para o Ensino Médio, considerando-se a série histórica apresentada no gráfico seguinte, pela análise de uma evolução nas matrículas de alunos do ensino fundamental, observa-se um cruzamento entre matrículas de femininos e masculino entre 2023 e 2024, evidenciada pela redução do número de matrículas gerais entre 2024 e 2025, com acentuada diminuição para os femininos.

**Evolução dos número de matriculas por sexo 2016/2025 do Ensino Médio.**




Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
**Estatísticas Censo Escolar**
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar

É evidente a eventual redução de matrículas femininas nos dois cenários e isso impele ao pensamento de igualdade entre os gêneros e seu impacto social, familiar e para o mercado de trabalho.

## 5) APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

**PROBLEMA**

Os principais problemas de aprendizagem no ensino fundamental e médio incluem a distorção idade-série, evasão escolar, participação insuficiente dos pais no acompanhamento escolar. Ainda a desmotivação e alta rotatividade dos professores — por vezes agravadas por salários locais inferiores aos de municípios vizinhos e da rede estadual, falta de qualificação e formação adequadas dos profissionais da educação.

A melhoria do IDEB tem sido impulsionada mais pelo aumento das taxas de aprovação estimuladas pelo ente estadual, do que por ganhos reais de aprendizagem, o que desempenha função divergente à capacidade real de aprendizado, e aos quais os municípios seguem por adotarem metodologia análoga.

A falta de motivação dos alunos devido a curriculum pouco atrativos

**Ensino Fundamental**

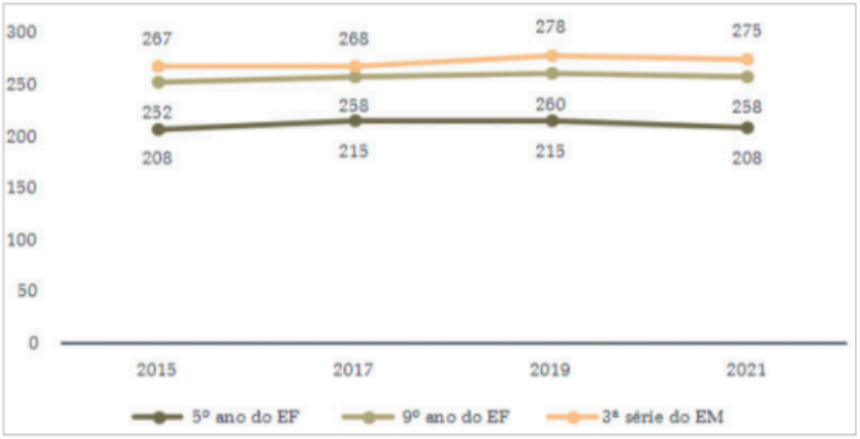
O ensino fundamental está distribuído entre três unidades de educação entre elas em dependência municipal: Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito João Floriani e Escola Municipal Expedicionário Servino Mengarda e uma escola em dependência estadual Escola Ensino Básico Professor Giovani Trentini, está contando somente com o ensino fundamental II e ensino médio.

Objetivando a análise descritiva observa-se inicialmente que o relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, do Inep, mostra que, apesar da melhora do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental, os resultados do Saeb de 2017 indicam que ainda há muitos estudantes do 5º e 9º anos nos níveis mais baixos de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, evidenciando desigualdades na aprendizagem.

O Diagnóstico da Educação Nacional (BRASIL, 2026) aponta que a pandemia de Covid-19 gerou efeitos nefastos para o processo de ensino-aprendizagem, com

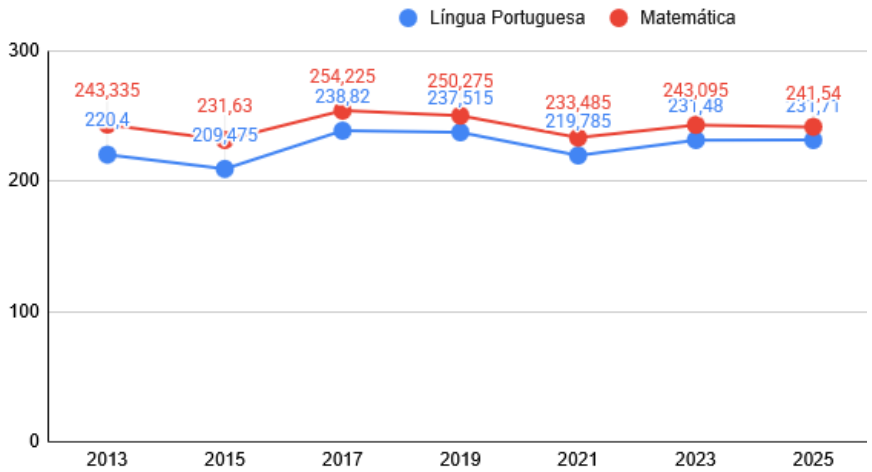
perdas substanciais verificadas em âmbito nacional, tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio.

**Média de Proficiência dos alunos de 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3º série do ensino médio em Língua Portuguesa Brasil - 2013/2021**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

**Evolução Nota do Saeb por Média de Proficiência dos Anos Iniciais - Rio dos Cedros/SC**

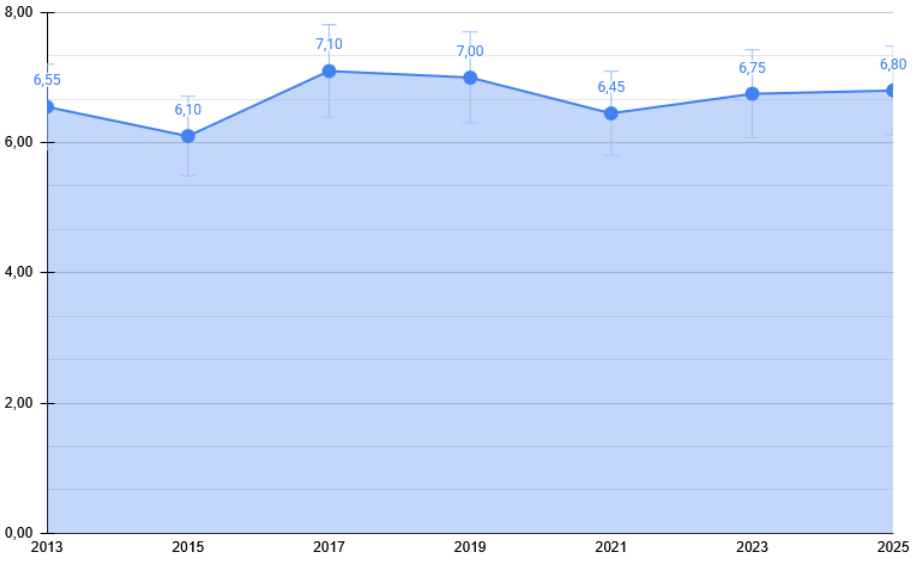



Fonte: QEdu
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

A análise longitudinal dos dados, compreendidos entre 2013 e 2025, evidencia uma disparidade consistente entre as proficiências de Matemática e Língua Portuguesa, com a primeira mantendo patamares superiormente estabelecidos em toda a série histórica. Observa-se um ponto de inflexão em 2015, seguido por um pico de desempenho em 2017 (254,22 em Matemática e 238,82 em Português). Não obstante, a partir de 2019, verifica-se uma retração nos índices, acentuada em 2021 — possivelmente em decorrência dos impactos da pandemia —, seguida de uma recuperação marginal e subsequente estabilização até as projeções de 2025.

À luz da Escala Saeb, os dados supracitados indicam uma estagnação no patamar de aprendizagem básico, e a despeito da ligeira recuperação pós-pandêmica, os escores projetados para 2023 e 2025 permanecem inferiores aos picos de 2017 e distantes dos níveis considerados adequados. Depreende-se, portanto, uma perda de dinamismo na evolução educacional, sinalizando que as políticas de recuperação implementadas têm sido insuficientes para promover a transição dos estudantes para níveis superiores de proficiência, limitando-se a manter os índices em um platô de estagnação.

**Evolução do IDEB de Rio dos Cedros/SC - 2013 a 2025 - Anos Iniciais**

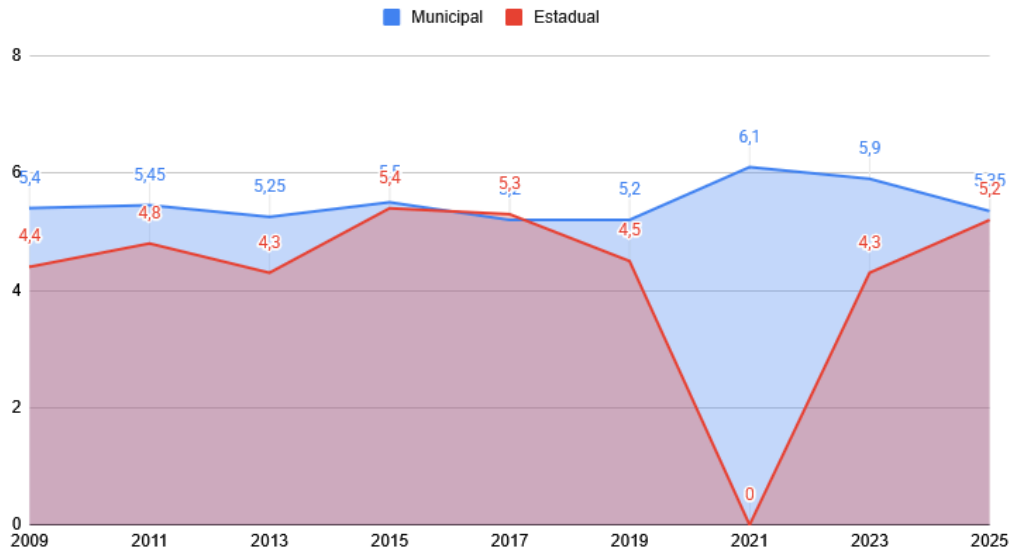



Fonte: QEdu
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

A análise da evolução do IDEB para os Anos Iniciais em Rio dos Cedros/SC, entre 2013 e 2025, revela uma trajetória de oscilação com tendência à estagnação em patamares intermediários. Observa-se uma retração inicial em 2015 (6,10), seguida por um avanço significativo em 2017, quando o índice atingiu seu ápice (7,10). A partir de então, verifica-se um declínio moderado em 2019 (7,00) e uma queda mais acentuada em 2021 (6,45), provavelmente reflexo dos impactos da já citada pandemia. Nos anos subsequentes, há uma recuperação parcial em 2023 (6,75) e uma leve progressão projetada para 2025 (6,80). Contudo, os patamares recentes permanecem inferiores ao pico de 2017, indicando que o sistema municipal não recuperou integralmente o desempenho pré-pandêmico.

Sob a ótica das metas estabelecidas para o IDEB, os dados sugerem que, embora o município mantenha índices acima da média nacional para os Anos Iniciais (que historicamente gira em torno de 5,5 a 6,0), a trajetória recente sinaliza um platô de estagnação. A recuperação observada entre 2021 e 2025 é positiva, mas insuficiente para retomar a curva ascendente que caracterizou o período até 2017. Ademais, a presença de intervalos de confiança (barras de erro) nas medições indica que parte das variações pode não ser estatisticamente significativa, reforçando a tese de estabilidade em um patamar que, embora razoável, não evidencia salto qualitativo expressivo. Conclui-se que o desafio primordial para a rede municipal consiste em superar a estagnação pós-2021 e retomar a trajetória de crescimento sustentado rumo a metas mais ambiciosas.

**Evolução do IDEB de Rio dos Cedros por Dependência - Para anos Finais**




Fonte: QEdu

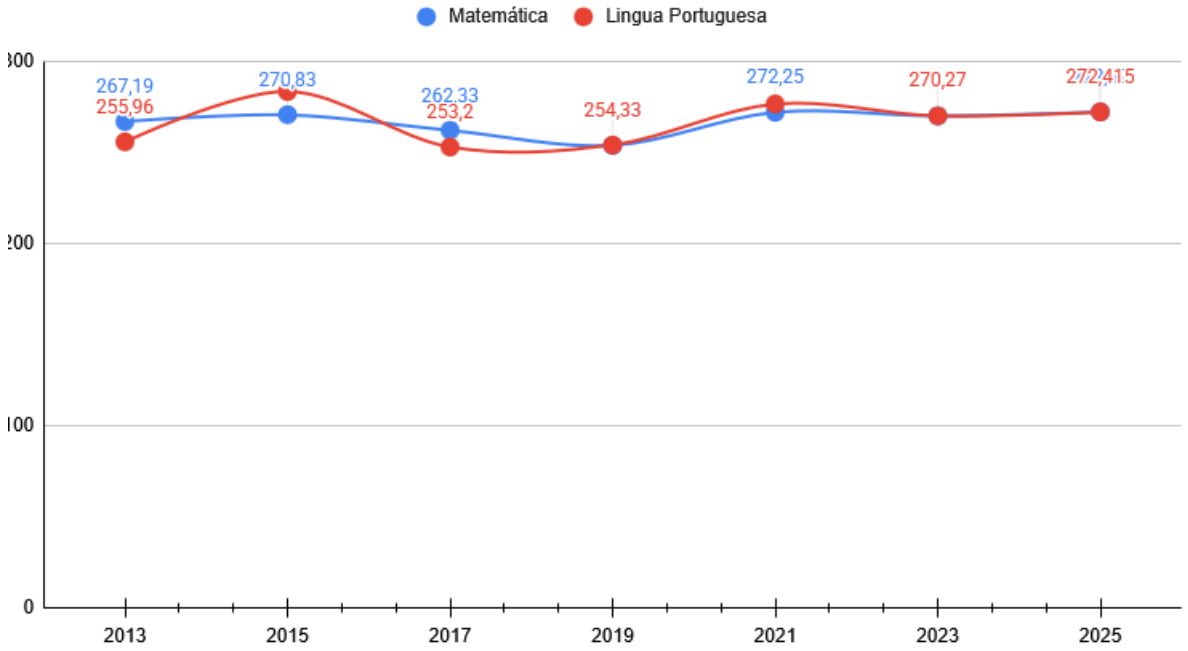
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

A análise comparativa do IDEB para os Anos Finais em Rio dos Cedros, segmentada por dependência administrativa (Municipal e Estadual), revela trajetórias distintas e um evento crítico em 2021. A rede Municipal apresenta maior estabilidade e desempenho superior na maior parte da série histórica, mantendo índices entre 5,2 e 6,1. Observa-se um crescimento consistente de 2009 (4,4) até 2015 (5,4), seguido de leve oscilação e um novo ápice em 2021 (6,1), com posterior declínio para 5,9 em 2023 e projeção de 5,2 para 2025. Em contrapartida, a rede Estadual (linha vermelha) exibe maior volatilidade, com índices historicamente inferiores aos municipais, variando entre 4,3 e 5,4, e atingindo um preocupante resultado nulo (0) em 2021 — provavelmente associado a inconsistências nos registros de participação ou fluxo escolar no período pandêmico ou não existência de turmas com número suficiente de participantes da avaliação.

Sob a ótica das metas e da equidade educacional, os dados evidenciam uma disparidade persistente entre as duas redes, com a Municipal consistentemente à frente, exceto em 2015 e 2019, quando os índices se aproximam. O colapso da rede Estadual em 2021 e sua recuperação parcial em 2023 (4,3) e 2025 (5,2) sugerem fragilidades estruturais e maiores dificuldades de recomposição da aprendizagem pós-pandemia. Já a rede Municipal, embora mais robusta, também apresenta

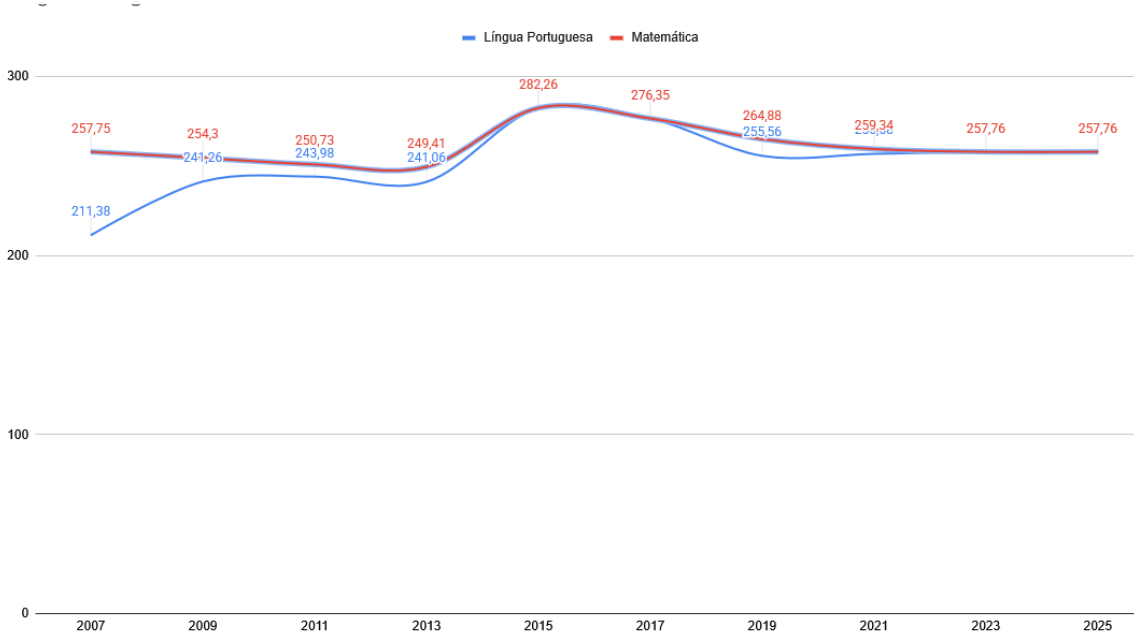
sinais de oscilação com relação ao projetado para 2025, interrompendo a trajetória ascendente observada até 2021. Considera-se que, apesar do desempenho relativamente superior da rede Municipal, ambas as dependências enfrentam o desafio de superar a estagnação e reduzir as desigualdades, especialmente diante do impacto desproporcional da pandemia sobre a rede Estadual.

**Evolução Nota do Sabel por Média de Proficiência dos Anos Finais, por dependência Municipal - Rio dos Cedros/SC**




Fonte: QEdu
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

**Evolução Nota do Sabel por Média de Proficiência dos Anos Finais, por dependência Estadual - Rio dos Cedros/SC**




Fonte: QEdu
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

A comparação entre as redes Municipal e Estadual de Rio dos Cedros/SC, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, revela disparidades estruturais significativas na proficiência (Saeb) entre 2013 e 2025. A rede Municipal (gráfico superior) demonstra maior estabilidade e equilíbrio, operando em patamares superiores (entre 250 e 272 pontos) e com curvas de Língua Portuguesa e Matemática praticamente sobrepostas a partir de 2021. Em contrapartida, a rede Estadual (gráfico inferior) parte de índices críticos em 2013 (especialmente em Português, com 211,36), registra uma recuperação expressiva até 2019 — chegando a superar a rede Municipal —, mas sofre um declínio acentuado em 2021, seguido de estagnação em torno de 257 pontos até 2025.

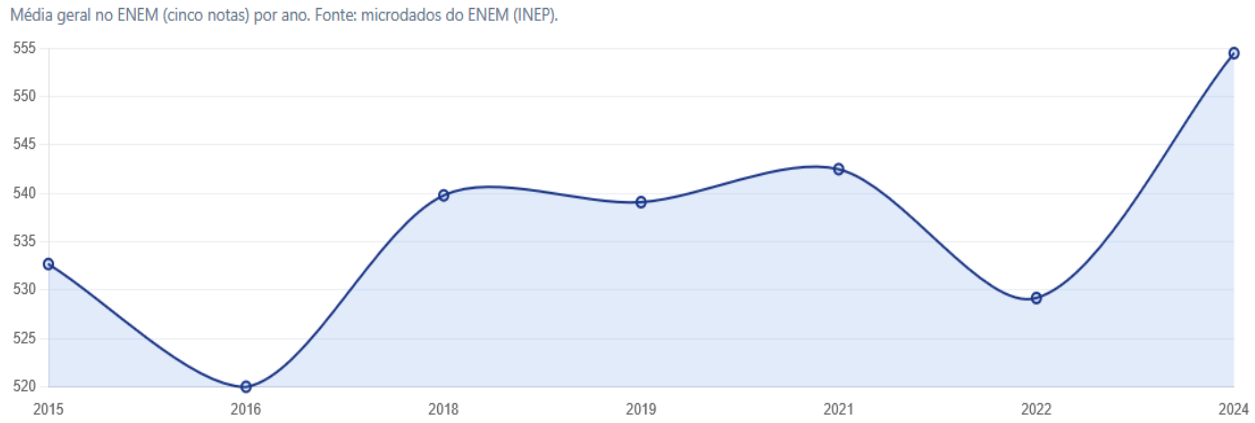
Sob a ótica da Escala Saeb, ambas as redes permanecem majoritariamente no Nível Básico de aprendizagem. A rede Municipal, embora mais consistente e próxima do limite do Nível Adequado, não realiza saltos qualitativos expressivos. A rede Estadual, apesar da notável capacidade de reação no período pré-pandêmico, também oscila, estabilizando-se em um patamar inferior. Conclui-se que, a despeito das diferenças de desempenho e trajetória, os dois sistemas compartilham o mesmo desafio central: superar a estagnação pós-pandêmica e promover a

transição dos estudantes para níveis superiores de proficiência, condição indispensável para a melhoria do IDEB e para a garantia de uma formação sólida na etapa final do Ensino Fundamental.

**Ensino Médio**

Com base na análise do gráfico "Evolução do ENEM em Rio dos Cedros", que apresenta a média geral do município entre 2015 e 2024, é possível observar um comportamento de recuperação e crescimento significativo ao longo do período. Entre 2015 e 2016, houve uma queda inicial, atingindo o ponto mais baixo da série (cerca de 520 pontos). A partir de 2017, iniciou-se uma trajetória de recuperação acentuada que se estabilizou em um platô entre 2018 e 2021, com médias oscilando próximas a 540 pontos, com um leve pico em 2021. Contudo, o ano de 2022 marcou uma nova retração temporária, voltando ao patamar de 529 pontos. O dado mais expressivo ocorre em 2024, quando o município registra um salto histórico, superando os 555 pontos, o maior índice de toda a série analisada. Esse movimento recente sugere uma melhora substancial no desempenho educacional local, indicando um possível impacto positivo de políticas educacionais ou melhorias no ensino municipal.

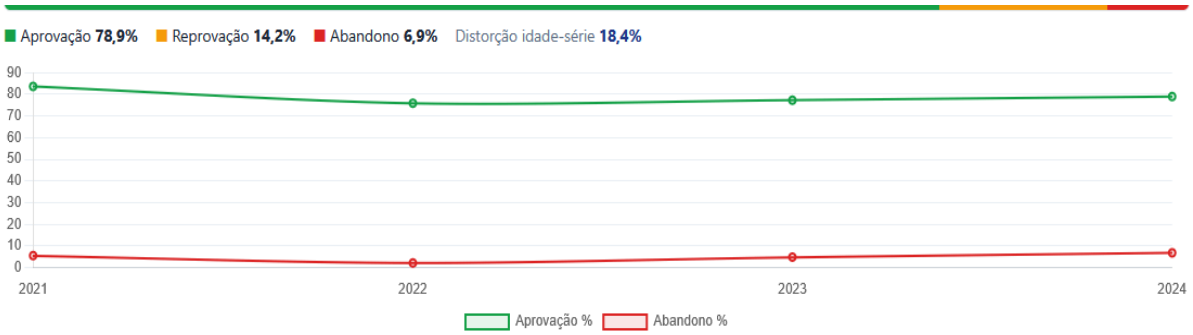
**Evolução do ENEM em Rio dos Cedros (média do município)**




Fonte: ESCOLAS BRASIL. Escola em Rio dos Cedros – Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https:https://escolasbrasil.org

Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono entre 2021 e 2024, são observadas em um cenário de relativa estabilidade com indicadores majoritariamente positivos, mas que ainda exigem atenção. A taxa de Aprovação mantém-se consistentemente alta, iniciando em aproximadamente 82% em 2021, com uma leve oscilação para baixo em 2022 (cerca de 75%) e retornando ao patamar de 80% em 2024 (conforme a linha verde). Em contrapartida, a taxa de Abandono (linha vermelha) apresenta uma tendência de leve crescimento no período, saindo de um patamar muito baixo em 2021 para cerca de 7% em 2024, o que, embora represente uma minoria, sinaliza um ponto de alerta para a retenção de alunos. Além disso, o gráfico destaca uma Distorção Idade-Série de 18,4%, indicando que quase um quinto dos estudantes está em uma série inadequada para a sua idade, fator que pode estar correlacionado tanto com históricos de reprovação (que somam 14,2%) quanto com o risco de evasão. Em suma, o panorama indica que a rede consegue aprovar a grande maioria, mas precisa endereçar o abandono crescente e a defasagem escolar para garantir a qualidade e a permanência de todos os alunos.

**Taxas de Aprovação do Ensino Médio de Rio dos Cedros/SC.**

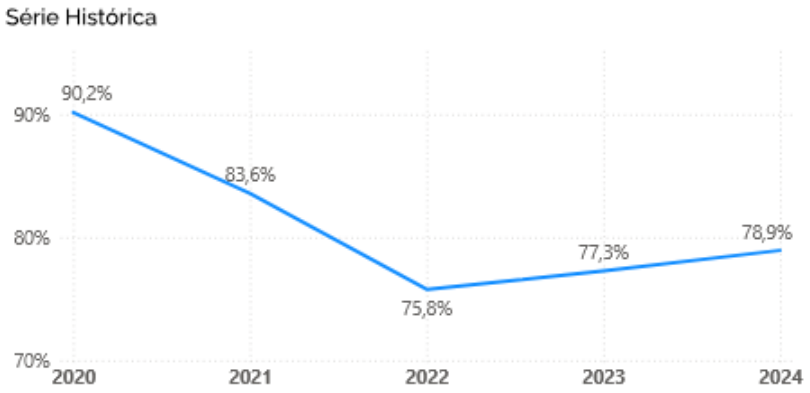



Fonte: ESCOLAS BRASIL. Escola em Rio dos Cedros – Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https:https://escolasbrasil.org

A análise dos indicadores de fluxo escolar do Ensino Médio, referentes ao período de 2021 a 2024, revela um cenário de estabilidade aparente permeado por gargalos estruturais persistentes. Embora as taxas de aprovação se mantenham em patamares elevados (aproximadamente 78,9%) e o abandono apresente constância (6,9%), os dados estáticos evidenciam fragilidades significativas: a reprovação atinge 14,2% e a distorção idade-série alcança 18,4%. Tal conjuntura indica que, a

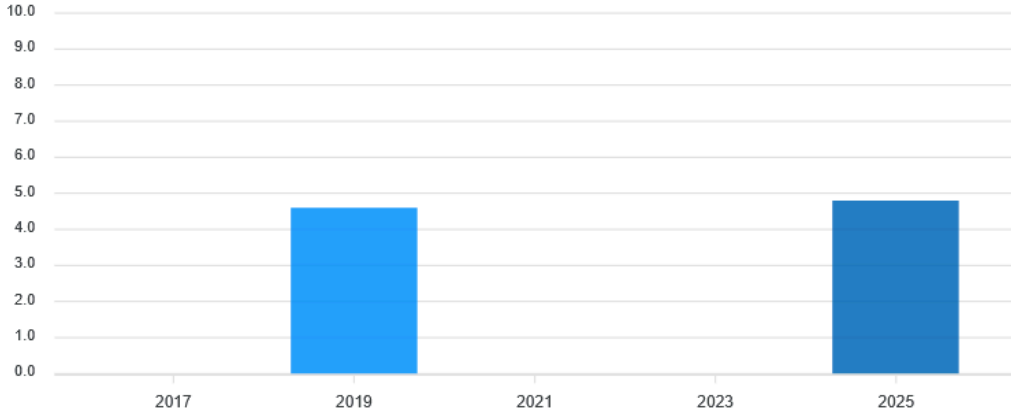
despeito da progressão da maioria dos discentes, quase um quinto da população encontra-se em defasagem etária, comprometendo a eficiência do sistema e sugerindo que o fluxo ocorre, em parte, sem a devida consolidação das aprendizagens. Em síntese, o sistema assegura a progressão, mas não necessariamente a qualidade ou a equidade, mantendo índices preocupantes que impactam diretamente o IDEB e a conclusão efetiva da etapa.

**Taxa de Aprovação - Ensino Médio 1ª À 3ª séries-de 15 A 17 anos**



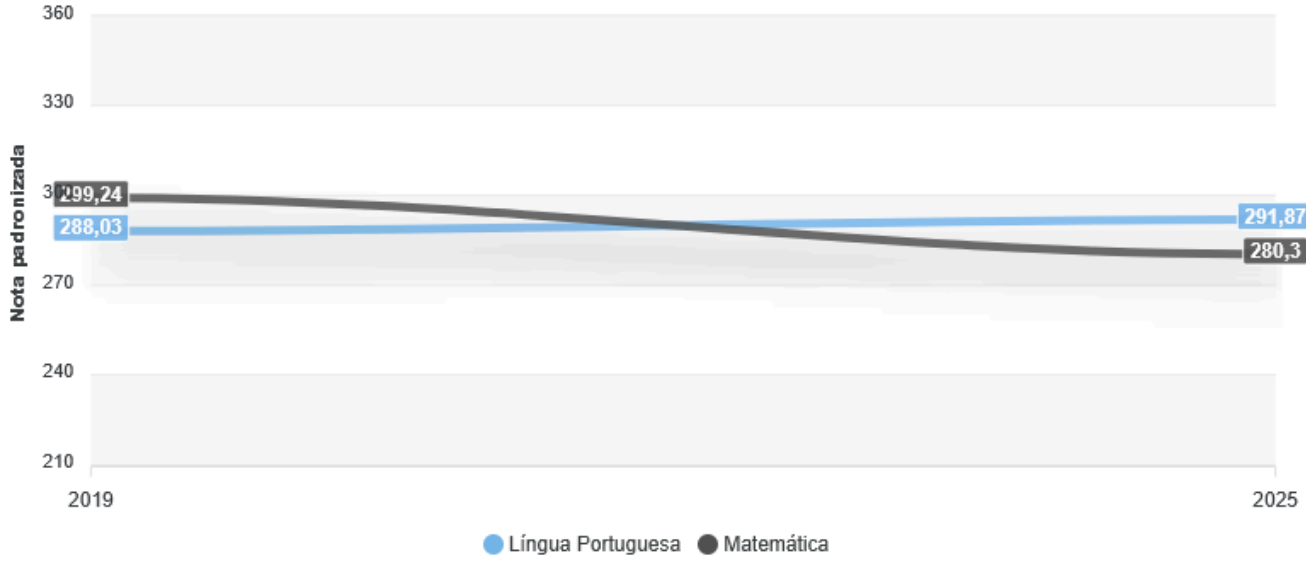

Fonte: Novo PAR – Painel de Resultados
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/resultados

**Evolução do IDEB de Ensino Médio de Rio dos Cedros/SC**



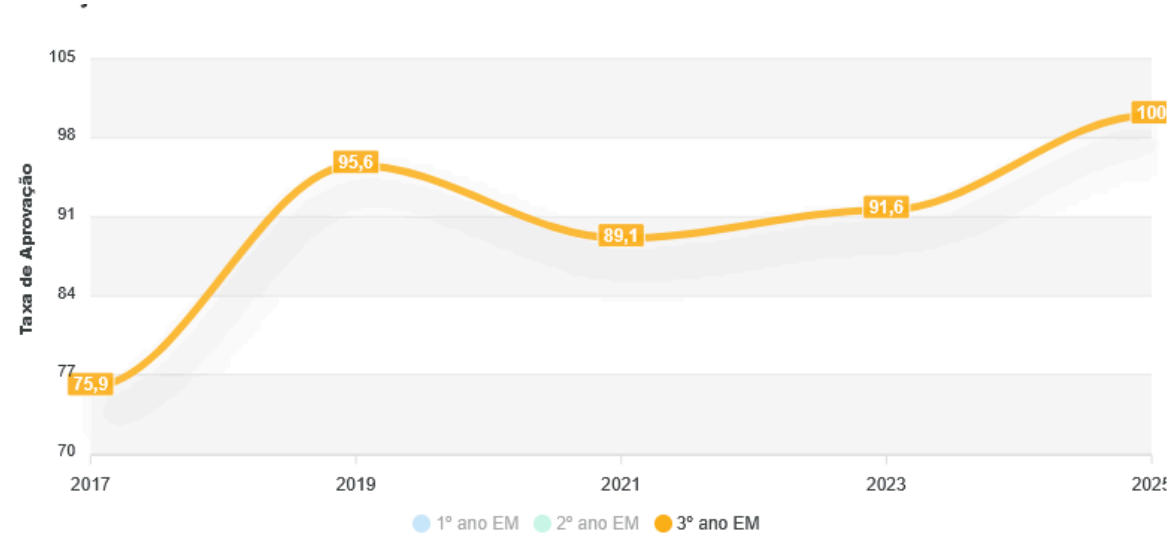

Fonte: QEdu
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

**Evolução dos indicadores de proficiência da Língua Portuguesa e Matemática - IDEB de Ensino Médio de Rio dos Cedros/SC.**




Fonte: QEdu
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

**Evolução do Fluxo de Aprovação  Rio dos Cedros/SC**




Fonte: QEdu
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://qedu.org.br/

Os dados apresentados a seguir oferecem um retrato abrangente da situação educacional, permitindo compreender tanto os avanços quanto os desafios que

ainda precisam ser enfrentados. A seguir, explicamos cada um dos principais indicadores, conforme dados obtidos pelo Novo Par (https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/resultados).

A Taxa de Atendimento Líquida é de 75,6% para alunos de 15 a 17 anos. Isso significa que pouco mais de três quartos dos jovens nessa faixa etária — que corresponde à idade esperada para o Ensino Médio — estão devidamente matriculados na etapa adequada de ensino. Embora o número seja relevante, ele ainda indica que aproximadamente um quarto dos jovens dessa idade estão fora da escola ou cursando uma série incompatível com sua faixa etária.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2025 é 4,8 para a Educação Básica. Esse índice combina indicadores de fluxo escolar (aprovação) e desempenho em avaliações de aprendizagem, funcionando como um termômetro da qualidade do ensino. O valor de 4,8 sinaliza a necessidade de esforços contínuos para alcançar as metas estabelecidas e garantir uma educação de qualidade para todos.

A Taxa de Aprovação de 14,2%**,** esse percentual revela uma grande preocupação: a maioria dos alunos não está sendo aprovada ao final do ano letivo. Esse dado sugere altos índices de reprovação, o que impacta diretamente o fluxo escolar e contribui para outros problemas, como a distorção série-idade e o abandono.

Em contraponto, a Taxa de Abandono é de 6,8%**,** o indicador representa o percentual de alunos que deixam a escola durante o ano letivo sem concluir a etapa em que estavam matriculados. Embora pareça um número relativamente pequeno, cada ponto percentual representa milhares de estudantes que interromperam sua trajetória educacional no Brasil, muitas vezes por fatores socioeconômicos, dificuldades de aprendizagem ou desmotivação são os elementos de desestímulo ao aprendizado e a expectativa de formação seja superior e ou técnica.

O número de alunos matriculados em Tempo Integral apresentado é de 24,4% indica que menos de um quarto dos estudantes da Educação Básica tem acesso à

jornada ampliada, que oferece mais horas de estudo, atividades complementares e maior suporte pedagógico. A ampliação do tempo integral é uma das estratégias centrais para melhorar a aprendizagem, mas os números mostram que ainda há muito a avançar nesse aspecto.

Com relação a Taxa de Distorção Série-Idade é de 18,4%. Isso significa que quase um quinto dos alunos está cursando uma série incompatível com sua idade, geralmente em atraso. Esse fenômeno é consequência, muitas vezes, de reprovações repetidas, interrupções nos estudos ou dificuldades de acesso à escola na idade certa, e representa um grande desafio para a equidade educacional.

O conjunto desses indicadores revela um cenário que exige atenção e ação integrada. De um lado, há avanços importantes, como a ampliação do tempo integral e a presença significativa de jovens na escola. De outro, taxas como a baixa aprovação, o abandono e a distorção série-idade apontam para a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, investimento na formação docente, apoio pedagógico e condições adequadas de aprendizagem. Somente com esforços conjuntos será possível transformar esses números em uma educação mais justa, inclusiva e de qualidade para todos.

**ANÁLISE CAUSAL**

Segundo o Diagnóstico Nacional para Elaboração do Novo PME - 2026/2036: “Uma causa crítica que explica o motivo da baixa proficiência média no Saeb do ensino fundamental e do ensino médio, assim como em avaliações internacionais como o Pirls e o Pisa, é a baixa qualidade das interações e práticas pedagógicas entre professores, estudantes, demais profissionais da escola e da comunidade escolar, em especial dos pais ou responsáveis.”, o que reforça a perspectiva de baixo estímulo por partes de alunos e responsáveis, assim como a dificuldade pedagógica e muita vezes a rasa base teórica e prática portada pelos novos profissionais da Educação: “... baixa qualidade da formação inicial docente, que

pouco prepara a maioria dos professores para atuarem em sala de aula,...” (Soares, 2017).

A articulação entre os profissionais do magistério no ambiente escolar mostra-se, em diversas situações, bastante frágil. Na falta de orientações que viabilizem uma coordenação pedagógica eficaz, o projeto pedagógico da instituição tende a perder coerência ou a assumir um caráter meramente ilustrativo. Quando o trabalho coletivo e articulado dos docentes não recebe o devido reconhecimento ou incentivo, o tempo reservado à hora-atividade (1/3 da jornada) acaba sendo subutilizado, o que compromete diretamente o planejamento escolar (BRASIL, 2026).

Outra dificuldade está no público da mais baixa renda, que observa o cenário educacional com visão mais restrita em detrimento a opção por sua colocação no mercado de trabalho, como é o caso do ensino médio.

Por fim, o Diagnóstico da Educação Nacional (já citado), define que: “...Ambiente e clima escolar, muitas vezes, não favorecem o desenvolvimento das aprendizagens.”, o que denota uma mudança educacional mais estruturada e a quebra de paradigmas, sociais e educacionais mais exemplos.

## 6) EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

### PROBLEMA

A ampliação da oferta em tempo integral, requer análise aprofundada para criação de propostas educacionais concisas que estejam a favor do aprendizado, que despertem o interesse dos estudantes e estimulem a matrícula e a permanência dos mesmos nas atividades em tempo integral.

E a partir disso o investimento em estrutura física e pedagógica (profissionais qualificados e diversificados além de currículos pertinentes a cada faixa etária) representa o maior esforço para a realização e crescimento da Educação em Tempo Integral.

### ANÁLISE DESCRITIVA

A implementação do ensino em tempo integral, sob a perspectiva da educação integral nas redes públicas, enfrenta desafios significativos, mesmo diante da quase universalização do acesso ao ensino fundamental. Tais obstáculos se intensificam quando se considera não apenas a ampliação do tempo escolar cronológico, mas também a necessidade de uma reestruturação pedagógica e curricular profunda.

Os principais entraves dividem-se em duas dimensões: a infraestrutural e a curricular. A primeira exige investimentos em espaços adequados (laboratórios, bibliotecas, refeitórios) e na ampliação e formação continuada do quadro de profissionais. A segunda demanda a construção de um currículo flexível e abrangente, que integre disciplinas básicas a atividades extensionistas e reconheça as diversidades regionais e individuais, garantindo o desenvolvimento integral dos estudantes - “a escola em tempo integral não pode ser somente um repositório humano, deve ter objetivos”.

A educação em tempo integral enfrenta desafios que transcendem a infraestrutura e o currículo, abrangendo também o financiamento e a adesão comunitária. O financiamento adequado é indispensável para custear despesas adicionais com pessoal, manutenção, alimentação e materiais, garantindo a sustentabilidade dos

programas. Paralelamente, a aceitação da comunidade exige mudanças culturais e adaptação a uma nova rotina, conforme Diagnóstico Educação Nacional: "...Além disso, há desafios relacionados ao financiamento. A educação em tempo integral exige investimentos significativos para cobrir custos adicionais com pessoal, manutenção, alimentação e materiais didáticos. O financiamento adequado é crucial para garantir a qualidade e a sustentabilidade desses programas ao longo do tempo...".

A jornada em tempo integral no município de Rio dos Cedros/SC, é oferecida em atividades de contraturno consideradas as totalizações de 35 hora semanais, onde os alunos frequentam atividades tanto nas unidades de ensino regular como em unidades anexas para cumprimento dessas atividades.

Uma análise dos indicadores nacionais foi apresentada no Diagnóstico de Educação Nacional, apresentando a evolução do percentual de alunos que pertencem ao ETI- Ensino em Tempo Integral, evidenciando crescimento no número de matrículas nacionais, como segue:

**Percentual de alunos da educação básica que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral - Brasil - 2013-2022.**

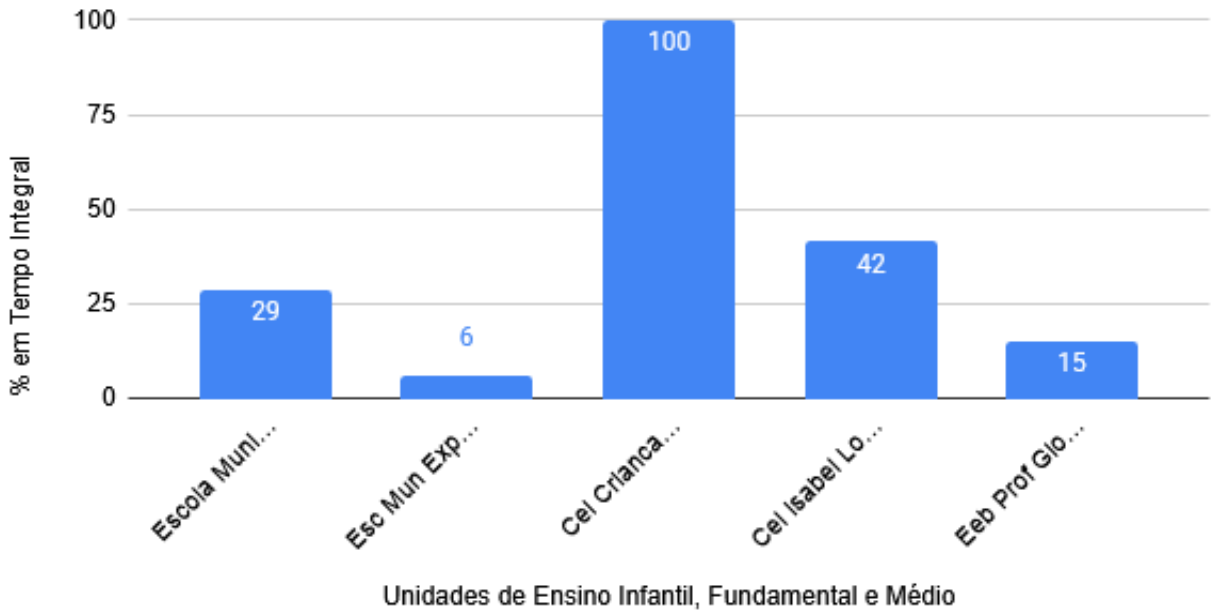



Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

A evolução percentual de um indicador ao longo de uma década (2013 a 2022), observa-se um comportamento marcado por oscilações significativas e uma tendência de crescimento recente. O período inicia em 2013 com o menor patamar registrado (13,6%), seguido por um aumento expressivo que atinge o pico inicial em 2015 (18,7%). Após essa alta, há uma queda acentuada em 2016 (13,1%), seguida por uma recuperação em 2017 (17,4%) e um novo recuo em 2018 (14,4%). Entre 2018 e 2020, o indicador mantém-se relativamente estável, com pequenas variações (14,9% em 2019 e 13,5% em 2020). Contudo, a partir de 2021, observa-se uma trajetória de alta consistente, culminando em 2022 no maior índice de toda a série histórica (18,2%). Esse movimento final sugere que, após anos de flutuações, o indicador voltou a patamares elevados, superando inclusive o pico anterior de 2015, o que pode indicar uma mudança estrutural ou um desafio crescente que demanda atenção nos anos subsequentes.

**Percentual de Alunos em Jornada de Tempo Integral (ETI) de Rio dos Cedros/SC**

**Por Unidade Escolar**




Fonte: ESCOLAS BRASIL. Escola em Rio dos Cedros – Santa Catarina

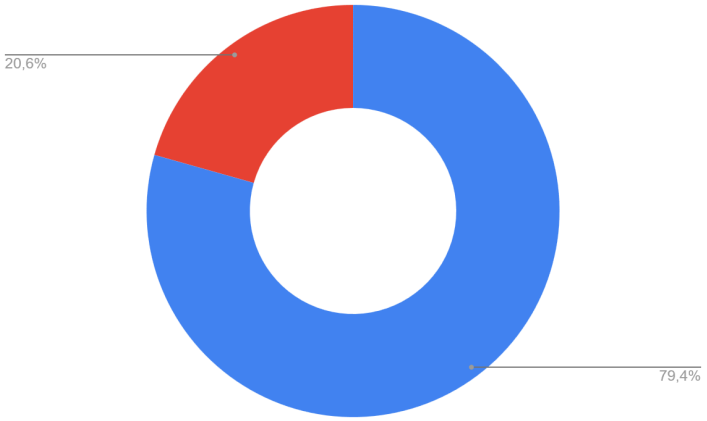
Data da Coleta: 21/08/2026

Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona

https:https://escolasbrasil.org/santa-catarina

**Percentual de Alunos em Jornada de Tempo Integral de Rio dos Cedros/SC (Dependências Municipal e Estadual)**

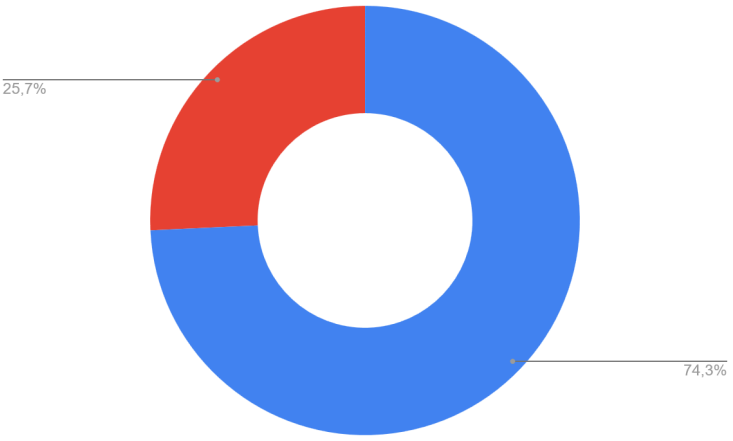
Alunos em Tempo Integral Total de Alunos Parcial(Regular)




Fonte: ESCOLAS BRASIL. Escola em Rio dos Cedros – Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https:https://escolasbrasil.org/santa-catarina

**Percentual de Alunos em Jornada de Tempo Integral de Rio dos Cedros/SC (Dependências Municipal)**

Alunos em Tempo Integral Total de Alunos Parcial(Regular)




Fonte: ESCOLAS BRASIL. Escola em Rio dos Cedros – Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https:https://escolasbrasil.org/santa-catarina

**ANÁLISE CAUSAL**

A ampliação da oferta de educação em tempo integral nas redes públicas decorre

da necessidade de se promover uma formação mais completa e integrada dos estudantes, que vá além da simples extensão do tempo escolar. Contudo, a efetiva implementação dessa modalidade enfrenta uma cadeia de fatores causais interligados.

Em primeiro lugar, a quase universalização do acesso ao ensino fundamental criou condições para que se discutisse a qualidade e a profundidade da formação oferecida, o que impulsionou a demanda por educação integral. No entanto, essa mesma expansão do acesso revelou limitações estruturais e pedagógicas que dificultam a implantação do tempo integral.

A causa imediata dos entraves está na insuficiência de infraestrutura adequada — como laboratórios, bibliotecas e refeitórios — e na carência de profissionais qualificados e diversificados, bem como de currículos flexíveis e contextualizados. Esses fatores, por sua vez, decorrem da falta de investimento contínuo e suficiente por parte do poder público.

Além disso, a ausência de financiamento adequado impede a sustentabilidade dos programas, pois não cobre despesas adicionais com pessoal, alimentação, manutenção e materiais didáticos. Essa limitação financeira retroalimenta a precariedade estrutural e dificulta a formação continuada dos profissionais.

Paralelamente, há uma dimensão sociocultural que atua como causa secundária: a resistência da comunidade escolar e das famílias à nova rotina de tempo integral, o que exige mudanças culturais e adaptações significativas. Essa resistência pode reduzir a adesão e a permanência dos estudantes, comprometendo o sucesso da proposta.

No caso específico do município de Rio dos Cedros/SC, a oferta de jornada em tempo integral ocorre por meio de atividades de contraturno, totalizando 35 horas semanais, realizadas tanto em unidades de ensino regular quanto em unidades anexas. Isso evidencia uma adaptação local às condições existentes, mas também revela a fragmentação da proposta pedagógica, que pode não configurar uma educação integral plena.

Por fim, os indicadores nacionais apresentados no Diagnóstico da Educação Nacional mostram crescimento no número de matrículas em ETI, o que sugere que, apesar dos desafios, há uma tendência de expansão. Esse crescimento, no entanto, só se sustenta e se qualifica se as causas estruturais, curriculares, financeiras e culturais forem enfrentadas de forma integrada.

## 7) CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

**PROBLEMA**

Desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania digital.

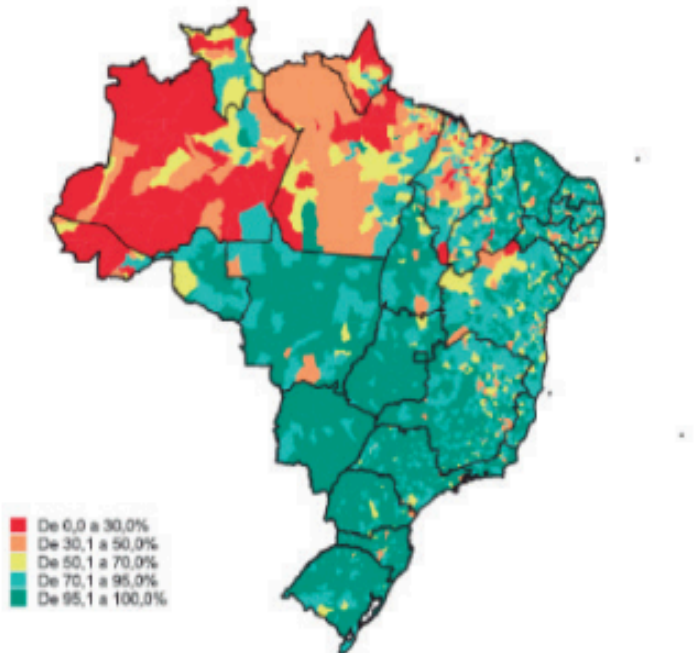
**ANÁLISE DESCRITIVA**

Em 2023, a educação digital foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), por meio do artigo 4º, inciso XII. Esse dispositivo define as obrigações do Estado para com a educação escolar pública, assegurando, entre outros direitos, a garantia de:

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professores do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Brasil, 1996).

**Percentual das Escolas da Educação Básica com acesso a Internet no Brasil**

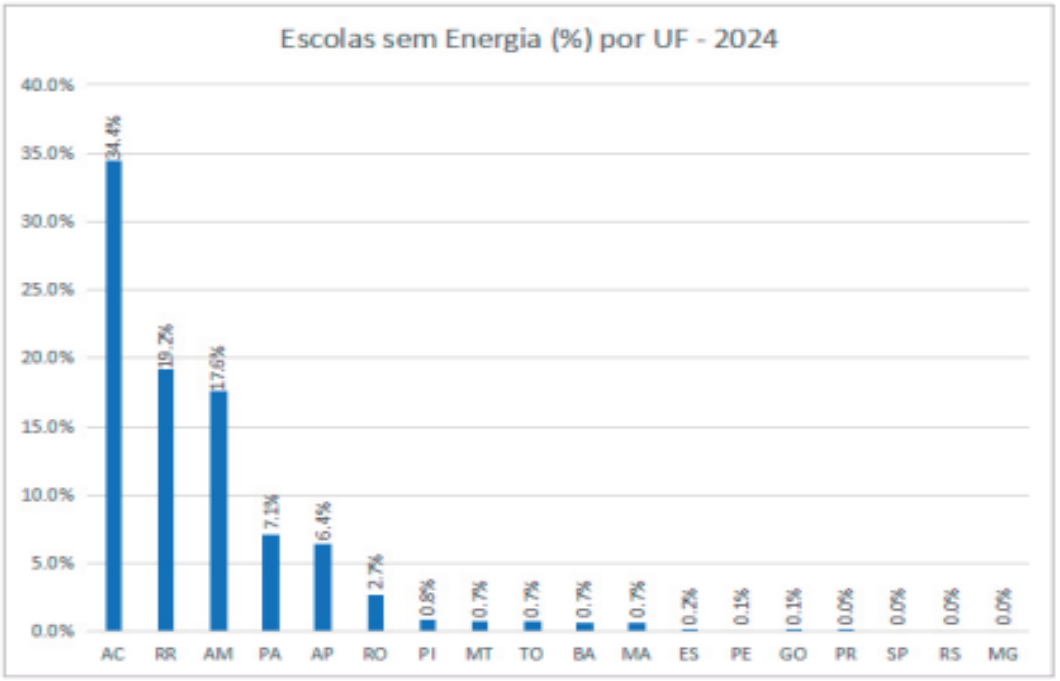



Fonte: Inep 2023.

Fonte: Instituto Anísio Teixeira - INEP 2023
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br

Uma clara disparidade regional é observada na infraestrutura tecnológica educacional. A região Sudeste, Sul e grande parte do Centro-Oeste apresentam, predominantemente, a cor verde-escuro, indicando que a maioria de seus municípios possui altos índices de conectividade (entre 95,1% e 100%). Em contraste, a região Norte e partes do Nordeste exibem uma concentração significativa de tons vermelhos e laranjas, que representam os menores percentuais de acesso (de 0,0 a 50,0%). Essa configuração geográfica evidencia que, embora o acesso à internet nas escolas seja quase universal em algumas áreas do país, ainda existem bolsões críticos de exclusão digital nas regiões mais periféricas, refletindo desigualdades históricas no investimento em infraestrutura e conectividade.

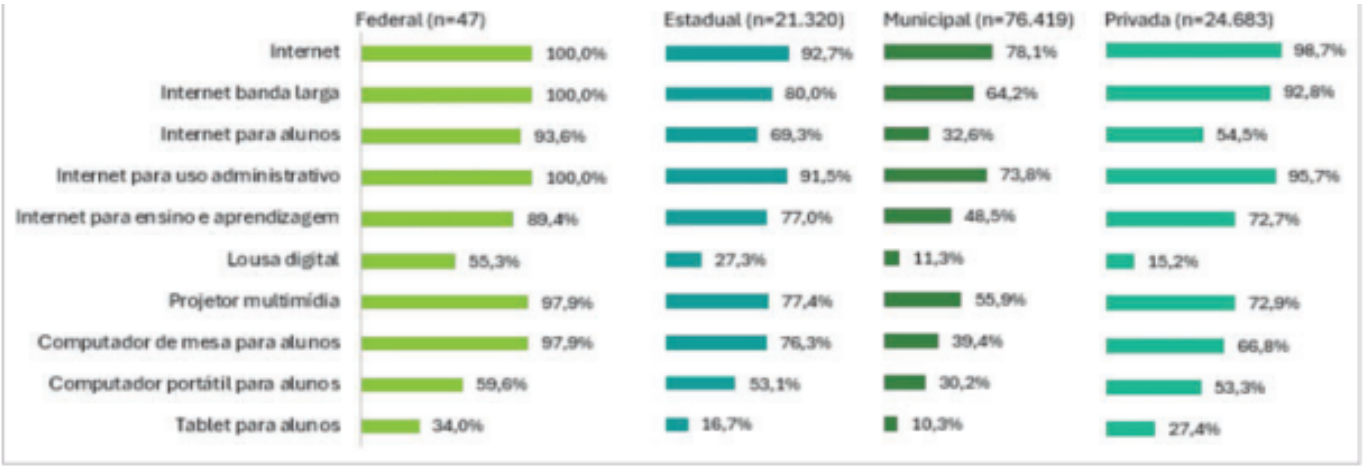
**Condição de acesso à energia elétrica por parte das escolas nos estados Brasileiros.**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

O cenário no Brasil é alarmante na desigualdade na infraestrutura básica escolar, concentrado drasticamente na região Norte do país. O estado do Acre (AC) lidera negativamente com um índice altíssimo de 34,4% das escolas sem acesso à energia elétrica, seguido por Roraima (RR) com 19,2% e Amazonas (AM) com 17,5%. Na sequência, Pará (PA) e Amapá (AP) também apresentam percentuais preocupantes (7,1% e 6,4%, respectivamente). Em contrapartida, a partir de Rondônia (RO), observa-se uma queda abrupta nos índices; estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como Paraná (PR), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS), apresentam percentuais praticamente zerados (variando de 0,0% a 0,1%). Essa disparidade geográfica revela que, em pleno ano de 2024, a falta de um insumo tão básico quanto a eletricidade ainda é uma barreira severa para o ensino na Amazônia Legal, contrastando com a realidade quase universal de energia nas escolas das regiões mais desenvolvidas do Brasil.

**Recursos Tecnológicos disponíveis em escolas de ensino fundamental no Brasil.**



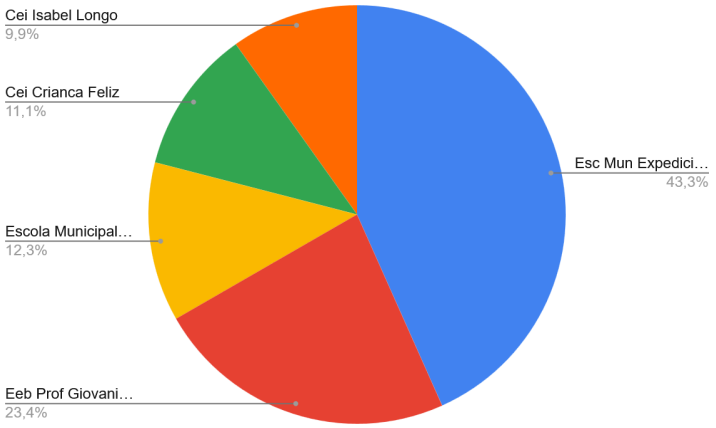

Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

**Escolas que possuem infraestrutura e Serviços, para uso pedagógico e administrativo em Rio dos Cedros/SC.**

| **Infraestrutura e serviços** | Número de Escolas Que possuem o recurso |
|---|---|
| Internet | 5 |
| Banda larga | 5 |
| Computadores | 5 |
| Lab. de informática | 3 |

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Estatísticas Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar

**Número de matrículas por Unidade Escolar de Rio dos Cedros/SC.**




Fonte: ESCOLAS BRASIL. Escola em Rio dos Cedros – Santa Catarina
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https:https://escolasbrasil.org/santa-catarina/rio-dos-cedros/42019095

**Infraestrutura de Computadores e Internet nas Escolas de Rio dos Cedros/SC**

| Unidade Escolar | Dependência | Computadores | Portáteis | Internet de Banda Larga |
|---|---|---|---|---|
| Cei Isabel Longo | municipal | 13 | 12 | Sim |
| Esc Mun Expedicionario Servino Mengarda | municipal | 100 | 21 | Sim |
| Cei Crianca Feliz | municipal | 10 | 5 | Sim |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito João Floriani | municipal | 70 | 7 | Sim |
| EEB Professor Giovani Trentini | estadual | 28 | 1 | Sim |

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
Estatísticas Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar

A infraestrutura de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) disponível nas unidades escolares do município de Rio dos Cedros, advém de dados provenientes dos Microdados do Educacenso referentes ao ano de 2025, abrangendo uma amostra de cinco instituições de ensino, sendo quatro de dependência administrativa municipal e uma estadual.

A análise dos indicadores revela que a totalidade das escolas listadas (100% da amostra) possui acesso à internet de banda larga, o que demonstra uma universalização da conectividade básica no território analisado, condição essencial para a modernização do processo de ensino-aprendizagem. No que tange ao parque tecnológico, observa-se uma heterogeneidade na distribuição de equipamentos. A "Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito João Floriani" destaca-se por possuir a maior quantidade de computadores de mesa (70 unidades), seguida pela "Esc Mun Expedicionário Servino Mengarda" com 100 unidades. Em contrapartida, os Centros de Educação Infantil (CEI) "Isabel Longo" e "Criança Feliz" apresentam os menores quantitativos de computadores de mesa (13 e 10, respectivamente).

Quanto à mobilidade tecnológica, representada pelo número de computadores portáteis (notebooks), verifica-se uma distribuição mais equilibrada, com destaque para o CEI Isabel Longo (12 portáteis) e a Escola Municipal Prefeito João Floriani (7 portáteis). A única instituição da rede estadual na amostra, a "EEB Professor Giovani Trentini", apresenta um quantitativo intermediário de computadores de mesa (28) e uma baixa disponibilidade de portáteis (apenas 1 unidade).

A conectividade de banda larga está assegurada em todas as unidades escolares analisadas, a infraestrutura de hardware apresenta disparidades quantitativas entre as instituições. A presença de computadores portáteis em todas as escolas sugere um esforço para a implementação de práticas pedagógicas móveis, embora a quantidade desses dispositivos ainda seja limitada em algumas unidades, especialmente na rede estadual.

**ANÁLISE CAUSAL**

A incorporação da educação digital à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 2023, que estabelece a garantia de conectividade em alta velocidade e o desenvolvimento de competências digitais, representa um marco normativo essencial para a modernização do ensino. No entanto, a análise dos dados de infraestrutura revela uma profunda lacuna entre a previsão legal e a realidade material, uma vez que a

efetivação desse direito depende de condições estruturais básicas que ainda são precárias em diversas regiões do país. Nesse sentido, a causalidade da exclusão digital educacional no Brasil não pode ser dissociada de desigualdades históricas de investimento em infraestrutura, que se manifestam de forma geograficamente concentrada.

A disparidade regional observada no acesso à internet e à energia elétrica evidencia uma relação causal direta entre a localização geográfica e a qualidade da infraestrutura escolar. Enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam índices de conectividade próximos à universalização (95,1% a 100%), a região Norte e partes do Nordeste concentram os piores indicadores, com estados como o Acre liderando negativamente com 34,4% das escolas sem energia elétrica. Essa carência energética é um fator limitante primário: sem eletricidade, torna-se inviável não apenas o funcionamento de computadores e da internet de banda larga, mas também a própria execução de atividades pedagógicas básicas, criando um ciclo de vulnerabilidade que perpetua a exclusão digital e a desigualdade educacional nessas localidades.

Em contrapartida, ao analisar o contexto específico de Rio dos Cedros/SC, observa-se que a totalidade das escolas municipais e estaduais analisadas possui acesso à internet de banda larga, o que reflete a realidade de uma região com infraestrutura mais consolidada, alinhada aos altos índices de conectividade do Sul do país. Contudo, a análise causal dos dados locais revela que a presença da conectividade não se traduz automaticamente em equidade de recursos tecnológicos. A distribuição heterogênea de computadores de mesa e portáteis entre as instituições — com uma escola municipal concentrando 100 computadores enquanto os Centros de Educação Infantil possuem apenas 10 a 13 — sugere que fatores como a dependência administrativa, o porte da escola e as políticas de financiamento local influenciam diretamente a disponibilidade de hardware, criando disparidades intra-municipais que podem impactar a qualidade do letramento digital ofertado.

Por fim, a garantia da educação digital, conforme preconiza a LDB, exige uma abordagem multifacetada que contemple tanto a superação das desigualdades regionais de infraestrutura básica (como energia elétrica e conectividade) quanto a distribuição equitativa de equipamentos dentro dos municípios. A existência de computadores portáteis em todas as escolas de Rio dos Cedros sinaliza um esforço para práticas pedagógicas móveis, mas a quantidade limitada desses dispositivos, especialmente na rede estadual, indica que a mobilidade tecnológica ainda é incipiente. Assim, a efetivação do direito à educação digital depende de políticas públicas que atuem de forma integrada, corrigindo as causas estruturais da exclusão e garantindo não apenas o acesso à rede, mas também a disponibilidade de recursos e a formação docente para o uso pedagógico das TIC.

## 8) EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

### PROBLEMA

O acesso, a qualidade da oferta e a permanência, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola não estão assegurados.

### OBSERVAÇÕES

Até o momento da finalização deste documento, não havia indicadores diretos calculados pelo Inep para as Metas do Objetivo 8. Dados provenientes do estudo catarinense podem auxiliar na compreensão da realidade educacional desse grupo.

A população indigene, quilombola e do campo  em Rio dos Cedros não é identificada e portanto análise estatística mais apurada é de difícil realização.

### ANÁLISE DESCRITIVA

O Diagnóstico da Educação Nacional , aponta que segundo o Censo Demográfico de 2023 (IBGE), a população indígena brasileira totaliza 1.693.535 indivíduos, o que equivale a 0,83% do contingente populacional do país. Apesar dessa representatividade, os indicadores educacionais revelam uma realidade de vulnerabilidade: apenas 65,6% dos jovens indígenas com 16 anos concluíram o ensino fundamental, e somente 58,4% dos indígenas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentam ou já finalizaram o ensino médio.

No que tange à distribuição territorial, os dados demonstram que a maioria dessa população reside fora de terras indígenas, somando 1,1 milhão de pessoas (63,27%), enquanto 622,1 mil (36,73%) habitam territórios demarcados. A concentração geográfica em terras indígenas é notável: três estados — Amazonas (149 mil), Roraima (71,4 mil) e Mato Grosso do Sul (68,5 mil) — abrigam quase metade (46,46%) dos indígenas que vivem nessas áreas.

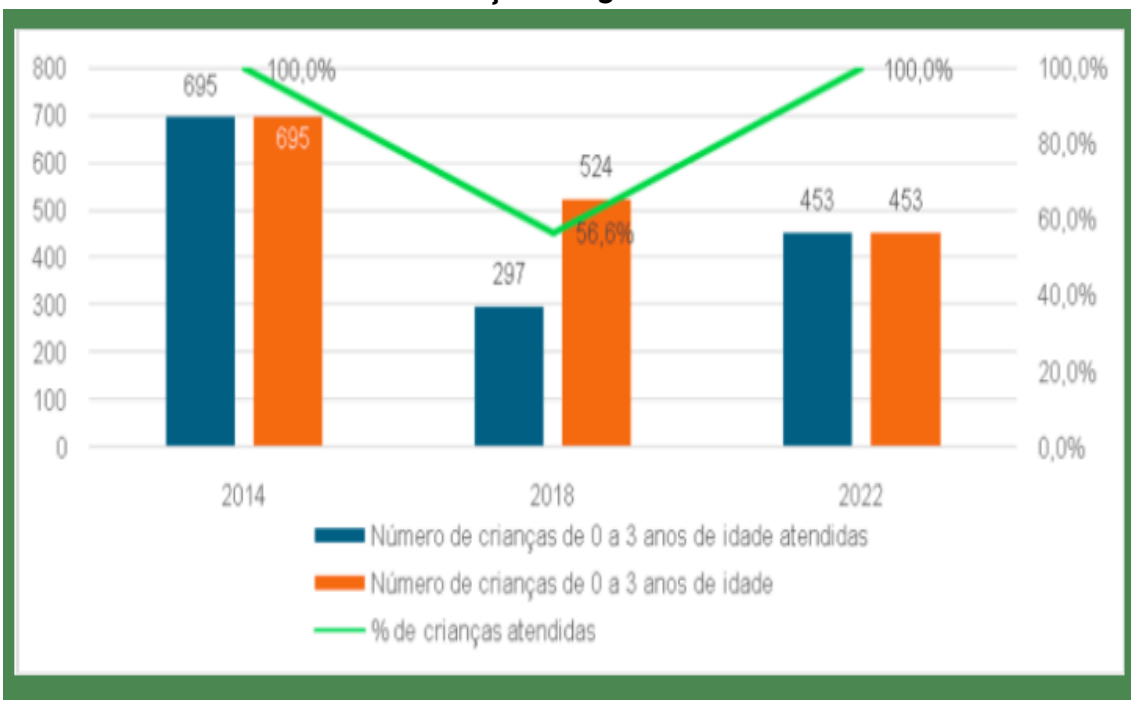
Esses dados, provenientes do Diagnóstico da Educação Nacional, evidenciam a necessidade de políticas públicas que contemplem tanto a dimensão educacional quanto a territorial, uma vez que a maioria da população indígena está fora das terras tradicionalmente ocupadas, o que demanda estratégias de inclusão escolar adaptadas a contextos urbanos e rurais diversos.

O Diagnóstico da Educação Catarinense aponta para: A população indígena do estado de Santa Catarina está presente em 228 municípios e chegou a 21.773 pessoas, segundo o Censo Demográfico 2022, representando 0,3% do total de habitantes. Dentre a população indígena, 10.792 (49,57%) residiam em terras indígenas e 10.981 (50,43%) fora delas (IBGE, 2023).

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2022, a taxa de alfabetização entre a população indígena de Santa Catarina, na faixa etária de 15 anos ou mais, atingiu 91,89%. Ao desagregar esse índice por gênero, observa-se uma ligeira disparidade: os homens apresentam uma taxa de 93,23%, enquanto as mulheres registram 90,57%, resultando em uma diferença de 2,66 pontos percentuais entre os sexos. Apesar do patamar elevado, a análise comparativa com as metas estabelecidas revela uma lacuna: a Meta 9 do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC) vigente, que previa o alcance de 98% de alfabetização até o ano de 2017, não foi cumprida no que se refere à população indígena, evidenciando um déficit histórico que persiste mesmo após o prazo estipulado.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), todas as crianças indígenas de 4 a 5 anos de idade em Santa Catarina estavam matriculadas na escola ou na creche em todos os anos analisados (2015, 2018, 2019 e 2022), o que corresponde a uma taxa de frequência de 100%. Esse resultado indica que o estado catarinense cumpriu o objetivo da Meta 1, que estabelece a universalização do acesso à pré-escola para essa faixa etária, cujo prazo de cumprimento era o ano de 2016. Dessa forma, diferentemente do observado na Meta 9 (alfabetização), a Meta 1 foi plenamente alcançada para a população indígena no que se refere à educação infantil.

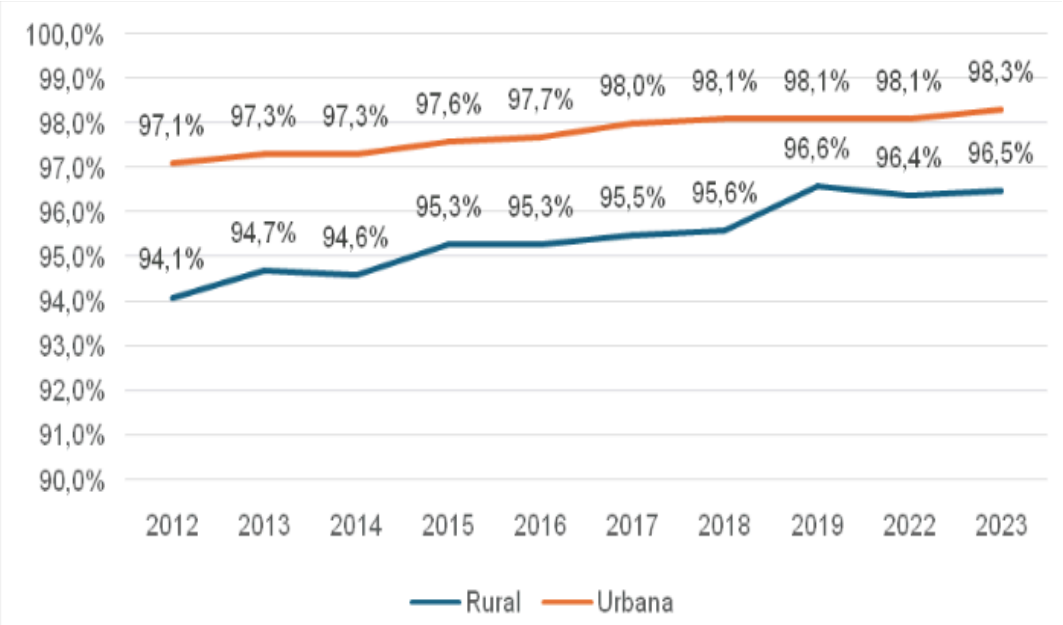
**Atendimento de crianças indígenas em Santa Catarina**




Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

Conforme os dados de 2022, a população rural de Santa Catarina totalizou 886.089 habitantes, o que representa 11,6% do contingente populacional do estado. Em contrapartida, a população urbana somou 6.724.272 pessoas, correspondendo a 88,4% do total de residentes. Esses números evidenciam a predominância da concentração populacional nas áreas urbanas catarinenses, embora a população rural ainda mantenha uma presença significativa, o que demanda políticas públicas específicas para a educação do campo e para a garantia de direitos nas áreas rurais.

**Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade por zona de localização - Santa Catarina 2012-2019/2022-2023**




Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

Em 2023, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em áreas rurais atingiu 11,3 anos de estudo, o que representa um acréscimo de 1,2 ano em comparação a 2012, quando o índice era de 10,1 anos. Esse avanço, embora positivo, ainda se mantém aquém da Meta 8 do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), que preconiza "12 anos de escolaridade média para essa população até 2025". Dessa forma, os dados evidenciam uma trajetória de progresso, mas também a persistência de um déficit que demanda esforços adicionais para o cumprimento da meta estabelecida no prazo previsto.

A população rural de Rio dos Cedros/SC mantém uma representatividade significativa no município, embora os dados mais recentes indiquem uma tendência de redução proporcional em relação à população urbana. Segundo informações do Censo Demográfico de 2022, o município totaliza 10.865 habitantes , dos quais aproximadamente 4.494 pessoas residem em área rural, o que corresponde a 41,36% do total, enquanto a população urbana soma 6.371 habitantes (58,64%) . Esses números evidenciam que, diferentemente da média

estadual de Santa Catarina — onde a população rural representa apenas 11,6% —, Rio dos Cedros ainda conserva uma expressiva parcela de residentes no campo, reflexo de sua vocação agrícola e de sua formação histórica vinculada à colonização italiana e alemã, segundo Censo Demográfico de 2022.

Torna-se ainda mais premente, uma vez que uma parcela considerável da população em idade escolar reside em áreas rurais dispersas pelo território, uma educação voltada às demandas. Porém, as atividades de produção e extrativismo não costumam gerar demandas de reorganização de calendários escolares mais impactantes.

O Censo Demográfico de 2022, demonstrou que a população quilombola de Santa Catarina, distribuída em 28 municípios, totalizou 4.449 pessoas, o que equivale a 0,06% dos 7.610.361 habitantes do estado. Desse contingente, apenas 13,04% (580 pessoas) residiam em territórios quilombolas, enquanto a expressiva maioria — 86,96%, ou 3.869 pessoas — vivia fora dessas áreas. Cabe destacar que, nos territórios quilombolas, também habitavam 84 pessoas não quilombolas, o que eleva o total de residentes nessas áreas a 664 habitantes. Esses dados revelam que a maior parte da população quilombola catarinense está dispersa fora de seus territórios tradicionais, o que impõe desafios adicionais para a implementação de políticas públicas educacionais culturalmente referenciadas e territorialmente adequadas.

Em Rio dos Cedros/SC, não há registro de comunidades ou populações quilombolas, do campo ou indígenas, e portanto não há dados estatísticos apurados a respeito.

## 9) EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

### PROBLEMA

O Diagnóstico da Educação Brasileira identifica que: “O acesso, a permanência, a oferta de atendimento educacional especializado e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e dos estudantes público-alvo da educação bilíngue de surdos são insuficientes e desiguais em todos os níveis, as etapas e as modalidades de ensino”.

A realidade de Rio dos Cedros/SC, está voltada ao atendimento da Educação Inclusiva e sua maior faixa devido a maior demanda. Já o público alvo da educação bilíngue de surdos é de menor quantidade. As dificuldades encontradas são a pouca existência de profissionais habilitados para atendimento à essas áreas.

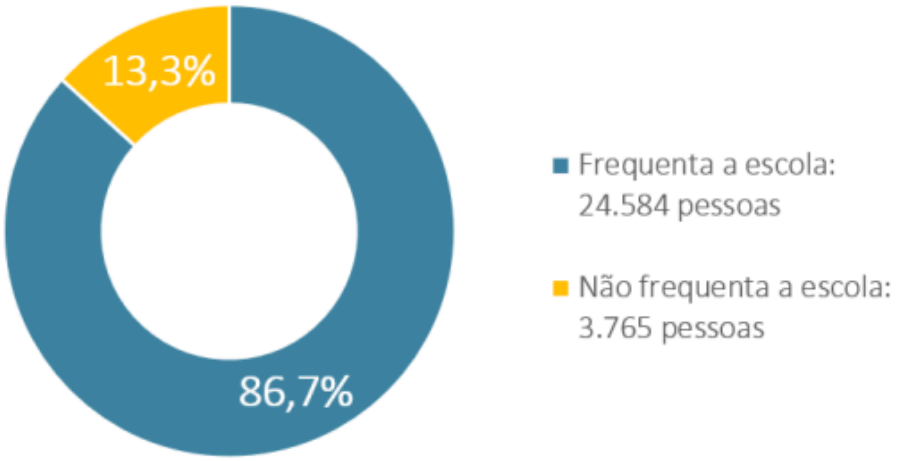
Pouco acesso à saúde para diagnósticos e laudos médicos necessários à implementação de procedimentos adequados ao atendimento educacional especializado do público alvo.

### ANÁLISE DESCRITIVA

Com a evolução das ações para a atenção ao público alvo da educação inclusiva como os Marcos legais: 208 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e o artigo 54 da Lei n.o 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA),A Resolução-MEC/CNE2, vieram trazendo processos e normatizações extremamente significativas para a construção e manutenção de um sistema educacional inclusivo.

Em Santa Catarina o percentual da população de 4 a 17 anos com alguma deficiência ou necessidade especial que não frequenta a escola é de expressivos 13,3% em apuração realizada no ano de 2010.

**Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência por situação de frequência à escola – Santa Catarina – 2010.**

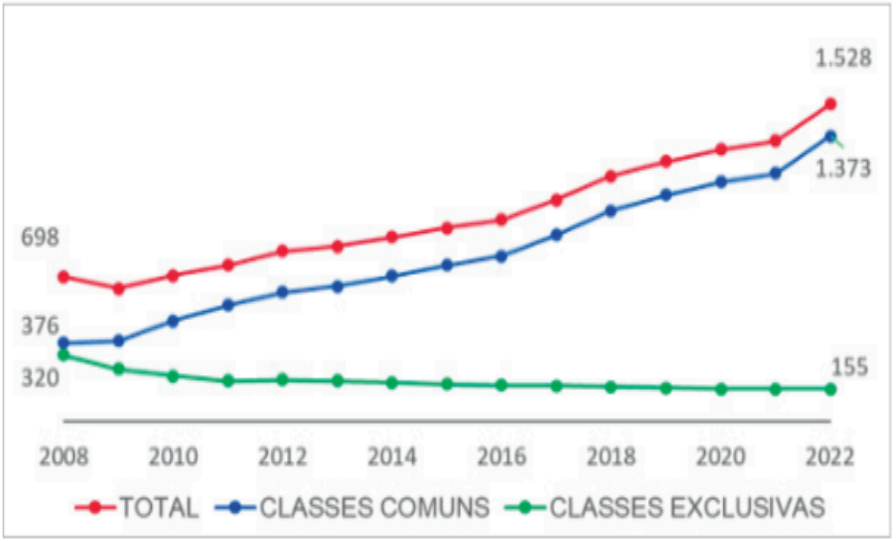



Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

Os dos mais expressivos e importantes são a Resolução n.o 4/2009 e o Decreto n.o 7.611/2011, a Portaria Normativa MEC n.o 13/ 2007 que instituiu as SRM - Salas de Recursos Multifuncionais, com suas ferramentas para aparelhamento e melhoria do atendimento educacional especializado.

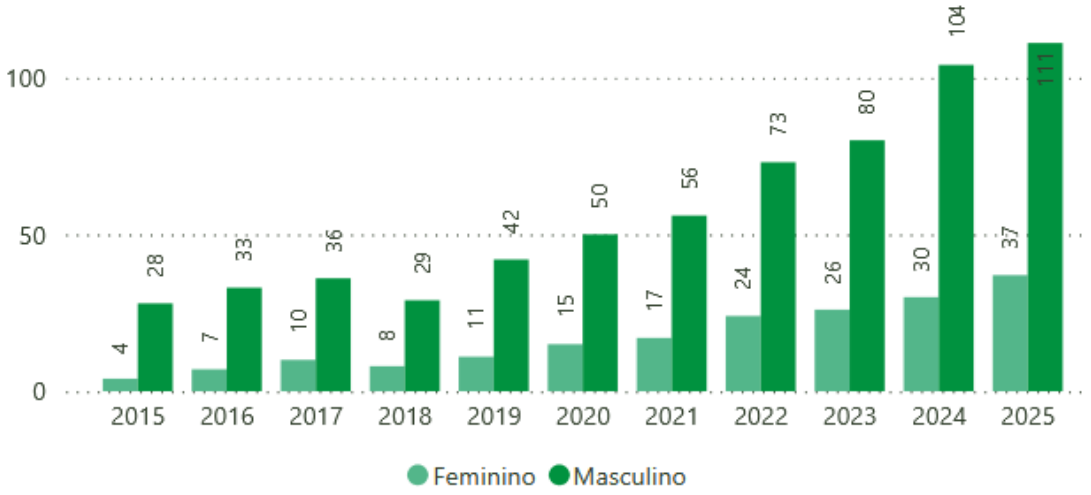
Conforme Diagnóstico da Educação Brasileira, entre 2003 e 2022, o número total de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) apresentou um crescimento expressivo, praticamente triplicando no período, ao passar de 445.661 para 1.527.794 matrículas. Desse total, "90% estavam em classes comuns", o que evidencia uma mudança significativa no modelo de oferta da educação especial, com a ampliação da inclusão desses estudantes no ensino regular. Esse movimento reflete os avanços das políticas de educação inclusiva no Brasil, embora persista o desafio de garantir não apenas o acesso, mas também a qualidade do atendimento educacional especializado e as condições de permanência e aprendizagem nas classes comuns.

**Evolução do número de matrículas de estudantes do PAEE em classes comuns e exclusivas - 2008/2022 (em milhares)**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

**Evolução das matrículas da educação especial por sexo - ediucação básica - Rio dos Cedros - 2015 - 2025**




Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A análise da evolução das matrículas na Educação Especial em Rio dos Cedros (2015-2025) revela um crescimento exponencial e contínuo, saltando de 32 matrículas em 2015 para 134 em 2024, com projeção de superação em 2025. Esse aumento expressivo, especialmente acentuado a partir de 2019, sugere avanços nas políticas de educação inclusiva, maior identificação de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) e ampliação do acesso ao ensino regular. Contudo, o fenômeno impõe desafios à gestão municipal, que precisa expandir proporcionalmente os recursos humanos especializados, a infraestrutura acessível e os materiais adaptados para garantir a qualidade do atendimento.

Um aspecto crítico evidenciado pelos dados é a persistente disparidade de gênero: em todos os anos analisados, as matrículas masculinas superam significativamente as femininas, alcançando a proporção de 104 meninos para 30 meninas em 2024. Embora a literatura aponte maior prevalência de transtornos do neurodesenvolvimento no sexo masculino, essa diferença acentuada suscita questionamentos sobre possíveis vieses de identificação e encaminhamento, uma vez que meninas com necessidades educacionais específicas podem ser subdiagnosticadas. Nesse sentido, a análise reforça a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, visando critérios técnicos e equitativos na identificação e no atendimento, bem como o monitoramento contínuo da qualidade da inclusão escolar no município.

Serviços relevantes ao atendimento da população portadora de necessidades especiais  ocorre por meio de parcerias com  APAE de Timbó/SC, devido o município não possuir uma estrutura própria consolidada para atendimento especializado. O município destina recursos anuais à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Timbó.

No ano de 2024 a LEI ORDINÁRIA Nº 2.259, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 destinou R$. 160.000,00 reais  a título de subvenção social, para celebração de Termo de Colaboração. Já para 2025, foi autorizado um repasse de até R$ 168.000,00, sob a égide do PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 0006/2025,  para custeio de atendimentos, uma evolução de 5%.

**ANÁLISE CAUSAL**

A causa estrutural do problema é o gargalo diagnóstico na saúde pública a emissão de laudos médicos em tempo hábil, e a oferta de especialistas como neuropediatras e fonoaudiólogos é restrita em municípios de pequeno porte. Sem o laudo, que é documento essencial para o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), as famílias que não podem pagar pela rede privada ficam impedidas de destravar o suporte educacional de que seus filhos necessitam.

Como consequência direta dessa lacuna, o município terceiriza o atendimento especializado para a APAE de Timbó, de certa forma constitui dependência e cria uma vulnerabilidade sistêmica: o fluxo de atendimento das crianças fica condicionado à capacidade instalada de uma instituição privada em outro município, sem que a gestão local tenha controle direto sobre filas, critérios ou prioridades. Por outro lado ampara a população sem condições e autossustento de suas necessidades especiais.

Os dados mostrando que o Atendimento Educacional Especializado evoluiu positivamente  esse fator demonstra ampliação no esforço educacional para melhoria do processo de ensino aprendizagem, além de propiciar apoio ao professor da classe comum, que  se depara com demandas para as quais não foi devidamente formado.

A dimensão de gênero revela um viés de identificação que agrava o quadro. A disparidade de meninos para meninas  não se explica apenas por prevalência biológica: meninas tendem a ser subdiagnosticadas porque apresentam estratégias de camuflagem social mais elaboradas e porque os instrumentos de triagem foram historicamente calibrados com base em perfis masculinos.

Kreiser, N. L., & White, S. W. (2014), em suas pesquisas demonstrou que meninas autistas frequentemente apresentam interesses restritos socialmente aceitos (literatura, animais, música), que passam despercebidos como manifestações do espectro, em contraste com os interesses mais abertamente "atípicos" dos meninos

Em um contexto de acesso diagnóstico já fragilizado, esse viés se amplifica: meninas com necessidades específicas são menos encaminhadas, menos laudadas e, portanto, menos atendidas pelo AEE, fechando o circuito de exclusão que conecta a falta de especialistas no SUS à dependência externa e ao subdiagnóstico.

## 10) EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

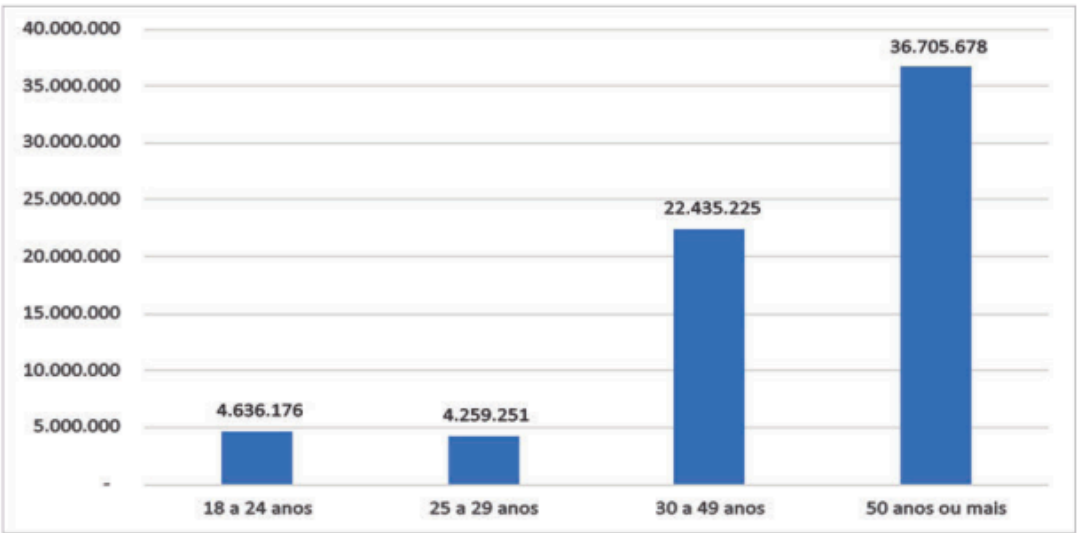
### PROBLEMA

Grande contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória não está alfabetizado, não concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio.

### ANÁLISE DESCRITIVA

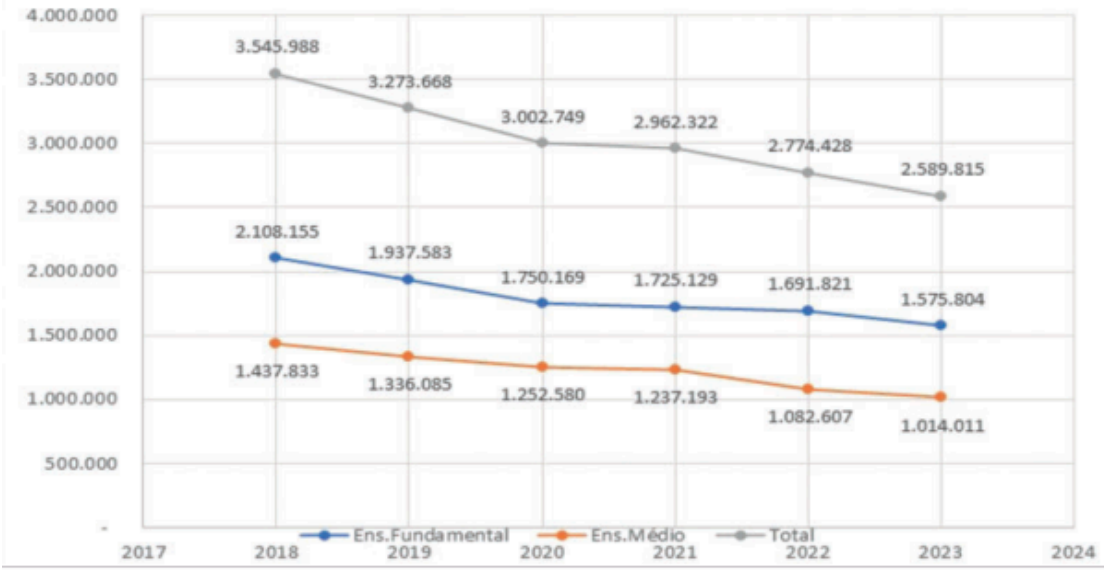
O público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem o centro de sua vida fora da escola: como aponta o texto-base, "O público da EJA encontra-se geralmente no mercado de trabalho, ainda que em ocupações de baixa qualificação e na informalidade", e, quando a escola e o mundo do trabalho disputam o tempo e a energia do mesmo grupo, "Na concorrência entre a escola e o mundo do trabalho, vence o trabalho, em função da necessidade de gerar renda e de sobreviver" — o que torna "A volta à escola para essa população [...] em si, um grande desafio", pois a natureza desse desafio não está na falta de vontade dos aprendizes, mas na defasagem estrutural entre o desenho institucional e suas condições de sobrevivência, de modo que "Um modelo de oferta que não leve isso e as características específicas dos estudantes em consideração é mais suscetível ao fracasso": quando a lógica temporal da escola não é compatível com a lógica de sobrevivência do trabalho, a ausência e o abandono tornam-se resultados previsíveis, e não algo que se explique por "falta de motivação", razão pela qual uma oferta efetiva de EJA não pode partir da premissa de que o estudante deve "primeiro se adaptar à escola", mas reconhecer a prioridade do trabalho para a sobrevivência e redesenhar, a partir disso, horários, conteúdos e formas de apoio, sob pena de cada "volta à escola" tender a repetir uma competição desde o início desequilibrada.

**Gráfico 2 – População de 18 anos ou mais que não frequenta a escola e não concluiu a educação básica – Brasil – 2023**



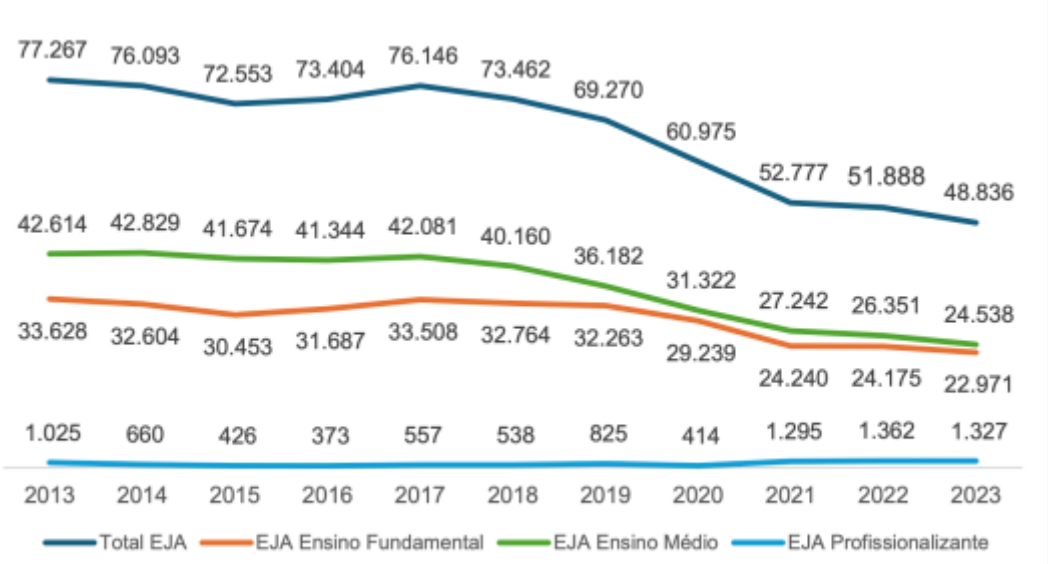

Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

**Evolução das matrículas na educação de jovens e adultos - Brasil -2018/2023**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

**Evolução de Matrículas de EJA - Santa Catarina (Diagnóstico da Educação de Santa Catarina)**




Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

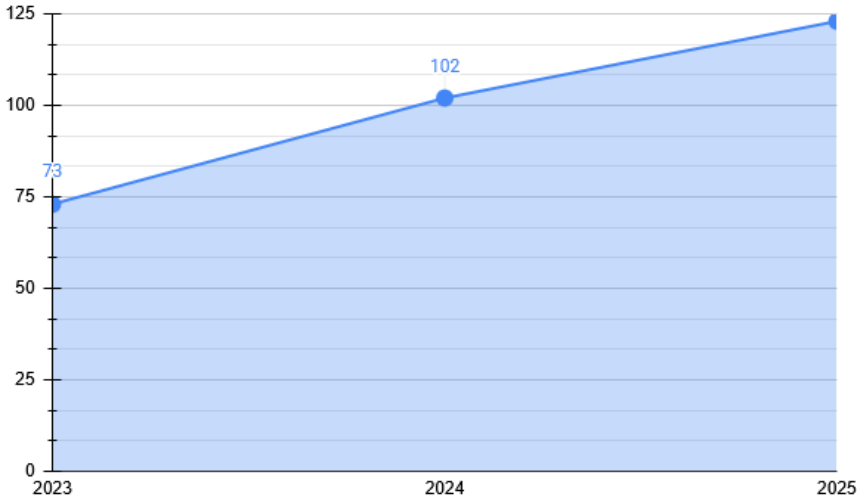
A análise de dados do país e regionais, ilustram bem cenários macroevolutivos que podem auxiliar na compreensão do cenário local/municipal.

A série histórica referente à evolução do número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Rio dos Cedros-SC, no triênio 2023-2025, apresenta uma trajetória de crescimento linear e contínuo. Em 2023, o quantitativo inicial registrado foi de 73 matrículas, evoluindo para 102 no ano subsequente — o que representa um incremento absoluto de 29 estudantes e uma taxa de expansão de aproximadamente 39,7% no primeiro intervalo.

O movimento ascendente sustenta-se no biênio seguinte, com o registro de 123 matrículas em 2025, configurando um acréscimo de 21 alunos (cerca de 20,6%) em relação a 2024. Tecnicamente, a série evidencia uma curva de expansão contínua, com taxa média de crescimento anual (CAGR) de aproximadamente 29,8% no período, resultando em um acréscimo total de 50 matrículas — um aumento de 68,5% no acumulado do triênio.

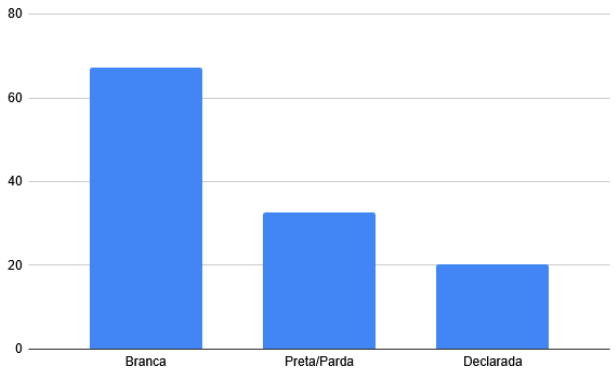
Esse comportamento ascendente indica não apenas a ampliação da demanda pela modalidade, mas também a possibilidade de que políticas de oferta e permanência estejam surtindo efeito local, embora o ritmo de crescimento sugira a necessidade de contínuo planejamento de infraestrutura e recursos pedagógicos para absorver a demanda futura.

**Evolução do número de matrículas de EJA em Rio dos Cedros-SC**




Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

**Matrículas por Cor/Raça de EJA  Rio dos Cedros/SC em 2025**

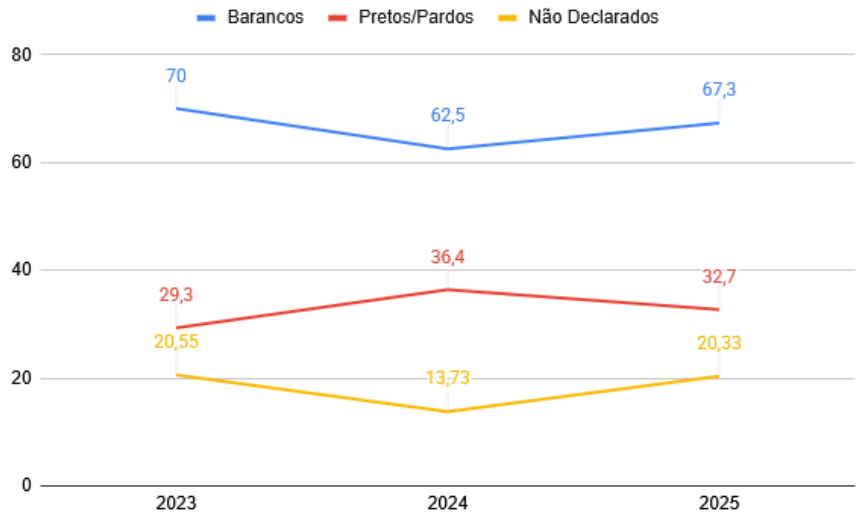



Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A análise da evolução raça/cor no triênio 2023-2025 revela uma estrutura de composição marcada pela hegemonia do grupo de Brancos, mas com oscilações significativas que apontam para uma retração temporária da participação majoritária em 2024. Em 2023, os Brancos representavam 70% do total, seguidos por Pretos/Pardos (29,3%) e Não Declarados (20,55%).

Já o ano de 2024 configura-se como um ponto de inflexão: há uma queda acentuada na proporção de Brancos (-7,5 pontos percentuais), acompanhada de um pico expressivo no grupo de Pretos/Pardos (36,4%) e de uma retração nos Não Declarados (13,73%). No entanto, o movimento de 2025 indica uma reversão parcial dessa tendência, com a recuperação da categoria Branca (67,3%) e o recuo de Pretos/Pardos para 32,7%, enquanto os Não Declarados voltam a crescer (20,33%). Tecnicamente, os dados evidenciam que, apesar da volatilidade anual — especialmente no que tange ao aumento da autodeclaração de Pretos/Pardos em 2024 —, a hierarquia racial do indicador permaneceu inalterada, mantendo uma assimetria estrutural com lacuna superior a 34 pontos percentuais entre Brancos e Pretos/Pardos ao final da série.

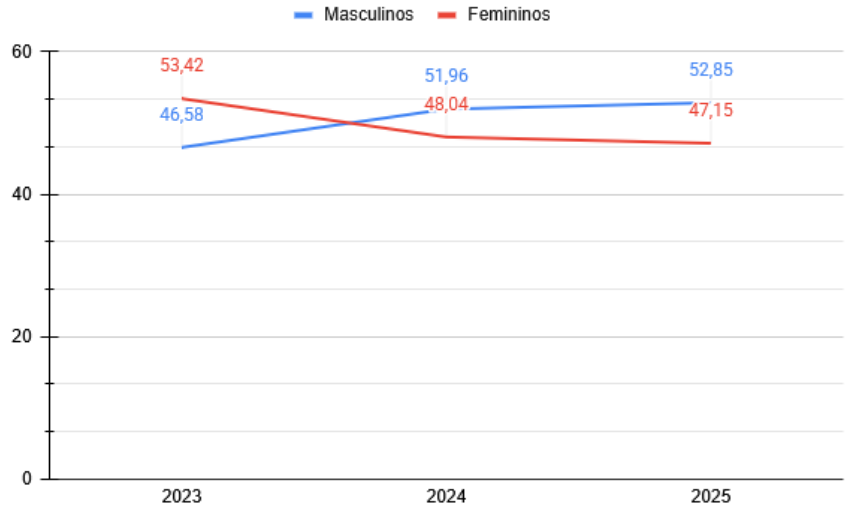
**Evolução de matrículas de EJA por Cor/Raça - Rio dos Cedros/SC (2023-2025)**




Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A evolução de matrículas de EJA por gênero, revela uma inversão na composição de gênero ao longo do triênio 2023-2025, marcada por uma tendência de masculinização do indicador. Em 2023, observa-se uma prevalência feminina (53,42% contra 46,58% masculina), cenário que se reverte já no ano seguinte. Entre 2023 e 2024, registou-se uma queda acentuada na participação feminina (-5,38 pontos percentuais) e um crescimento expressivo da masculina (+5,38 p.p.), resultando em 51,96% para homens e 48,04% para mulheres. No período de 2024 a 2025, a dinâmica mantém a hegemonia masculina, com um leve incremento para os homens (52,85%) e uma retração contínua para as mulheres (47,15%). Tecnicamente, a série evidencia um cruzamento de curvas (*crossover*) no primeiro intervalo, seguido de uma estabilização relativa com *gap* persistente de 5,7 pontos percentuais em favor do sexo masculino no final da série, indicando que a tendência de queda feminina, embora desacelerada, não foi revertida.

**Evolução de Matrículas por Gênero - Rio dos Cedros/SC (2023-2025)**




Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

## ANÁLISE CAUSAL

O aumento de 68,5% no período (de 73 para 123 matrículas) sugere uma confluência de fatores causais, e não apenas um acaso demográfico.

A causa primária é a expansão da oferta local ou a flexibilização do modelo de atendimento. Como aponta a análise descritiva, o público da EJA é majoritariamente trabalhador; logo, o crescimento pode ser atribuído à adoção de estratégias que reduzem o atrito entre trabalho e escola (como ofertas em períodos alternativos ou metodologias mais adaptadas). Uma causa secundária é o efeito de transbordamento regional: se a EJA em Santa Catarina apresenta uma evolução positiva (conforme o diagnóstico estadual citado), municípios como Rio dos Cedros tendem a se beneficiar de políticas estaduais de busca ativa e financiamento.

A transição de uma prevalência feminina (2023) para masculina (2025) tem raízes na mudança do perfil de absorção do mercado de trabalho local. Uma causa provável é a natureza da informalidade e da sazonalidade laboral: em municípios de pequeno porte com forte base agroindustrial ou de serviços, os homens podem ter assumido ocupações com jornadas mais flexíveis ou sazonais, liberando tempo para a escola, enquanto as mulheres enfrentam uma dupla jornada (trabalho remunerado e cuidados domésticos) que as empurra para fora do sistema. Outra causa plausível é a mudança na composição da demanda por certificação: homens podem estar buscando a EJA como via de qualificação rápida para atender a exigências de empregadores locais, enquanto mulheres, historicamente mais escolarizadas, podem estar migrando para outras modalidades ou postergando o retorno.

A estrutura racial mantém a hierarquia (Brancos > Pretos/Pardos > Não Declarados), mas com oscilações. A causa da hegemonia branca é estrutural e histórica: reflete a composição demográfica do município (colonização europeia) e a desigualdade de acesso à educação ao longo da vida. Já o pico de Pretos/Pardos em 2024 pode ter causas metodológicas e sociais. Metodologicamente, pode refletir uma melhora na autodeclaração racial (incentivada por políticas de cotas ou censos escolares mais rigorosos). Socialmente, pode indicar que atingiu populações onde a proporção de pretos/pardos é maior, ou que a pandemia agravou a vulnerabilidade econômica desse grupo, levando à necessidade de

retomar os estudos para acessar o mercado formal. A reversão em 2025 sugere que esse movimento foi pontual ou sazonal, não estrutural.

A análise causal mais crítica diz respeito à sustentabilidade desse crescimento. O documento base alerta que "na concorrência entre a escola e o mundo do trabalho, vence o trabalho". A causa do sucesso local (crescimento) pode ser a mesma que, no futuro, gere a estagnação: se as matrículas cresceram por flexibilização, mas a estrutura de apoio (transporte, alimentação, material) não acompanhou, os novos alunos — especialmente homens trabalhadores e mulheres com dupla jornada — estão em risco de evasão. Portanto, a causa do crescimento precisa ser acompanhada de uma causa de permanência: sem redesenho institucional, o aumento das matrículas pode mascarar um aumento da evasão futura.

O cenário de Rio dos Cedros indica que o crescimento quantitativo é um efeito positivo de políticas de oferta, mas as mudanças de perfil (masculinização e volatilidade racial) podem ser causadas pela pressão do mercado de trabalho e pela desigualdade de gênero e raça.

A causa raiz do desafio local não é a falta de demanda, mas a defasagem entre a expansão da oferta e a adaptação das condições de permanência, o que torna o modelo suscetível à redução do número de matrículas caso a lógica temporal da escola não se alinhe à lógica de sobrevivência do trabalho.

## 11) ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### PROBLEMA

Acesso e permanência desiguais e insuficientes na educação profissional e tecnológica (EPT), especialmente entre as populações em situação de vulnerabilidade social, negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, de pessoas surdas e de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento.

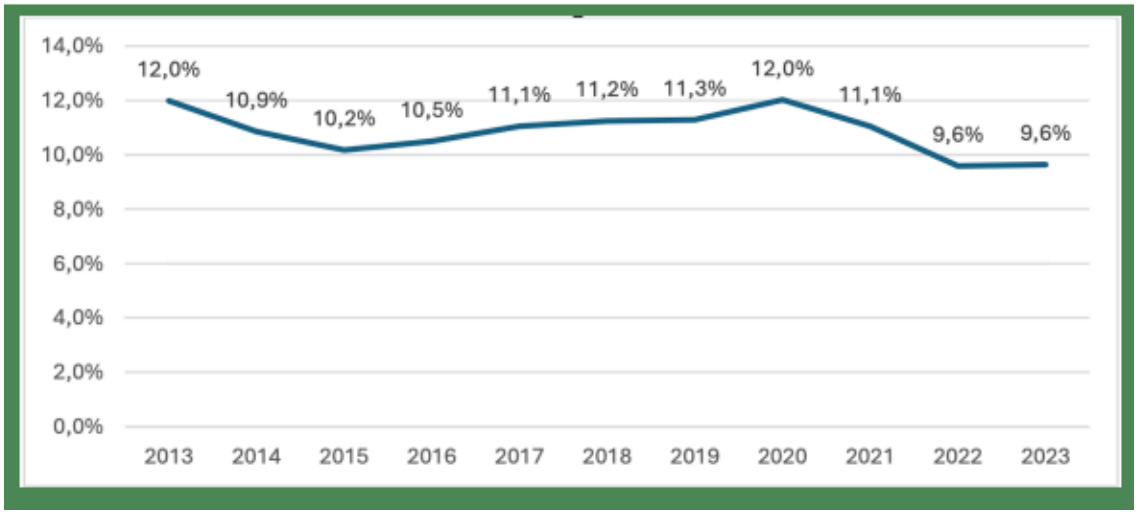
### ANÁLISE DESCRITIVA

A oferta do Ensino Técnico Profissionalizante em Santa Catarina é uma atribuição prioritária do Estado, que exerce esse papel por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED) e do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). O Estado é o principal responsável por formular a Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, coordenar a expansão da modalidade e ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio na rede pública estadual, como demonstrado por programas de ampliação de vagas, a exemplo do Catarinense Técnico (CaTec). Nesse contexto, a atuação dos municípios é supletiva e complementar: embora não tenham a obrigação primária de oferecer o ensino técnico de nível médio (tendo como prioridade legal a Educação Infantil e o Ensino Fundamental), podem participar por meio de parcerias e regimes de colaboração com o Estado, sem, contudo, assumir a responsabilidade principal pela modalidade. Essa divisão de competências explica por que as escolas que ofertam ensino técnico em municípios como Rio dos Cedros, a exemplo da EEB Professor Giovani Trentini, pertencem à rede estadual de ensino.

Embora a oferta do Ensino Técnico Profissionalizante seja atribuição prioritária do Estado de Santa Catarina, o novo Plano Municipal de Educação de Rio dos Cedros (2026–2036) não ignora a modalidade.

O processo de elaboração do novo PME incluiu ações de articulação, conscientização e análise estatísticas, sinalizando que o município pretende manter-se atento às demandas locais por formação técnica.

**Percentual de matrículas de EPT (sem cursos subsequentes) com relação ao total de matrículas no ensino médio (Regular e EJA) - Santa Catarina - 2013 a 2023**

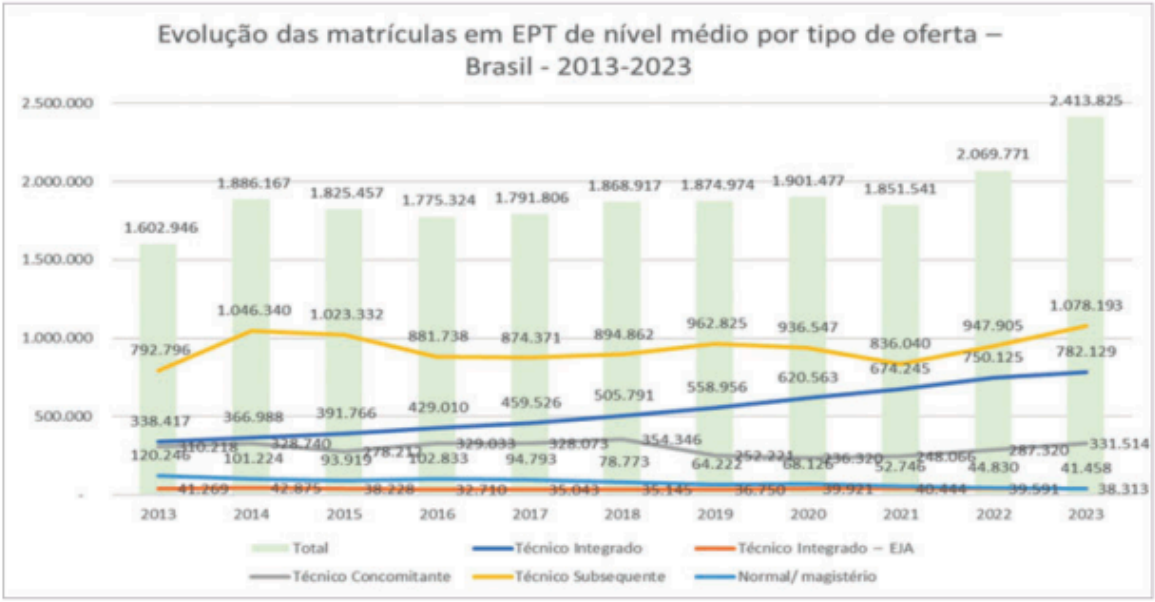



Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

O Diagnóstico da Educação Nacional, aponta que: “Um dos problemas relacionados ao acesso à EPT é o desequilíbrio entre o perfil esperado no mercado e a oferta de cursos de EPT. Segundo o Mapa do Trabalho Industrial (Agência de Notícias da Indústria, 2023), até 2025,...”, qualificação técnica é de suma importância em ocupações industriais, o que evidencia a urgência de alinhar a expansão da oferta de EPT às demandas produtivas e tecnológicas . Esse descompasso é agravado por um cenário em que o percentual das matrículas em cursos técnicos da área industrial atendem às demandas da Indústria é mais baixo. Empresas relatam dificuldades para contratar profissionais qualificados . Além disso, a oferta pública concentra-se em eixos como saúde e gestão, deixando lacunas em áreas estratégicas para a inovação e a competitividade industrial. Conforme CNE - Confederação Nacional da Indústria .

https://jornalismo.portaldaindustria.com.br/mapa-do-trabalho-industrial/Releases/sp_mapa_do_trabalho_industrial_2019-2023.pdf#1#1#1

**Matrículas na EPT - Brasil - 2013/2023**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

Conforme a Análise Diagnóstico Educacional de Santa Catarina: “O público-alvo da EPT de nível médio variou ao longo do período, iniciando com 314.053 estudantes em 2013 e encerrando com 291.578 em 2023, o que representa uma redução de 22.475 estudantes (-7,16%). O maior público foi registrado em 2014, com 327.001 estudantes, enquanto o menor ocorreu em 2017, com 263.825 estudantes.”

Nesse sentido, a evolução do público-alvo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio revela oscilações significativas ao longo da última década. Conforme os dados analisados, "o público-alvo da EPT de nível médio variou ao longo do período, iniciando com 314.053 estudantes em 2013 e encerrando com 291.578 em 2023, o que representa uma redução de 22.475 estudantes (-7,16%). O maior público foi registrado em 2014, com 327.001 estudantes, enquanto o menor ocorreu em 2017, com 263.825 estudantes". Esse movimento de retração, ainda

que não linear, sugere a necessidade de se investigar os fatores institucionais, econômicos e políticos que influenciaram a demanda e a oferta dessa modalidade, especialmente diante das metas de expansão previstas nas políticas educacionais e das exigências do setor produtivo por qualificação profissional.

**Nùmero de matrículas de EPT de nível médio (sem cursos subsequentes), por zona de localização - Santa Catarina - 2013 a 2023**

| Zona | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Urbana | 35.013 | 32.824 | 26.946 | 27.281 | 27.391 | 29.713 | 29.204 | 32.040 | 30.148 | 25.783 | 25.726 |
| Rural | 2.653 | 2.673 | 1.930 | 1.767 | 1.774 | 2.088 | 2.277 | 2.350 | 2.336 | 2.124 | 2.380 |

Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

A distribuição das matrículas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme a tabela anterior demonstra que Santa Catarina, entre 2013 e 2023, evidenciou uma forte concentração na zona urbana, ainda que se observe uma retração em ambos os territórios no período. As matrículas urbanas caíram de 35.013 em 2013 para 25.726 em 2023 (uma redução de aproximadamente 26,5%), com o menor patamar registrado em 2017 (27.391). Já a zona rural, que iniciou a série com 2.653 matrículas, encerrou 2023 com 2.380, apresentando oscilações pontuais, como o pico em 2014 (2.673) e a queda mais acentuada em 2016 (1.767).

A oferta de EPT no estado é predominantemente urbana (representando mais de 90% do total em todos os anos), refletindo a própria distribuição populacional e econômica catarinense. Contudo, a redução mais acentuada na zona urbana em comparação à rural (que teve queda de cerca de 10,3% no mesmo intervalo) sugere a necessidade de investigar se essa dinâmica está atrelada a fatores como a crise econômica de meados da década, mudanças nas políticas de financiamento da

educação profissional ou à migração de estudantes para outras modalidades de ensino.

A Escola de Ensino Básico Professor Giovani Trentini  é a única escola em nível médio no município de Rio dos Cedros/SC. Conta com 33 alunos matriculados na educação profissional 2025, segundo tabela do microdados do Educacenso 2025.

Conforme Diagnóstico da Educação Catarinense, a zona rural  é a que mais possui população matriculada no ETP, com crescimento destas matrículas em detrimento a zona urbana dos municípios: “A zona urbana concentra a maior parcela das matrículas ao longo de todo o período analisado, o que torna seu comportamento muito semelhante ao da série total.total. As matrículas cresceram de 27.907 em 2013 para 36.948 em 2023, representando um incremento de 32,4% no período…”.

Não há praxe no comportamento dos índices, mas Rio dos Cedros/SC, acompanha índices de projeção de crescimento e quedas estaduais, o que pode sugerir evolução análoga à estadual.

**ANÁLISE CAUSAL**

A análise dos dados referentes à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Santa Catarina e sua expressão local no município de Rio dos Cedros evidencia um quadro de retração e concentração que demanda uma interpretação causal multifatorial. Evolução no número de matrículas no EPT,  não é passível de explicação por um único vetor, mas sugere a confluência de fatores institucionais, econômicos e políticos que se retroalimentam. Do ponto de vista econômico, a crise de meados da década possivelmente impactou a capacidade de investimento público e a renda das famílias, ao passo que alterações nas políticas de financiamento educacional podem ter desestimulado a expansão da oferta.

Nesse cenário soma-se um descompasso estrutural entre a formação ofertada e as exigências do setor produtivo, uma vez que a oferta pública concentra-se em eixos como saúde e gestão, negligenciando áreas estratégicas para a inovação

industrial — o que, por sua vez, gera dificuldades de contratação pelas empresas e contribui para a baixa atratividade dos cursos técnicos.

No que tange especificamente a Rio dos Cedros, a concentração urbana das matrículas e a presença de apenas 33 alunos na única escola de ensino médio do município (EEB Professor Giovani Trentini) indicam uma oferta a ser observada e possivelmente atrelada tanto à dependência da rede estadual quanto à ausência de políticas municipais de articulação com o setor produtivo local.

A dinâmica observada no município — que acompanha as oscilações estaduais — parece resultar da interação entre a divisão de competências institucionais, as conjunturas econômicas e as prioridades políticas de financiamento e expansão, as quais, em conjunto, explicam a retração e a concentração da oferta de EPT na região.

## 12) QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### PROBLEMA

A educação profissional e tecnológica enfrenta desafios quanto à qualidade nas condições de ofertas e quanto à aprendizagem dos saberes adequados ao mundo do trabalho em rápida transformação.

### ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) assume centralidade no desenvolvimento socioeconômico brasileiro, na medida em que visa à preparação dos jovens para o mundo do trabalho por meio de uma formação técnica articulada às demandas dos setores industrial e comercial. No entanto, a literatura aponta que a modalidade ainda carece de mecanismos que assegurem a qualidade e a sintonia com o mercado:

> A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico e social, visto que prepara os jovens para o mundo do trabalho através de uma formação técnica alinhada com as necessidades industriais e comerciais. Contudo, apesar de sua importância estratégica, a EPT enfrenta desafios significativos em termos de qualidade e alinhamento com a demanda do mercado de trabalho (BRASIL. Ministério da Educação. **Diagnóstico da Educação Nacional**. Brasília: MEC, [ano de publicação]. Seção 12: Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica. ).

Esses desafios manifestam-se de forma concreta na oferta e no perfil das matrículas, como evidenciado pela redução de 7,16% no público-alvo estadual da EPT de nível médio em Santa Catarina entre 2013 e 2023, movimento que, embora acompanhe oscilações econômicas e políticas, revela a fragilidade da expansão da modalidade. Somado a isso, o descompasso entre a formação ofertada e as exigências do setor produtivo — com a oferta pública concentrada em eixos como saúde e gestão, em detrimento de áreas estratégicas para a inovação industrial — agrava a dificuldade das empresas em contratar profissionais qualificados e perpetua a baixa atratividade dos cursos técnicos. No contexto local, a realidade de

Rio dos Cedros ilustra essa problemática de forma emblemática: a concentração urbana das matrículas (superior a 90%) e a presença de apenas 33 alunos na única escola de ensino médio do município (EEB Professor Giovani Trentini) indicam uma oferta insuficiente e pouco diversificada, possivelmente atrelada tanto à dependência da rede estadual quanto à ausência de políticas municipais de articulação com o setor produtivo. Assim, a dinâmica observada no município — que acompanha as oscilações estaduais — sugere que a EPT, embora estratégica, ainda carece de mecanismos institucionais e políticos que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e a qualidade da formação, de modo a efetivamente preparar os jovens para as demandas do mundo do trabalho contemporâneo.

Para transpor essa realidade para o contexto de Rio dos Cedros/SC, observa-se que tais desafios se manifestam de forma ainda mais aguda devido à escala e à estrutura da oferta local. No município, a EPT de nível médio é ofertada exclusivamente pela rede estadual, por meio da Escola de Educação Básica Professor Giovani Trentini, que registrou apenas 33 matrículas na modalidade em 2025. Esse contingente reduzido evidencia uma oferta pouco diversificada e concentrada em um único curso técnico articulado ao 1º ano do ensino médio, o que limita as possibilidades de escolha dos jovens e a capacidade de resposta às demandas produtivas locais. Além disso, a concentração dessas matrículas na zona urbana, em detrimento da rural, sugere que a formação técnica disponível não alcança, de forma equitativa, os diferentes territórios do município, contrariando a necessidade de alinhamento entre a formação ofertada e as necessidades do mercado de trabalho. Dessa forma, a realidade de Rio dos Cedros ilustra como os desafios nacionais da EPT — qualidade, alinhamento e equidade — se materializam em escala local, exigindo políticas públicas que fortaleçam a articulação entre a oferta estadual e as demandas específicas do município.

**ANÁLISE CAUSAL**

A problemática apresentada permite identificar uma cadeia de fatores interdependentes que explicam a fragilidade da Educação Profissional e

Tecnológica (EPT) tanto no plano estadual quanto no contexto específico de Rio dos Cedros/SC. Em primeira instância, a redução de 7,16% no público-alvo estadual da EPT de nível médio em Santa Catarina, entre 2013 e 2023, não pode ser atribuída a uma única variável, mas sugere a confluência de fatores econômicos e políticos: a crise econômica de meados da década possivelmente reduziu a capacidade de investimento público e a renda das famílias, ao passo que mudanças nas prioridades de financiamento educacional podem ter desestimulado a expansão da oferta. Esse cenário é agravado por um descompasso estrutural entre a formação ofertada e as exigências do setor produtivo, uma vez que a oferta pública concentra-se em eixos como saúde e gestão, negligenciando áreas estratégicas para a inovação industrial — o que, por sua vez, gera dificuldades de contratação pelas empresas e perpetua a baixa atratividade dos cursos técnicos, configurando um ciclo de retroalimentação negativa. No que tange especificamente a Rio dos Cedros, a análise causal revela que a oferta insuficiente e pouco diversificada (apenas 33 matrículas na única escola de ensino médio do município) decorre de dois fatores principais: de um lado, a dependência exclusiva da rede estadual, que limita a capacidade de resposta local às demandas específicas do território; de outro, a ausência de políticas municipais de articulação com o setor produtivo, o que impede a criação de cursos alinhados às vocações econômicas locais. Ademais, a concentração urbana das matrículas (superior a 90%) sugere que a formação técnica disponível não alcança, de forma equitativa, a população rural, possivelmente em razão da localização da escola e da falta de transporte ou de oferta descentralizada. Dessa forma, a dinâmica observada no município — que acompanha as oscilações estaduais — resulta da interação entre a divisão de competências institucionais, as conjunturas econômicas e as prioridades políticas de financiamento e expansão, as quais, em conjunto, explicam tanto a retração da oferta quanto a sua concentração territorial e a baixa diversificação dos cursos, evidenciando a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a articulação entre a oferta estadual e as demandas específicas do município.

## 13) ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

### PROBLEMA

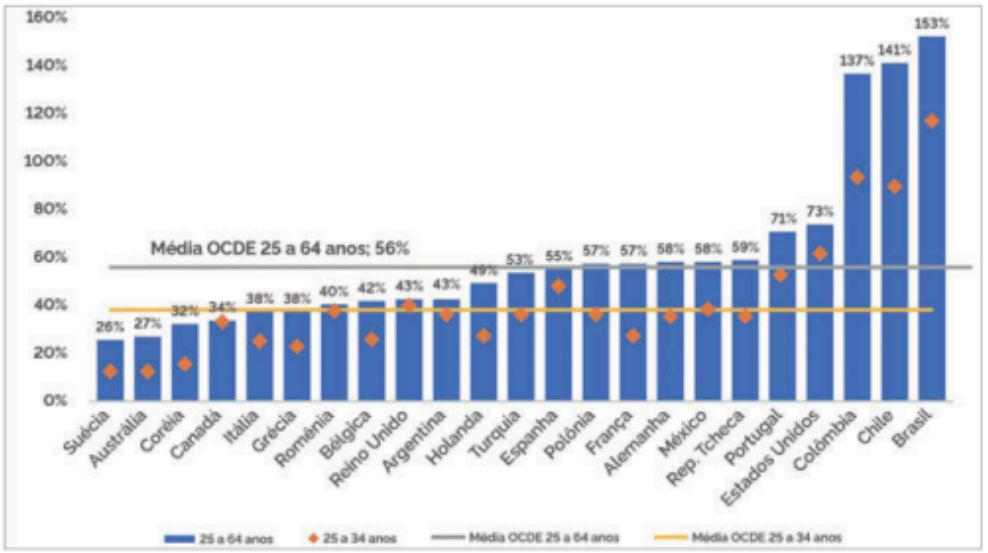
Baixo percentual da população com graduação completa, com ênfase nas elevadas desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, de sexo, linguísticas, situaçõesde deficiência e suas interseccionalidades no acesso, na permanência e na conclusão da graduação.

A qualidade dos cursos de graduação é um dos fatores observados, principalmente na área educacional com profissionais necessitando de atualizações e formações complementares mais amplas para atuarem com qualidade na educação, logo após suas conclusões.

### ANÁLISE DESCRITIVA

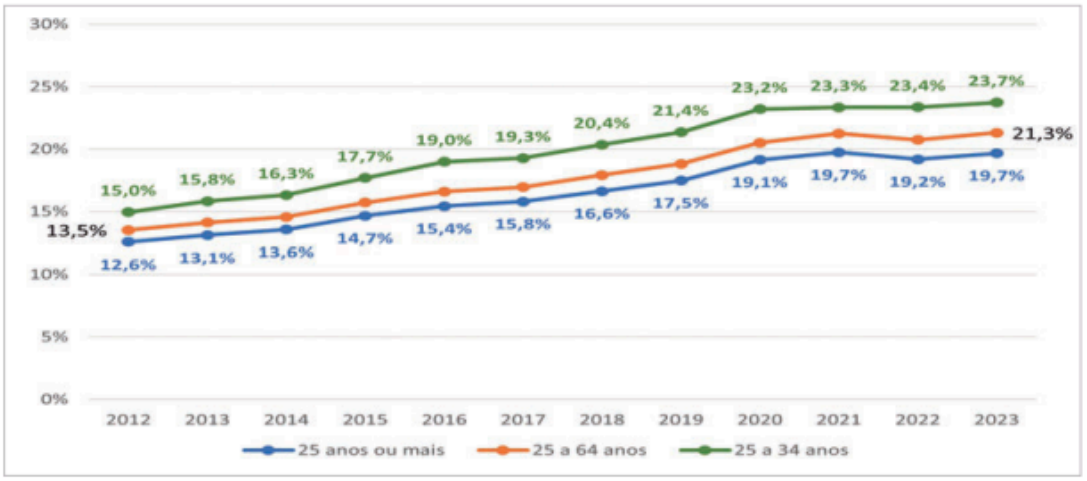
A disponibilidade e a qualidade dos cursos de graduação são apontados como grandes motivadores da evolução social da sociedade em geral, conforme aponta o Diagnóstico da Educação Nacional: “A capacidade de motivação daA conclusão de um curso de graduação encontra-se associada à ampliação das possibilidades de mobilidade social em diversos países do mundo.”

**Remuneração média relativa das pessoas que completaram o nível superior em comparação com as pessoas que completaram o ensino médio , por pais.**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

**Percentual da população que tem o nível superior completo por faixas etárias no Brasil - 2012/2023**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

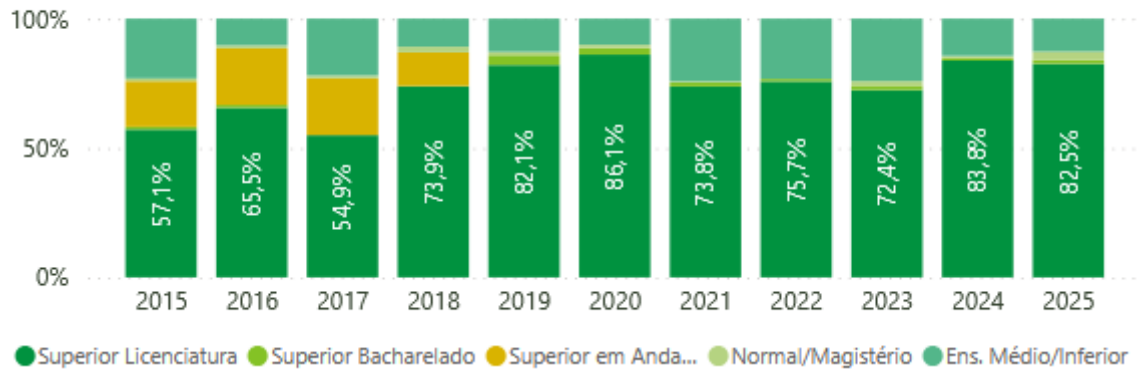
Para o exercício da docência, exige-se que os professores possuam formação inicial em nível superior, sendo a graduação o requisito mínimo para a atuação profissional. Ademais, é necessário que essa formação seja específica e congruente com a área de conhecimento em que o docente irá lecionar — a exemplo das licenciaturas em Ciências, Pedagogia, Matemática, entre outras —, de modo a assegurar o domínio dos saberes disciplinares e pedagógicos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem. Essa exigência de correspondência entre a formação e a área de atuação não se configura apenas como uma formalidade legal, mas como condição estruturante para a qualidade da prática educativa, uma vez que a ausência dessa correlação tende a comprometer a articulação entre os conteúdos e as metodologias específicas de cada campo do saber.

A população acadêmica de Rio dos Cedros/SC, está distribuída em muitos cursos em áreas de formação das mais diversas, com matrículas em Universidades e Entidade de Ensino Superior em várias modalidades, desde a presencial, semi-presencial, EAD - Ensino a Distância.

As instituições de ensino em que esses alunos estão matriculados, também são das mais diversas, desde as que possuem instalações físicas próximas ao município, como as que não possuem e atuam em sua totalidade  em EAD.

Elaborar estudo mais apurado das áreas de estudo se torna complexa e dados precisos e confiáveis são de difícil acesso; optou-se nesse sentido pela análise da área de atuação da pedagogia e dos demais cursos específicos pertinentes à educação - haja vista a existência de plataforma de dados estatísticos precisos.

**Evolução da escolaridade (%) dos docentes - educação básica - Rio dos Cedros - 2015/2025**

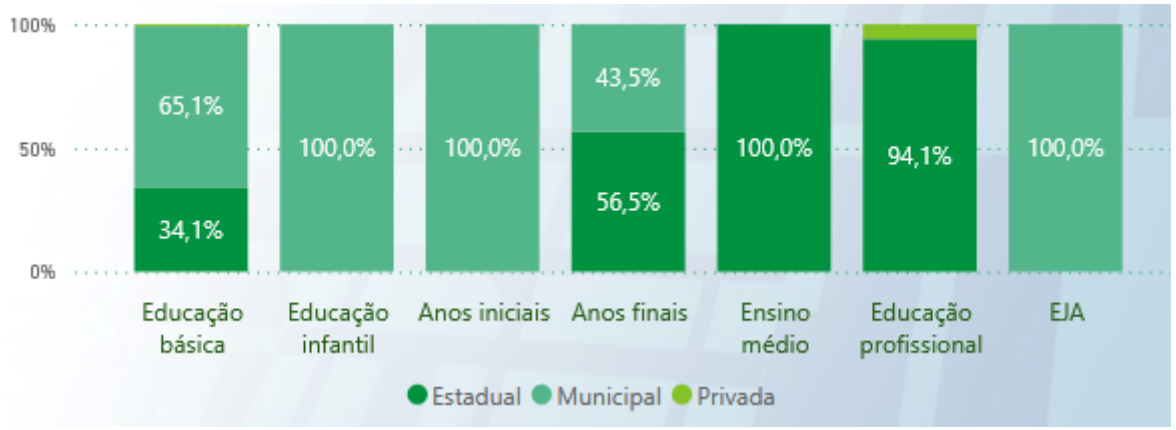



Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A  evolução positiva e consistente na qualificação docente no município de Rio dos Cedros entre 2015 e 2025. O dado mais expressivo é o crescimento da **S**uperior Licenciatura, que era de 57,1% em 2015 e atingiu 82,5% em 2025 (com pico de 86,1% em 2020), consolidando-se como a formação predominante e atendendo à exigência legal da LDB para a docência na educação básica. Em contrapartida, observa-se uma redução drástica do Ensino Médio/Inferior: de cerca de 30% em 2015 para uma faixa residual inferior a 10% em 2025, o que indica a superação de um passivo histórico de professores sem formação superior. Nota-se, ainda, a presença intermitente de docentes com Superior em Andamento (notadamente em

2016 e 2017) e de Superior Bacharelado (sem licenciatura), o que sinaliza a existência de profissionais em transição de formação ou atuando com base no conhecimento específico (complementação pedagógica). Em síntese, a trajetória ascendente da licenciatura e a retração do ensino médio demonstram que o município avançou significativamente no cumprimento das diretrizes de valorização e qualificação do magistério, embora a manutenção de percentuais residuais de docentes sem formação pedagógica plena indique a necessidade de contínuo investimento em formação continuada e complementação pedagógica.

**Percentual de docentes por rede e etapa de ensino - Rio dos Cedros - 2025**




Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

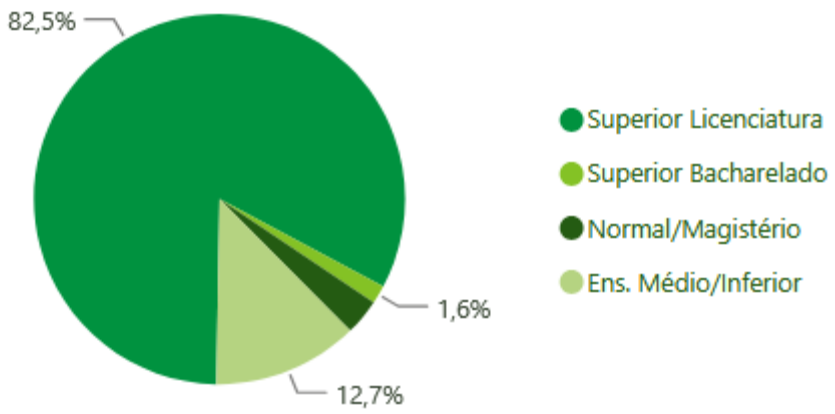
A análise da distribuição dos docentes por rede de ensino e etapa em Rio dos Cedros revela uma clara e esperada divisão de competências administrativas, refletindo a estrutura federativa brasileira. Observa-se que a rede municipal concentra a totalidade (100%) dos docentes na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em contrapartida, a rede estadual é responsável por 100% do corpo docente no Ensino Médio, além de absorver a maior parte na Educação Profissional (94,1%).

O dado mais expressivo ocorre nos Anos Finais do Ensino Fundamental, etapa que apresenta uma gestão compartilhada: 56,5% dos docentes pertencem à rede

estadual e 43,5% à municipal. Esse compartilhamento gera um dado curioso na visão agregada da "Educação Básica", onde a rede municipal aparece com 65,1% dos docentes e a estadual com 34,1%.

Por fim, destaca-se uma pequena atuação da **rede privada** (cerca de 5,9%) exclusivamente na Educação Profissional, sendo a única etapa com presença de três redes distintas. Em síntese, o gráfico evidencia um sistema local organizado e sem sobreposição caótica de matrículas, mas aponta para a necessidade de coordenação pedagógica e articulação política entre as redes municipal e estadual, especialmente no que tange à transição dos Anos Finais do Fundamental para o Ensino Médio e à oferta da Educação Profissional.

Escolaridade (%) dos docentes - educação básica - Rio dos Cedros - 2025

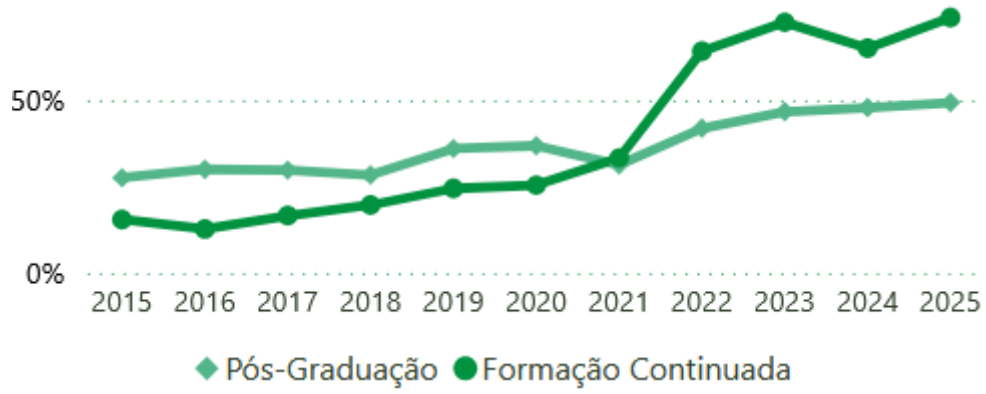



Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A escolaridade dos docentes da educação básica de Rio dos Cedros em 2025 demonstrada aqui  observa que a grande maioria dos professores possui **Superior Licenciatura**, representando **82,5%** do total. Esse dado indica que o município conta com um corpo docente altamente qualificado e com a formação específica exigida para a atuação em sala de aula.

As demais formações dividem-se em pequenas parcelas: **12,7%** dos docentes possuem Ensino Médio/Inferior, enquanto **1,6%** têm Superior Bacharelado. Há ainda uma fatia residual não especificada com percentual numérico, correspondente ao Normal/Magistério. Isso mostra que, embora a esmagadora maioria tenha curso superior, uma pequena fração ainda atua com formação em nível médio.

**Evolução do percentual de docentes com pós-graduação ou formação continuada * - educação básica - Rio dos Cedros - 2015/2025**




Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A evolução da qualificação dos docentes da educação básica em Rio dos Cedros, entre 2015 e 2025, revela uma melhora significativa no perfil profissional do município. Ambas as categorias analisadas apresentaram tendência de crescimento no período, sendo que a pós-graduação manteve um avanço mais linear e constante, estabilizando-se na marca dos 50% ao final de 2025.

Por outro lado, a formação continuada registrou o crescimento mais expressivo do gráfico. Após se manter em patamares baixos até 2020, essa modalidade apresentou um salto notável a partir de 2021 — ano em que ultrapassou a pós-graduação —, alcançando o patamar mais alto em 2025, com índices superiores a 60%. O cenário demonstra que, embora a pós-graduação continue relevante, houve uma forte adesão recente dos professores às formações

continuadas.

**ANÁLISE CAUSAL**

Observa-se que o baixo percentual da população com graduação completa, agravado por desigualdades regionais, sociais e étnico-raciais, é a causa raiz de fragilidades na qualidade educacional.

No âmbito da docência, essa problemática se manifesta pela necessidade de formação específica e congruente com a área de atuação, visto que a ausência de domínio pedagógico compromete o ensino.

Em Rio dos Cedros, a complexidade de mapear a população acadêmica — dada a pulverização de instituições presenciais e de Ensino a Distância — dificultava diagnósticos precisos, levando à opção por analisar especificamente a área da pedagogia e cursos afins para obter dados confiáveis.

Como resposta a esse cenário e às exigências legais, o município apresentou uma evolução consistente na qualificação docente entre 2015 e 2025, com o crescimento da Superior Licenciatura de 57,1% para 82,5% e a redução drástica do Ensino Médio/Inferior de cerca de 30% para menos de 10%, superando um passivo histórico. Paralelamente, a formação continuada registrou um salto notável a partir de 2021, superando 60% em 2025 e ultrapassando a pós-graduação, o que indica que as necessidades de atualização profissional estão sendo supridas por essa modalidade.

Apesar desse avanço, a análise causal revela desafios remanescentes que ainda impactam a qualidade final da educação. A presença residual de docentes com Ensino Médio/Inferior (12,7%) e de profissionais com Superior Bacharelado sem licenciatura (1,6%) sinaliza a necessidade contínua de complementação pedagógica para garantir a plena congruência formativa exigida pela LDB.

Além disso, a estrutura de gestão compartilhada nos Anos Finais do Ensino Fundamental — com 56,5% dos docentes na rede estadual e 43,5% na municipal — gera a necessidade premente de coordenação pedagógica e articulação política

entre as redes, especialmente na transição para o Ensino Médio e na oferta da Educação Profissional, onde a rede privada atua com cerca de 5,9%.

Essa divisão administrativa, embora organizada, pode causar descontinuidades no processo educativo se não houver alinhamento entre as esferas, demonstrando que o investimento contínuo em formação e a articulação interfederativa são condições necessárias para consolidar a melhoria da qualidade educacional no município.

## 14) QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

### PROBLEMA

Baixa qualidade de parte dos cursos e de instituições da educação superior (IES)na graduação.

### ANÁLISE DESCRITIVA

A qualidade na educação superior constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico, mas enfrenta obstáculos estruturais que comprometem sua plenitude. Nesse contexto, a análise das diretrizes educacionais revela que a garantia de um ensino de excelência não depende apenas da expansão do acesso, mas, sobretudo, de políticas institucionais sólidas e de ações estruturais voltadas para a melhoria contínua. Para tanto, é imprescindível compreender que as fragilidades observadas em determinados cursos e instituições demandam uma abordagem sistêmica, que relacione a qualidade diretamente à forma como a Educação Superior é organizada e operacionalizada no país. Conforme aponta o documento norteador das políticas educacionais:

> A qualidade na graduação, conforme indicado no Documento Preliminar do GT PNE 2024-2034 (Brasil, 2024), enfrenta um desafio significativo devido à baixa qualidade observada em alguns cursos e instituições de ensino superior. O documento ressalta que a qualidade dos cursos está diretamente ligada às políticas e ações estruturais que orientam a organização e o funcionamento da Educação Superior, com foco na melhoria da qualidade. (Diagnóstico da Educação Catarinense/2026)

Diante disso, fica evidente que superar os desafios da qualidade na graduação exige o alinhamento entre as diretrizes legais e a prática institucional. O fortalecimento da Educação Superior, portanto, depende de um esforço contínuo para avaliar e reestruturar os processos de ensino, garantindo que a expansão de matrículas — seja no setor público ou privado, presencial ou a distância — seja acompanhada de condições adequadas de funcionamento e de um compromisso efetivo com a formação de qualidade.

Assim, a baixa qualidade de parte dos cursos de graduação no Brasil configura-se como um problema que, segundo o Diagnóstico da Educação Nacional, afeta

individualmente um elevado número de estudantes e, em perspectiva mais ampla, toda a sociedade. Para mitigar esse cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), traçou quatro metas para a educação superior, das quais se destacam as Metas 12 e 13, voltadas especificamente para a expansão de matrículas, a democratização do acesso e o fortalecimento do segmento público. Tais diretrizes buscaram, conforme o documento legal, alterar o padrão vigente de crescimento desse nível educacional pelo setor privado a partir da década de 1990 (Brasil, 2014).

**Número de Instituições de Ensino Superior, por organização acadêmica, segundo a categoria administrativa - Brasil - 2021**

| Categoria administrativa | Nº | % |
|---|---|---|
| Pública federal | 119 | 4,6 |
| Pública estadual | 134 | 5,2 |
| Pública municipal | 36 | 1,4 |
| Privada com fins lucrativos | 1.385 | 53,8 |
| Privada sem fins lucrativos | 876 | 34,0 |
| Especial | 24 | 0,9 |
| **Total** | **2.574** | **100,0** |

Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

Em 2021, o Brasil contava com 2.574 instituições de ensino superior, sendo que a esmagadora maioria (cerca de 88,7%) pertenciam ao setor privado, majoritariamente composto por faculdades isoladas (1.165 com fins lucrativos). A rede pública somava apenas 289 instituições, concentrando as Universidades (especialmente federais e estaduais).

Essa configuração nacional, marcada pela pulverização de faculdades privadas e polos de EAD, explica diretamente a dificuldade de mapear com precisão a trajetória acadêmica dos estudantes de Rio dos Cedros, conforme apontado no diagnóstico local, o que impacta a formulação de políticas públicas voltadas à

permanência e conclusão da graduação.

**Número de instituições de ensino superior , por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica - Brasil - 2021.**

| Categoria administrativa | Organização acadêmica | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Universidade | Centro Universitário | Faculdade | IF | CEFET | Total |
| **Pública federal** | 68 | 1 | 9 | 39 | 2 | 119 |
| **Pública estadual** | 40 | 2 | 92 | 0 | 0 | 134 |
| **Pública municipal** | 5 | 5 | 26 | 0 | 0 | 36 |
| **Privada com fins lucrativos** | 23 | 197 | 1.165 | 0 | 0 | 1.385 |
| **Privada sem fins lucrativos** | 68 | 141 | 667 | 0 | 0 | 876 |
| **Especial** | 0 | 4 | 20 | 0 | 0 | 24 |
| **Total** | 204 | 350 | 1.979 | 39 | 2 | 2.574 |

Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

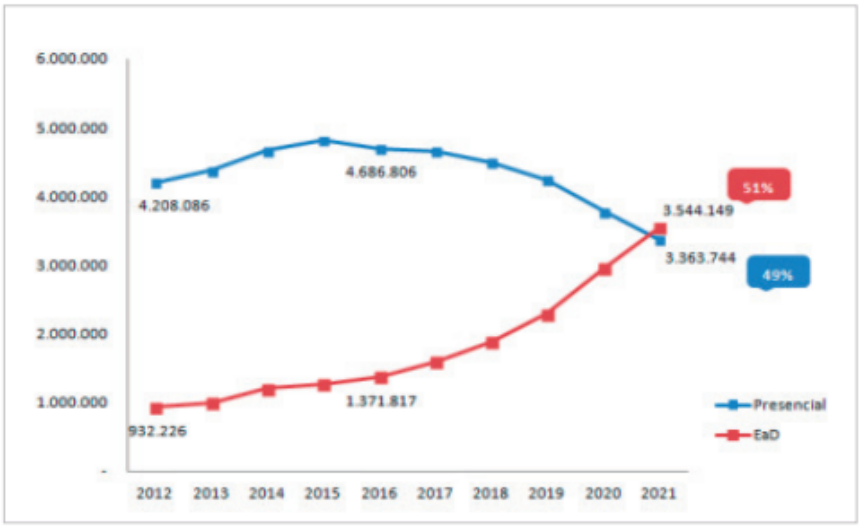
A evolução das matrículas em cursos presenciais e a distância (EaD) na rede privada de ensino superior no Brasil, entre 2012 e 2021, com base nos dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2022). Observa-se uma clara inversão de tendência ao longo do período: enquanto as matrículas presenciais registraram um crescimento inicial até 2015 (atingindo 4.686.806) e passaram a declinar nos anos seguintes, as matrículas em EaD apresentaram uma trajetória ascendente e contínua.

Em 2021, as matrículas em EaD totalizaram 3.544.149, superando as presenciais, que caíram para 3.363.744, o que representa 51% do total de matrículas na rede privada para a modalidade a distância.

Essa mudança no perfil de oferta da rede privada, com a consolidação do EaD como modalidade predominante, está diretamente relacionada aos desafios locais dos municípios brasileiros.

Conforme o Diagnóstico da Educação Nacional: "...o processo de expansão da educação superior vem ocorrendo em razão da massiva concentração da oferta de cursos de graduação na modalidade a distância pelas instituições privadas com fins lucrativos...", denota-se assim que a pulverização de polos de Ensino a Distância, que não possuem instalações físicas próximas ao município, beneficia financeiramente as instituições que as realizam, mas dificulta o mapeamento preciso da trajetória acadêmica dos estudantes e evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam a qualidade e a permanência nessa modalidade, uma vez que a expansão do acesso via EaD tem se consolidado como a principal via de formação superior no setor privado brasileiro.

**Matrícula em cursos presenciais e EaD na rede privada**

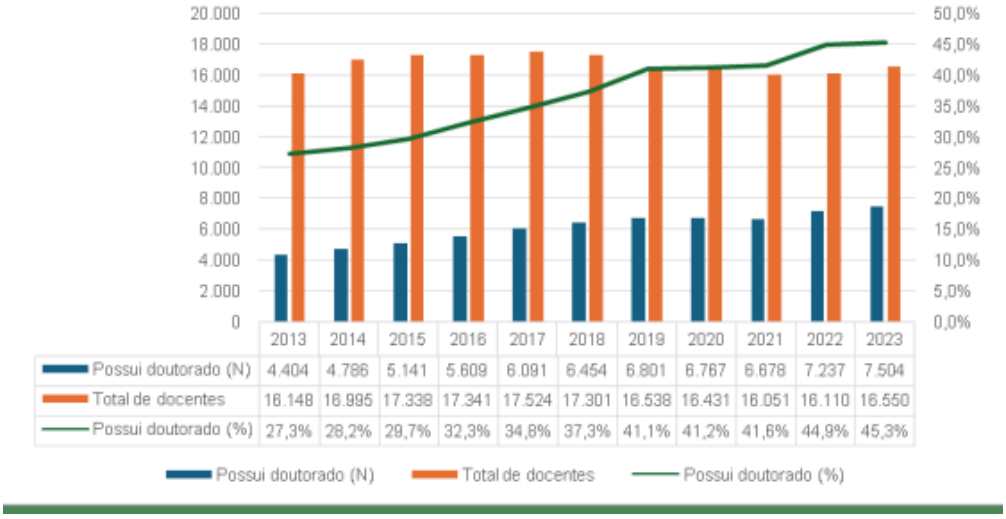



Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

O gráfico a seguir, apresenta a evolução do número e do percentual de docentes com titulação de doutorado na educação superior em Santa Catarina, entre 2013 e 2023, com base em dados do Inep (2024). Observa-se então, uma expansão consistente e contínua tanto em termos absolutos quanto relativos: o quantitativo de doutores quase dobrou no período. Paralelamente, o percentual de docentes com doutorado em relação ao total de professores atuantes no estado cresceu de forma expressiva, passando a 45,3%. O movimento ascendente, com leve

estabilidade no total geral de docentes a partir de 2018, evidencia um esforço institucional e político voltado à qualificação do corpo docente, alinhando-se às metas de melhoria da qualidade da educação superior.

**Número e percentual de docentes da educação superior com doutorado - Santa Catarina - 2013 a 2023**




| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Possui doutorado (N) | 4.404 | 4.786 | 5.141 | 5.609 | 6.091 | 6.454 | 6.801 | 6.767 | 6.678 | 7.237 | 7.504 |
| Total de docentes | 16.148 | 16.995 | 17.338 | 17.341 | 17.524 | 17.301 | 16.538 | 16.431 | 16.051 | 16.110 | 16.550 |
| Possui doutorado (%) | 27,3% | 28,2% | 29,7% | 32,3% | 34,8% | 37,3% | 41,1% | 41,2% | 41,6% | 44,9% | 45,3% |

Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

**ANÁLISE CAUSAL**

A causalidade preponderante do problema reside na desconexão entre a expansão do acesso e a garantia de condições estruturais adequadas de funcionamento. Conforme apontado pelo Documento Preliminar do GT PNE 2024-2034, a qualidade dos cursos está diretamente ligada às políticas e ações estruturais que orientam a organização da Educação Superior. Historicamente, a partir da década de 1990, o padrão de crescimento do ensino superior foi conduzido majoritariamente pelo setor privado.

Com o PNE 2014-2024 que traçou metas de democratização e fortalecimento do segmento público (Metas 12 e 13), mas a realidade consolidada em 2021 ainda revela uma hegemonia privada.

Essa configuração gera um efeito direto e problemático: a mudança no perfil da oferta, com a consolidação do Ensino a Distância (EaD) como modalidade predominante. Entre 2012 e 2021, as matrículas em EaD na rede privada superaram as presenciais (51% do total), impulsionadas pela massiva concentração de cursos nessa modalidade por instituições com fins lucrativos. A consequência desse modelo é dupla: por um lado, beneficia financeiramente as instituições e amplia o acesso geográfico; por outro, a pulverização de polos de EaD sem infraestrutura física próxima aos municípios dificulta o mapeamento preciso da trajetória acadêmica dos estudantes e compromete a permanência e a conclusão com qualidade, além de dificultar a formulação de políticas públicas eficazes.

Como resposta a esse cenário de desafios, em Santa Catarina, o percentual de docentes com doutorado na educação superior quase dobrou entre 2013 e 2023, atingindo 45,3%.

Esse movimento ascendente evidencia que a busca por excelência acadêmica passa, necessariamente, pela valorização e titulação dos professores, alinhando-se às metas de melhoria contínua. Em síntese, a baixa qualidade na graduação é causada pela expansão desacompanhada de infraestrutura e regulação adequadas, especialmente no setor privado e na modalidade EaD, e sua superação exige tanto o fortalecimento das políticas estruturais quanto o investimento contínuo na qualificação docente e na articulação entre as diretrizes legais e a prática institucional.

## 15) PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

### PROBLEMA

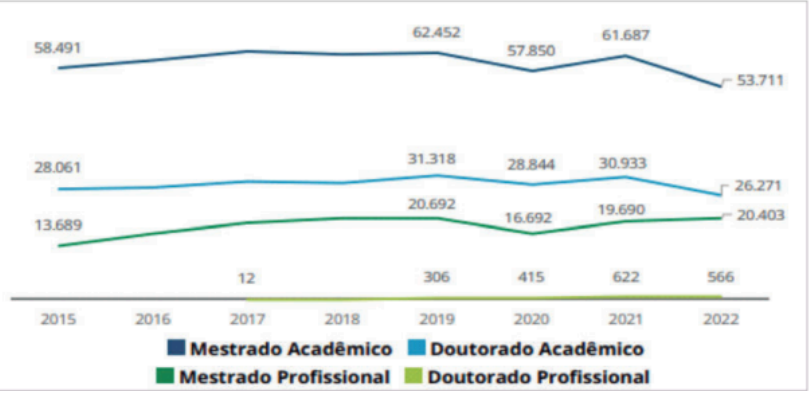
Baixo percentual de mestres e doutores na população, com desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo no acesso, na permanência e na conclusão da pós-graduação stricto sensu. (Diagnóstico da Educação Nacional)

Ampliar o percentual de mestres e doutores na população, com o objetivo de alcançar a titulação de trinta e cinco mestres e vinte doutores por cem mil habitantes, consideradas as desigualdades regionais, raciais, linguísticas, socioeconômicas, de sexo, e as pessoas com deficiência. (Diagnóstico Educação De Santa Catarina).

### ANÁLISE DESCRITIVA

A evolução das matrículas ingressantes na pós graduação aparece em queda nos últimos anos de 2021 a 2022, conforme: "...dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 2015 a 2021, o crescimento dos ingressos na pós-graduação stricto sensu mostrou-se constante ao longo dos primeiros cinco anos, atingindo seu pico em 2019 (com exceção do doutorado profissional). Houve, contudo, quebra nesse padrão em 2020, quando se registrou importante queda no volume de ingressantes, retomando-se o crescimento em 2021..." (Diagnóstico da Educação Nacional).

**Evolução do número de ingressantes da pós-graduação stricto sensu, por ano de matrícula e nível e modalidade de formação, Brasil, 2015/2022**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional

Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

A evolução da titulação de mestres e doutores no Brasil entre 2013 e 2023, considerando as diferentes dependências administrativas. De modo geral, observa-se crescimento em todas as esferas, tanto no mestrado quanto no doutorado, ainda que com intensidades distintas. A dependência privada apresentou a expansão mais acentuada em termos absolutos, seguida pela federal e pela estadual, enquanto a municipal, embora também tenha registrado avanço, manteve os menores quantitativos. No doutorado, o padrão se repete, com destaque para o crescimento expressivo das redes estadual e privada, ao passo que a esfera municipal permaneceu com participação reduzida. O texto evidencia, assim, uma tendência geral de ampliação da pós-graduação stricto sensu no período, mas com assimetrias persistentes entre as dependências administrativas.

> Entre 2013 e 2023, houve crescimento no número de mestres e doutores titulados em todas as dependências administrativas, conforme Tabela 6. No Mestrado, a dependência administrativa estadual titulou 271 mestres em 2013 e 398 em 2023, representando um incremento de 127 mestres. A dependência federal passou de 1.267 mestres para 1.474, com um aumento de 207 mestres. A dependência municipal registrou um crescimento menor, de 169 mestres para 188, com incremento de 19 mestres. Já a dependência privada apresentou o maior aumento absoluto, passando de 434 mestres para 771, um incremento de 337 mestres.
> No Doutorado, a dependência estadual cresceu de 22 doutores em 2013 para 150 em 2023, com um aumento de 128 doutores. A dependência federal passou de 445 para 611, com um incremento de 166 doutores. A dependência municipal teve o menor crescimento, passando de 3 doutores para 32, com um aumento de 29 doutores. A dependência privada também apresentou crescimento expressivo, de 26 doutores para 162, um incremento de 136 doutores. (Diagnóstico Da Educação Catarinense).

**Percentual da população que tem o nível superior completo por faixas etárias no Brasil - 2012/2023 Número de títulos de mestrado e doutorado (acadêmico e profissional), por dependência administrativa - Santa Cataria - 2013/2023**

| Ano | Estadual | | Federal | | Municipal | | Privada | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mestrado | Doutorado | Mestrado | Doutorado | Mestrado | Doutorado | Mestrado | Doutorado |
| 2013 | 271 | 22 | 1.267 | 445 | 169 | 3 | 434 | 26 |
| 2014 | 327 | 33 | 1.179 | 510 | 164 | 4 | 498 | 40 |
| 2015 | 337 | 57 | 1.253 | 549 | 174 | 12 | 572 | 59 |
| 2016 | 354 | 61 | 1.200 | 621 | 180 | 10 | 581 | 67 |
| 2017 | 423 | 101 | 1.365 | 693 | 171 | 15 | 723 | 96 |
| 2018 | 479 | 101 | 1.433 | 699 | 189 | 22 | 622 | 108 |
| 2019 | 497 | 125 | 1.589 | 671 | 186 | 20 | 719 | 114 |
| 2020 | 438 | 105 | 1.211 | 563 | 169 | 19 | 622 | 67 |
| 2021 | 394 | 105 | 1.318 | 597 | 167 | 22 | 680 | 118 |
| 2022 | 456 | 151 | 1.310 | 580 | 228 | 32 | 584 | 152 |
| 2023 | 398 | 150 | 1.474 | 611 | 188 | 32 | 771 | 162 |

Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

O estudo do Diagnóstico de Educação Catarinense, identifica aumento no número de benefícios em bolsas de mestrado e doutorado, conforme: "...no âmbito dos benefícios concedidos nos cursos de Mestrado, observou-se um crescimento consistente entre 2014 e 2023, com o número de beneficiários aumentando de 159 para 541, o que representa um crescimento acumulado de aproximadamente 240%. Esse período foi marcado por um pico em 2022, quando o total de beneficiados alcançou 684. Contudo, em 2023, houve uma retração significativa, com o número de beneficiados chegando a 541, evidenciando a redução, devido a não oferta de novos benefícios."(Diagnóstico Da Educação Catarinense).

**ANÁLISE CAUSAL**

O baixo percentual de mestres e doutores na população, associado às desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo no acesso, permanência e conclusão da pós-graduação *stricto sensu*, configura um problema cuja explicação não se esgota em uma única dimensão. A análise dos dados disponíveis permite identificar um conjunto de fatores causais que se articulam e se reforçam mutuamente.

A dinâmica recente das matrículas ingressantes aponta para uma fragilidade na expansão do sistema. O crescimento constante observado até 2019 foi

interrompido em 2020, com queda expressiva no volume de ingressantes e retomada apenas parcial em 2021. Essa oscilação sugere que a oferta de vagas e o fluxo de entrada na pós-graduação permanecem sensíveis a conjunturas externas e a políticas de fomento, o que compromete a formação de uma base ampliada de titulados.

Ainda que se observe crescimento absoluto no número de mestres e doutores titulados entre 2013 e 2023 em todas as dependências administrativas, a distribuição desse crescimento é marcadamente assimétrica. A expansão mais acentuada concentrou-se nas esferas privada e federal, ao passo que a dependência municipal manteve participação reduzida e os menores quantitativos. Essa configuração revela que a ampliação da pós-graduação não ocorreu de forma homogênea, mas seguiu a lógica da capacidade instalada e do financiamento disponível em cada rede.

O estudo do Diagnóstico da Educação Catarinense evidencia que a política de bolsas exerceu papel indutor relevante no crescimento da titulação, com aumento consistente dos beneficiários de mestrado entre 2014 e 2023, seguido de retração significativa em 2023 em razão da não oferta de novos benefícios. Esse movimento indica que a expansão da pós-graduação esteve fortemente atrelada ao fomento financeiro, de modo que a interrupção ou a descontinuidade das bolsas produz efeito direto sobre o ingresso e a permanência dos estudantes.

As desigualdades sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo no acesso, permanência e conclusão não podem ser dissociadas das condições materiais de existência dos estudantes. A exigência de dedicação exclusiva, a distância entre a residência e os centros de pós-graduação, a insuficiência de políticas de permanência e a distribuição desigual das bolsas contribuem para que determinados grupos enfrentam barreiras adicionais, tanto no ingresso quanto na conclusão dos cursos. Essas barreiras não são apenas reflexo das assimetrias entre dependências administrativas, mas também as aprofundam, na medida em que restringem o acesso dos segmentos socialmente mais vulneráveis às redes com maior capacidade de titulação.

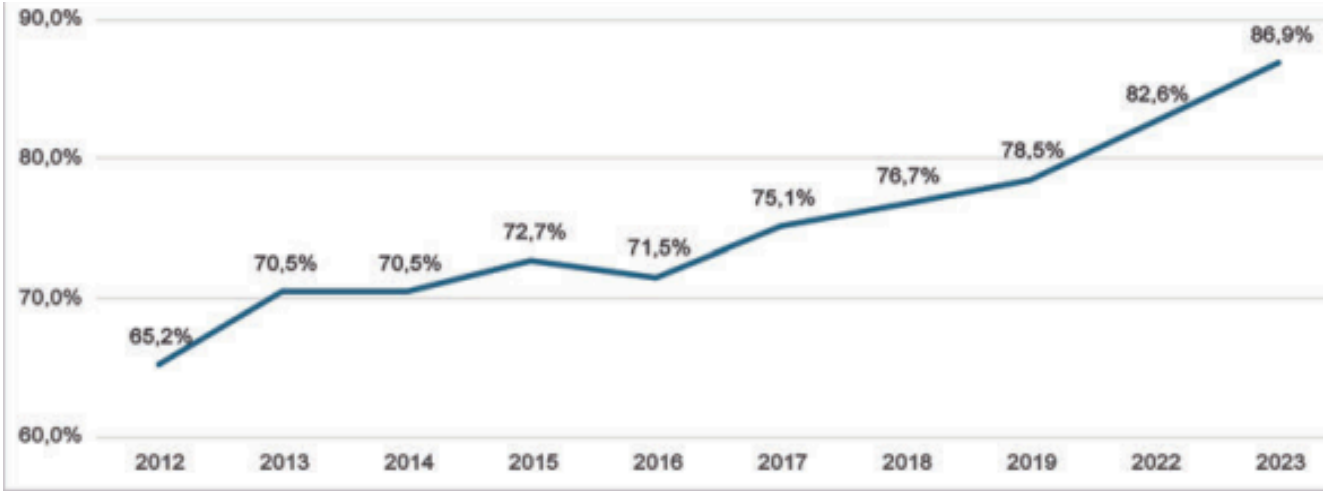
**16) Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica.**

**PROBLEMA**

Desprofissionalização do magistério da educação básica. Baixa valorização do profissional da educação principalmente entre os iniciantes e os atuantes em fim de carreira, além de outros fatores mais pontuais, conforme indica o Diagnóstico Educação Catarinense: "...apesar de concursos e chamadas de profissionais para atender a demanda escolar, fatores como limitações financeiras, baixa valorização, dificuldade de atrair professores para áreas rurais e afastamentos impactaram a efetividade dessas ações...".

**ANÁLISE DESCRITIVA**

**Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica e dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo. Brasil -2012-2019/2022-2023.**




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional.be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica e dos demais profissionais com nível superior completo e Indicador 17A - Brasil - 2012-2019/2020-2032.




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional.be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

Santa Catarina não atingiu a meta do Plano Estadual de Educação para 2025, que prevê 100% dos docentes da educação básica com formação superior adequada à área de atuação. Na educação infantil, houve avanço de 48,8% (2013) para 60,6% (2023), aumento de 11,8 p.p., porém ainda distante da meta. Persistem as desigualdades territoriais, com disparidades entre zonas urbana e rural.

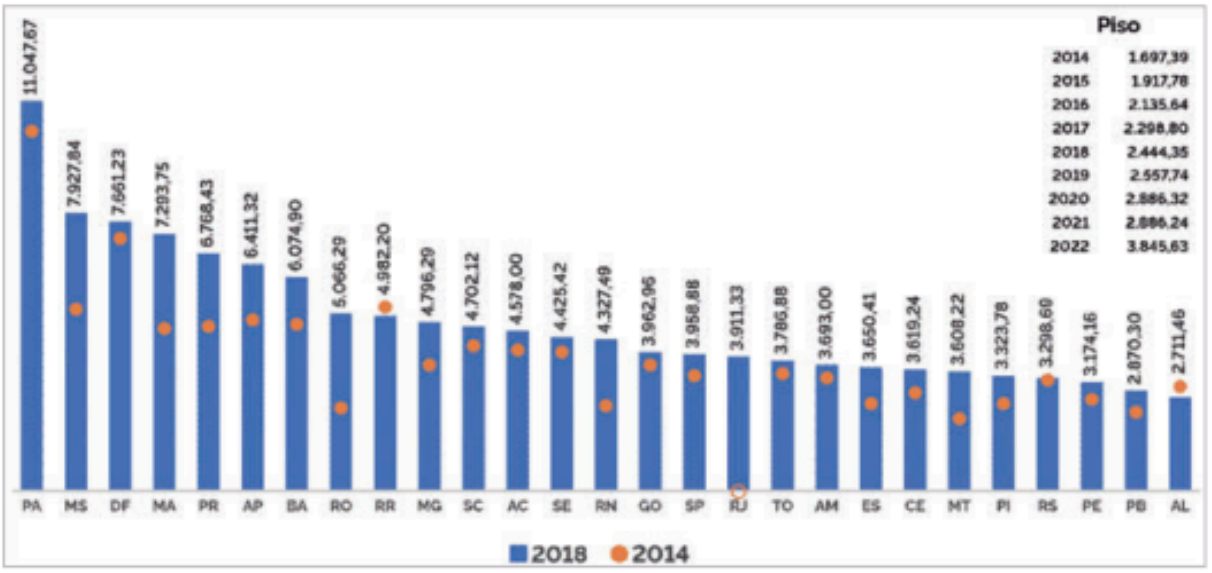
Nos anos iniciais do ensino fundamental, o estado avançou de 73,2% (2013) para 87,9% (2023) de docentes com formação superior adequada, crescimento de 14,7 p.p. Apesar do progresso, ainda há déficit de 12,1 p.p. para atingir a meta de 100%.

Nos anos finais do ensino fundamental, a evolução foi de 57,5% (2013) para 63,4% (2023), aumento de apenas 5,9 p.p., mantendo déficit elevado de 36,6 p.p. Persistem desigualdades territoriais (urbano x rural) e entre redes: rede estadual apresenta menor índice (50,7%) e rede municipal maior índice (78,4%).

No ensino médio, houve queda no percentual de professores com formação superior adequada: de 60,8% (2013) para 53,2% (2023), redução de 7,6 p.p. Alguns fatores contribuíram: diferenças significativas entre zonas urbana e rural, com menor proporção de professores qualificados em áreas rurais; avanços limitados nos anos finais do ensino fundamental e retrocesso no ensino médio, com quedas

no percentual de professores qualificados.

**Remuneração média dos docentes da rede estadual com formação superior em atuação na educação básica e jornada de 40 horas semanais - Brsil - 2014 e 2018(valores nominais em reais)**.




Fonte: Documento Diagnóstico da Educação Nacional

Data da Coleta: 21/08/2026

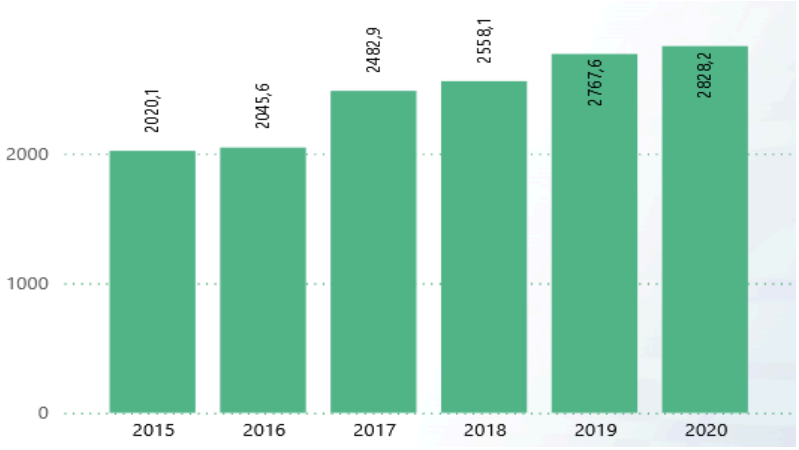
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona

https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/plano-nacional-de-educacao-documento-diagnostico-da-educacao-nacional,be4845f2-ee9d-4c9c-91cf-1e79f08e7580

A remuneração média dos docentes da rede estadual da região sul: R$. 4.922,66 , em Santa Catarina R$. 4702,00 e a de Rio dos Cedros/SC em 2020 R$. 2828,20.

Mesmo assim, na análise de dados de Rio dos Cedros/SC, dados demonstram o progresso positivo na remuneração dos docentes entre 2015 e 2020, um expressivo aumento de 40% acumulado, uma variação de crescimento anual de 6,96% ao ano.

**Remuneração média dos docentes (média rem. bruta - sem correção inflacionária) - educação básica (classe/exclusiva) - rede municipal - Rio dos Cedros - 2015 - 2020.**



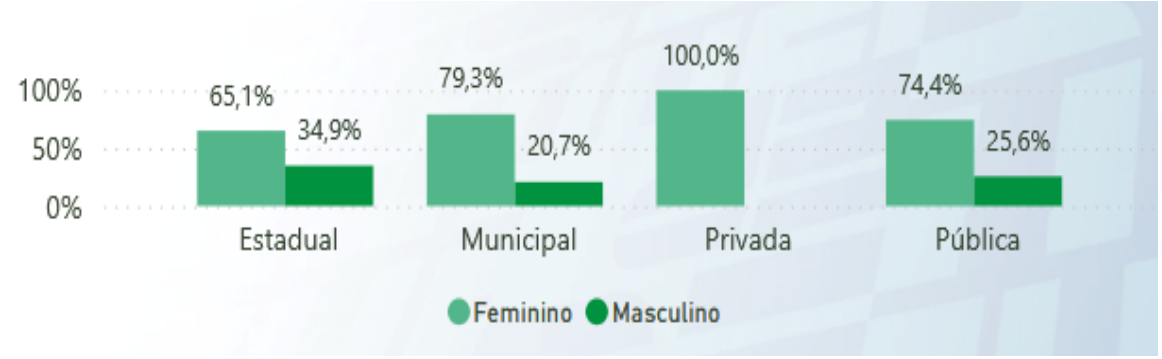

Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A análise longitudinal da remuneração média bruta dos docentes da rede municipal de Rio dos Cedros (SC), entre 2015 e 2020, revela uma trajetória de crescimento nominal contínuo. Partindo de R$ 2.020,10 em 2015 e atingindo R$ 2.020,10 em 2015 e atingindo R$ 2.828,24 em 2020, observa-se um incremento acumulado de aproximadamente 40% no período. Academicamente, esse comportamento sugere uma política consistente de reajustes ou de progressão na carreira docente, com destaque para o salto significativo entre 2016 e 2017 (de R$ 2.045,60 para R$ 2.045,60 para R$ 2.482,90), que indica um esforço orçamentário concentrado nesse intervalo. A tendência ascendente, sem retrocessos nominais, aponta para uma priorização da folha de pagamento na gestão educacional do município, embora a ausência de quedas bruscas também possa refletir a aplicação de reajustes vinculados ao Piso Salarial Profissional Nacional.

Contudo, a ressalva metodológica explícita no gráfico — "sem correção inflacionária" — impõe cautela à interpretação dos dados. O crescimento nominal não equivale, necessariamente, a ganho real de poder de compra, especialmente

considerando o contexto inflacionário brasileiro do período, com picos em 2015 e 2016. Para uma conclusão acadêmica rigorosa sobre valorização efetiva, seria imperativo deflacionar os valores pelo IPCA ou INPC e correlacioná-los com a carga horária média dos contratos e com o custo de vida local. Assim, embora a série histórica demonstra um esforço fiscal contínuo e uma trajetória ascendente na remuneração bruta, a afirmação de que houve melhoria real no bem-estar econômico do professorado de Rio dos Cedros exige análise complementar, uma vez que parte do crescimento observado pode ter sido meramente repasse inflacionário.

**Percentual de docentes por sexo segundo a rede de ensino - Educação básica Rio dos Cedros - 2025**



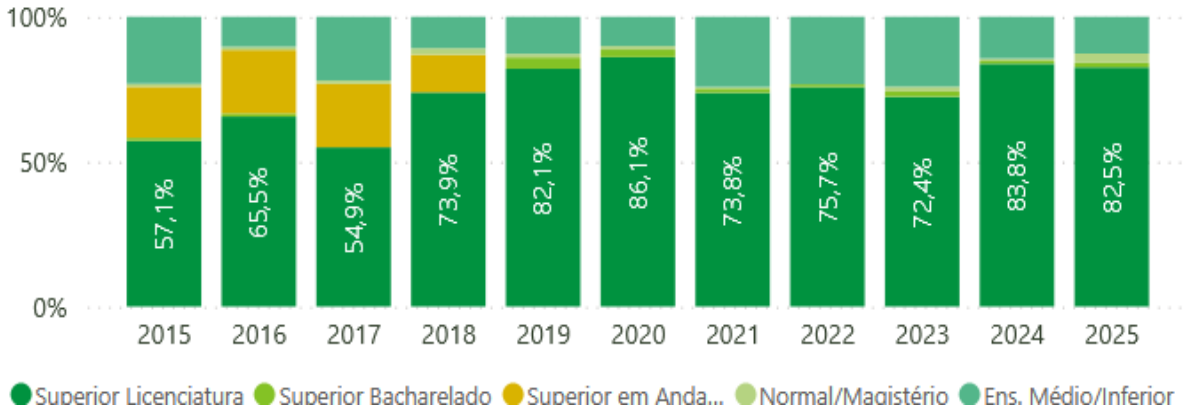

Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A análise do percentual de docentes por sexo na educação básica de Rio dos Cedros em 2025 revela uma marcante disparidade de gênero, com a clara predominância do sexo feminino em todas as redes de ensino avaliadas. Na sequência, a rede municipal evidencia 79,3% de mulheres contra 20,7% de homens, enquanto a rede pública, de forma agregada, registra 74,4% de presença feminina e 25,6% masculina. Já a rede estadual, embora ainda mantenha as mulheres como maioria expressiva com 65,1%, configura-se como o ambiente com a maior participação masculina no município, alcançando 34,9%.

Diante desses dados, conclui-se que a docência na educação básica do município é uma profissão exercida predominantemente por mulheres, reforçando um cenário

histórico de feminização do magistério. A variação entre as redes demonstra que a desigualdade de gênero é mais acentuada na iniciativa privada e apresenta um leve equilíbrio na rede estadual, embora a hegemonia feminina permaneça incontestável em todos os âmbitos analisados. Esses índices evidenciam a necessidade de se compreender as dinâmicas de gênero no setor educacional local, uma vez que a significativa sub-representação masculina, especialmente na rede privada, contrasta com a distribuição demográfica geral da população.

**Evolução da escolaridade (%) dos docentes - educação básica - Rio dos Cedros - 2015 - 2025.**



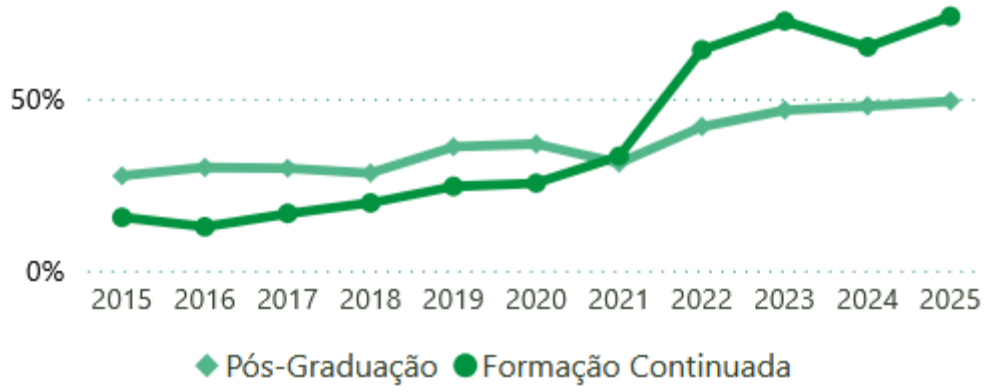

Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

A evolução da escolaridade dos docentes da educação básica em Rio dos Cedros, entre 2015 e 2025, demonstra uma clara e consistente tendência de qualificação profissional ao longo da década. Observa-se um crescimento expressivo da categoria "Superior Licenciatura" (em verde escuro), que saltou de 57,1% em 2015 para 86,1% em 2020, sofrendo uma leve retração nos anos seguintes, mas mantendo-se em patamar elevado, com 82,5% em 2025. Concomitantemente, verifica-se a drástica redução das formações de menor nível ou não licenciadas. O "Normal/Magistério" e o "Ensino Médio/Inferior" (tons de verde claro), que juntos representavam uma fatia significativa no início da série histórica, praticamente

desapareceram no gráfico a partir de 2018, indicando a substituição de professores com formação apenas em nível médio por profissionais com diplomação superior.

Por outro lado, a composição das demais formações de nível superior apresenta oscilações pontuais, mas com tendência de estabilização. A categoria "Superior Bacharelado" manteve-se estável e minoritária ao longo de todo o período, enquanto o "Superior em Andamento", que teve seu pico em 2016 com 65,5%, caiu drasticamente nos anos seguintes, refletindo a conclusão desses cursos pelos docentes e a consolidação da licenciatura como requisito principal. Em síntese, os dados revelam que a rede municipal de ensino de Rio dos Cedros atingiu a quase totalidade de seus professores com formação superior completa e específica (licenciatura) na última década, alinhando-se às exigências legais educacionais e demonstrando um amadurecimento na qualificação do quadro docente local.

**Evolução do percentual de docentes com pós-graduação ou formação continuada - educação básica - Rio dos Cedros - 2015 - 202**5.

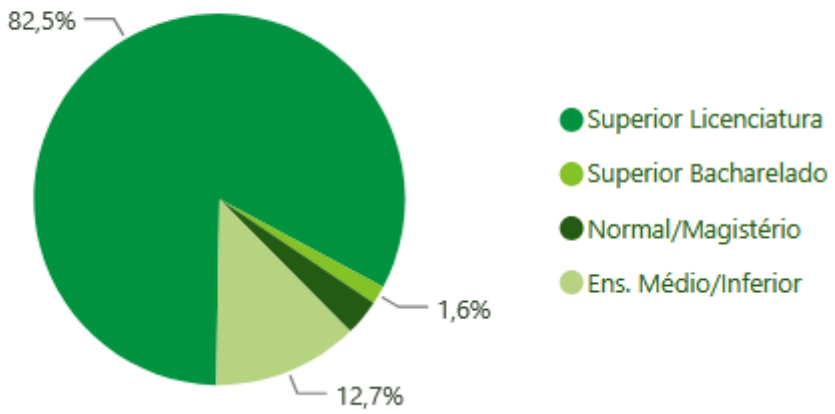



Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

O gráfico que apresenta a evolução do percentual de docentes com pós-graduação ou formação continuada na educação básica de Rio dos Cedros, entre 2015 e 2025, revela um avanço significativo e crescente na qualificação profissional dos educadores ao longo do período. Observa-se que a linha referente à "Pós-Graduação" (em verde claro) manteve um crescimento constante e gradual

desde o início da série histórica, partindo de patamares próximos a 30% em 2015 e atingindo a marca exata de 50% em 2025. Paralelamente, a linha de "Formação Continuada" (em verde escuro) apresentou um comportamento inicial de estabilidade e leve ascensão até 2020, seguido por um salto expressivo e abrupto entre os anos de 2021 e 2022, quando ultrapassou a taxa de pós-graduação. Após esse pico de crescimento acelerado, a formação continuada consolidou-se como a modalidade de qualificação mais comum entre os docentes, encerrando o período em 2025 com um percentual superior a 70%, evidenciando que a rede municipal de ensino priorizou e ampliou substancialmente a capacitação contínua de seu corpo docente na última década.

**Escolaridade (%) dos docentes - educação básica - Rio dos Cedros - 2025**




Fonte: Paineis Estatísticos o Censo Escolar
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ

O gráfico anterior de  2025, revela que a grande maioria dos docentes da educação básica de Rio dos Cedros possui formação superior específica para o magistério. A categoria Superior Licenciatura domina amplamente o cenário com 82,5%, enquanto o Superior Bacharelado representa 12,7%. As formações de nível médio ou não licenciadas (Normal/Magistério e Ensino Médio/Inferior) somam apenas 1,6%, demonstrando que a rede atingiu um alto nível de qualificação e adequação

profissional do seu quadro docente.

**ANÁLISE CAUSAL**

A análise descritiva aponta uma causa estrutural para a desprofissionalização do magistério em Santa Catarina: a baixa valorização, as limitações financeiras e a dificuldade de atrair professores (especialmente para áreas rurais). Como efeito direto dessa conjuntura, o estado não atingiu a meta de 100% de docentes com formação superior adequada até 2025, e observa-se um cenário de retrocesso no ensino médio (queda de 60,8% para 53,2%) e de estagnação nos anos finais do fundamental.

Em contraponto ao cenário estadual, a análise de Rio dos Cedros revela uma causa específica local que parece mitigar a desprofissionalização: o crescimento nominal contínuo da remuneração média bruta (incremento de 40% entre 2015 e 2020). Por causa disso, infere-se um efeito de atração e retenção de profissionais no município, o que, teoricamente, contribui para a estabilidade do quadro. No entanto, a ressalva metodológica impõe uma causa limitante: a ausência de correção inflacionária significa que parte desse crescimento foi meramente repasse, o que gera o efeito de um possível não-ganho real de poder de compra, deixando a valorização efetiva aquém do que o dado nominal sugere.

A análise dos dados de escolaridade e gênero sugere relações causais de resposta às políticas de valorização. O expressivo avanço na "Superior Licenciatura" (57,1% para 82,5%) e o salto na "Formação Continuada" (de ~30% para >70%) têm como causa provável a exigência legal da LDB (Lei 9.394/96) combinada com a possibilidade de progressão na carreira vinculada à titulação — o que encontra respaldo no efeito do crescimento remuneratório local observado. Dessa forma, a causa (incentivo financeiro e legal à titulação) gera o efeito (quase universalização do ensino superior licenciatura e da pós-graduação). Paralelamente, a forte predominância feminina (82,5% na rede municipal) é explicada como causa histórica e estrutural da feminização do magistério, mas que, no caso da rede

privada (100%), pode ser efeito de uma segmentação de mercado e de estereótipos de gênero ainda mais acentuados na esfera privada.

Nota-se que existe uma relação causal bidirecional entre valorização e qualificação. Se, por um lado, a causa de uma remuneração em trajetória ascendente contribuiu para o efeito positivo de elevar a formação docente a patamares de excelência (82,5% de licenciatura e 50% de pós-graduação em 2025), por outro lado, a causa estrutural da desvalorização (que não foi plenamente superada, dada a falta de correção real e a lacuna estadual) permanece como um fator de risco para a causa futura de desprofissionalização, sobretudo pela sub-representação de novos talentos (baixa atratividade) e pela sobrecarga de um corpo docente majoritariamente feminino e altamente qualificado, mas que pode não estar recebendo o retorno financeiro proporcional ao seu esforço de capacitação.

## 17) PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

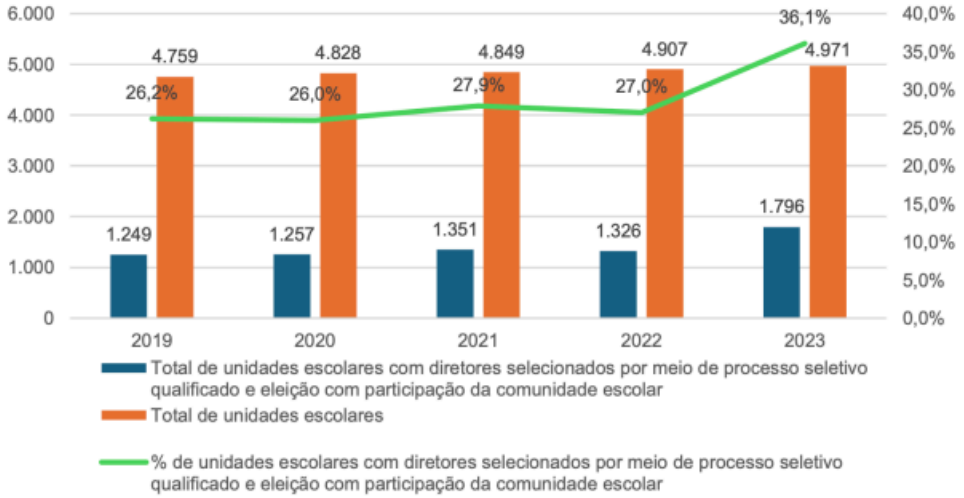
### PROBLEMA

Insuficiência e fragilidade da representação e da participação social no planejamento e na gestão educacional.

### ANÁLISE DESCRITIVA

A gestão democrática do ensino público é um princípio constitucional. Sua inserção na Constituição Federal é resultado do esforço de diversos atores e entidades do campo educacional na luta pela redemocratização do País na década de 1980. Esse preceito, consolidado no artigo 206 da Carta Magna, não representa apenas uma norma jurídica, mas a materialização de uma profunda mudança de paradigma na administração escolar: a transição de um modelo historicamente centralizador e autoritário para uma estrutura pautada na participação ativa da comunidade escolar — incluindo professores, alunos, pais e funcionários — e na transparência da coisa pública.

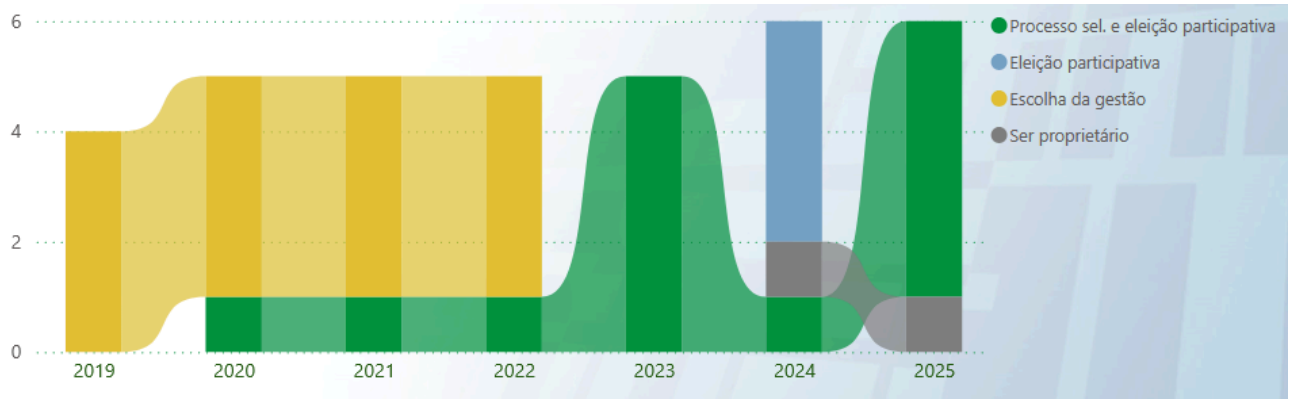
**Número e percentual de unidades escolares públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar - Santa Catarina - 2019 - 2023.**




Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

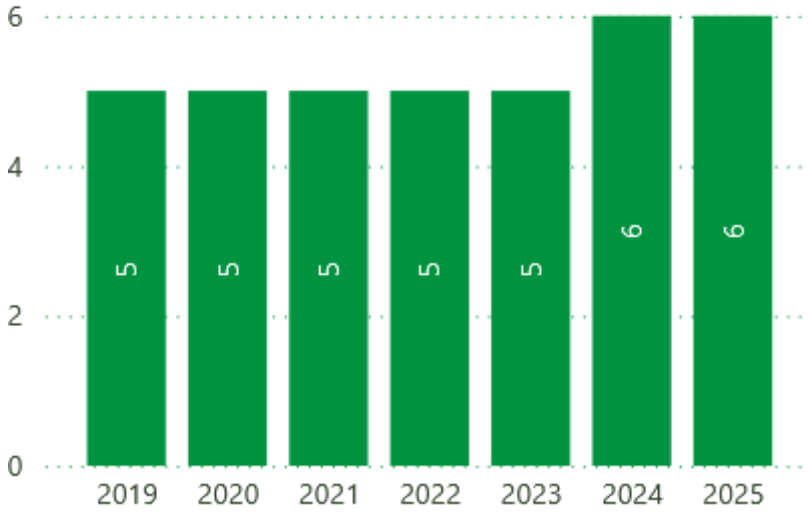
Ao analisarmos os dados e os desafios da educação básica em Rio dos Cedros e em Santa Catarina, percebe-se que a efetivação dessa gestão democrática está intrinsecamente ligada aos problemas de desprofissionalização e baixa valorização do magistério.

**Evolução do número (vínculos) de diretores segundo forma de acesso ao cargo - Rio dos Cedros - 2025.**




Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

**Evolução do número (vínculos) de gestores - Rio dos Cedros - 2019 - 2025.**




Fonte: Diagnóstico da Educação Catarinense
Data da Coleta: 21/08/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

O vínculo de gestores escolares está elencado em diversas categoria, sendo 2 - Exclusivamente por indicação/escolha da gestão, 3 - Processo seletivo qualificado e escolha/nomeação da gestão (6%), 4 - Concurso público e específico para o cargo de gestor escolar, 5 - Exclusivamente por processo eleitoral com participação da comunidade escolar ,6 - Processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar (12%), 7 - Outro. (https://tcesc.shinyapps.io/iqesc/)

Com a instituição de  Conselhos Escolares e os Fóruns dos Conselhos Escolares, definiram os Conselhos Escolare são órgãos deliberativos, composto pelo diretor da escola e por representantes da comunidade escolar e local, eleitos pelos respectivos pares, e os  Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado que visa fortalecer os Conselhos Escolares.

**ANÁLISE CAUSAL**

A causa primária do problema reside em um paradoxo histórico. A gestão democrática foi conquistada como princípio constitucional, fruto da luta pela redemocratização, representando a superação de um modelo centralizador e autoritário. No entanto, a causa da fragilidade atual está na distância entre a norma jurídica e a prática cotidiana: a conquista formal não garantiu, por si só, a efetivação da participação. O efeito é que, décadas depois, a representação social no planejamento educacional permanece insuficiente, pois a cultura autoritária e centralizadora, enraizada na administração pública, não foi plenamente superada, gerando uma causa de resistência velada à partilha real de poder.

Os dados descritivos revelam uma causa institucional crucial: a forma de provimento do cargo de gestor escolar. Observa-se que apenas 12% dos gestores são escolhidos por processo seletivo qualificado combinado com eleição e participação da comunidade escolar, enquanto 6% são provenientes de processo seletivo com escolha/nomeação da gestão - como é o caso de Rio dos Cedros/SC. Embora haja menção de outras categorias (como indicação exclusiva e concurso público), a baixa representatividade das modalidades que combinam mérito e

participação popular é um indicador causal da fragilidade democrática. O efeito direto é que, quando o gestor é indicado ou nomeado sem a participação da comunidade, cria-se um vínculo de lealdade com a administração central, e não com os anseios da comunidade escolar, enfraquecendo a representação social no planejamento educacional.

A instituição de Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares é apontada como a causa formal para a promoção da gestão democrática, uma vez que são órgãos deliberativos eleitos pelos pares. Contudo, a análise causal revela uma causa organizacional subjacente: a mera criação desses espaços não garante sua efetividade. O efeito é que, sem autonomia financeira, sem formação continuada para os conselheiros e sem tempo institucional para o diálogo, os Conselhos tornam-se espaços meramente homologatórios. A fragilidade da representação, portanto, deriva da causa de uma participação social que é convocada a opinar, mas não é empoderada para decidir, o que gera o efeito de desmobilização e descrença da comunidade escolar.

A fragilidade da gestão democrática está intrinsecamente ligada à desprofissionalização e à baixa valorização do magistério. A causa da baixa valorização (salários e condições de trabalho) gera o efeito de desmotivação e sobrecarga dos professores, que têm menos tempo e energia para se engajar em processos participativos. Por sua vez, a causa da fragilidade da participação (falta de voz nas decisões) gera o efeito de políticas educacionais desalinhadas com a realidade da sala de aula, o que retroalimenta a desvalorização. Forma-se, assim, um ciclo causal vicioso: a ausência de gestão democrática efetiva impede que a comunidade escolar, incluindo os docentes, lute por melhores condições, enquanto a desvalorização docente reduz a capacidade de pressão social por gestão democrática.

A insuficiência da representação e da participação social no planejamento e na gestão educacional é causada por múltiplos fatores interligados: a causa histórica (herança autoritária), a causa institucional (modelos de provimento de gestores que priorizam a nomeação em detrimento da eleição comunitária), a causa

organizacional (Conselhos Escolares formalmente instituídos, mas materialmente frágeis) e a causa estrutural (desvalorização docente que enfraquece o tecido social da escola). O efeito final é uma gestão democrática que existe no papel, mas que não se concretiza como prática transformadora, perpetuando a exclusão da comunidade escolar das decisões que afetam diretamente a qualidade da educação. A superação desse quadro exige não apenas a manutenção das normas conquistadas, mas a criação de causas positivas — formação cidadã, autonomia escolar real e valorização dos profissionais — que possam reverter o ciclo vicioso em um círculo virtuoso de participação e efetividade.

**18) Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta da educação básica**

**PROBLEMA**

Baixa qualidade e iniquidade nas condições de oferta da educação básica - é identificado em nível nacional.

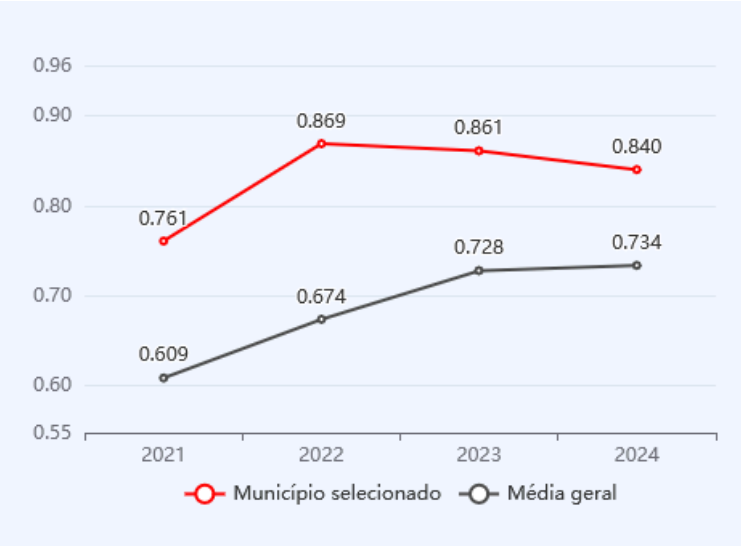
**ANÁLISE DESCRITIVA**

O Diagnóstico Nacional da Educação aponta a necessidade de propiciar qualidade mínima na infraestrutura: "...ainda quanto à infraestrutura, o Censo Escolar da Educação Básica 2022 aponta que 45% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado, enquanto, nas escolas particulares, esse percentual chega a 85%...".

Rio dos Cedros/SC, neste quesito, tem atendido as necessidades estruturais físicas, pedagógicas e administrativas na sua plenitude, com investimentos constantes.

Segundo TCE-SC, indica a cumprimento dos requisitos para o cargo de gestor escolar, cumprindo: requisito - ser membro do magistério, possui legislação e regulamentação do cargo de diretor, possuir formação superior, possuir pós-graduação em gestão escolar, há participação da comunidade escolar na eleição do gestor e apresentação de projeto de gestão. **Fonte:** Elaborado pelo autor com base em TCE/SC (2024).

Evolução do indicador de Infraestrutura Escolar em Rio dos Cedros - 2021 - 2024



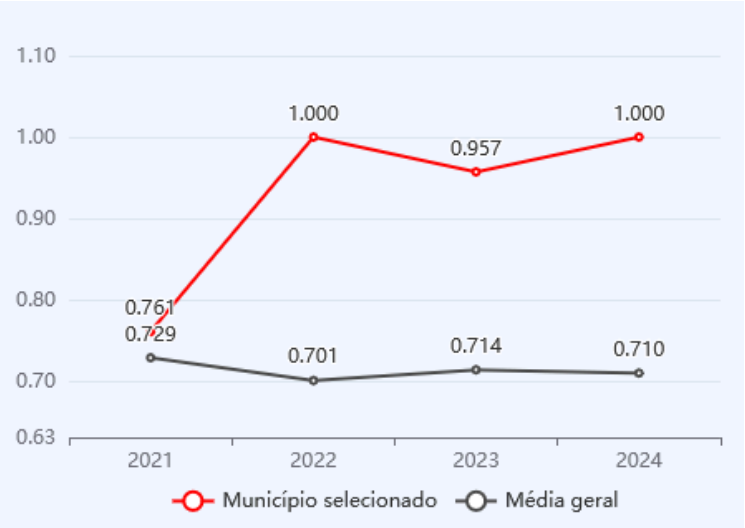

Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

A evolução temporal do "Resultado do Indicador de Infraestrutura com pesos iguais" entre 2021 e 2024, comparando o desempenho de um município selecionado com a média geral. Observa-se que o município selecionado (linha vermelha) inicia o período com um índice superior (0,761) e apresenta um crescimento acentuado até 2022, quando atinge seu pico de 0,869; contudo, a partir de então, exibe uma trajetória de declínio moderado, recuando para 0,861 em 2023 e 0,840 em 2024. Em contrapartida, a média geral demonstra um crescimento contínuo e gradual ao longo de todo o período analisado, partindo de 0,609 em 2021 e alcançando 0,734 em 2024, embora com desaceleração no último ano. A análise comparativa revela que, apesar de o município selecionado manter-se consistentemente acima da média geral em todos os anos, a divergência de tendências a partir de 2022 — com o município em queda e a média em ascensão.

Segundo TEC-SC, Rio Dos Cedros no ano de 2024 apresentou valor na variável "--- CATEGORIA 1 - Infraestrutura básica e acessibilidade" acima de 63.7% de todas redes municipais de Santa Catarina.  Rio Dos Cedros no ano de 2024 apresentou valor na variável "Fornece água potável para o consumo humano" acima de 3.4% de todas redes municipais de Santa Catarina. Rio Dos Cedros no ano de 2024

apresentou valor na variável "__CAMPO 1.3: Esgoto" acima de 2.4% de todas redes municipais de Santa Catarina.

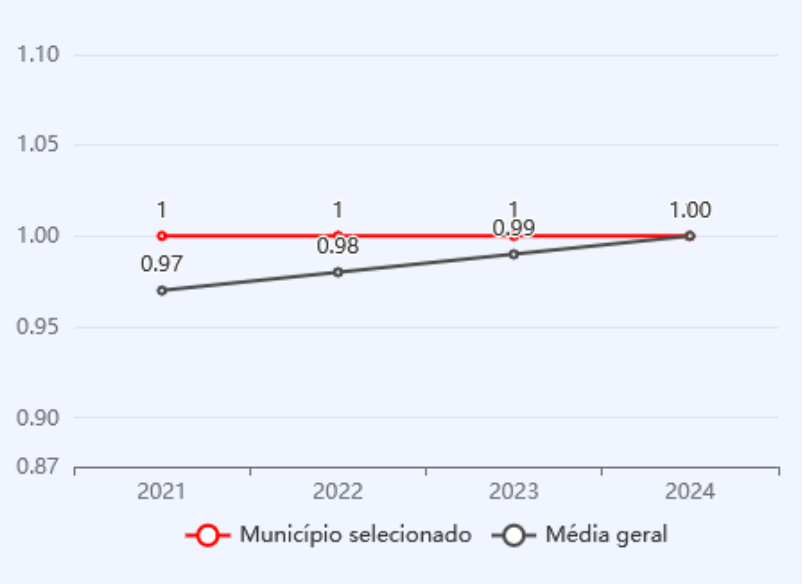
**Evolução na disponibilização de laboratórios nas unidades escolares de Rio dos Cedros - 2021 - 2024**




Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

De acordo com os dados de referência do ICMS Educação divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), o município de Rio dos Cedros apresentou, no ano de 2024, desempenho superior a **96,3%** de todas as redes municipais de ensino de Santa Catarina na variável "**Campo 3.1: Laboratórios**". Esse indicador integra a dimensão de infraestrutura escolar do ICMS Educação, refletindo o nível de investimento da rede municipal na configuração de laboratórios. O resultado demonstra que Rio dos Cedros está entre os municípios catarinenses mais bem posicionados nesse quesito, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação e para a ampliação da participação do município na distribuição dos recursos do ICMS Educação.

Evolução do atendimento e Internet nas escolas de Rio dos Cedros - 2021 - 2024




Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

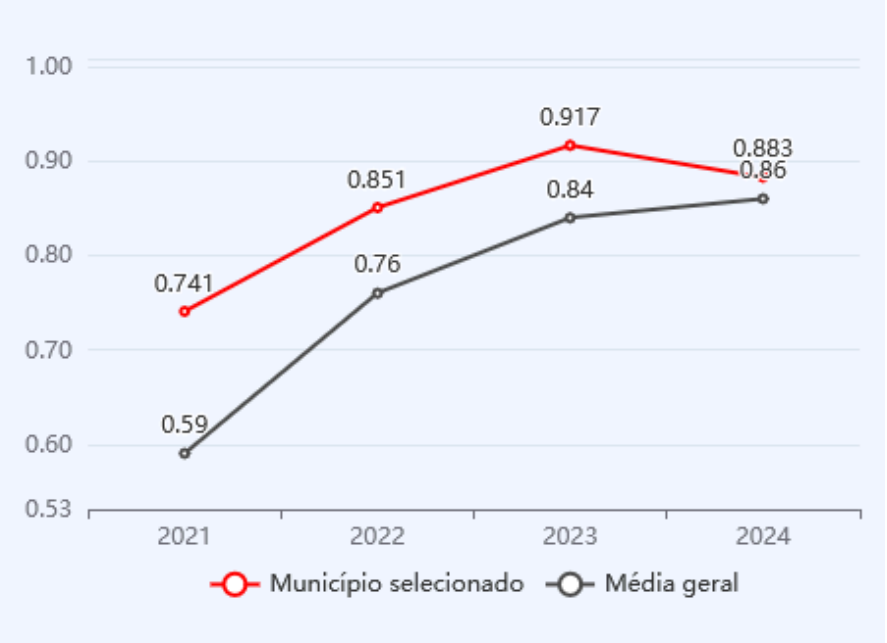
Os dados de referência do ICMS Educação divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), também apontam que o município de Rio dos Cedros apresentou, no ano de 2024, desempenho relevante em diferentes variáveis que compõem a dimensão de infraestrutura escolar da rede municipal de ensino. Os resultados posicionam o município acima de parcela significativa das redes municipais catarinenses, conforme detalhado a seguir:

- **Possui acesso à Internet**: o município apresentou valor superior a **1** de todas as redes municipais de Santa Catarina, indicando a presença de conectividade nas unidades escolares, ainda que o percentual de superação seja modesto em comparação aos demais indicadores.
- **Possui Sala de Leitura**: Rio dos Cedros superou **94,2%** das redes municipais de Santa Catarina, evidenciando ampla cobertura na oferta de espaços destinados à leitura nas escolas municipais.
- **Campo 5.1: Biblioteca e Sala de Leitura**: o município apresentou valor acima de **71,2%** de todas as redes municipais catarinenses, demonstrando que a rede municipal dispõe de forma expressiva desses espaços pedagógicos,

embora em patamar inferior ao observado isoladamente na variável "Possui Sala de Leitura".

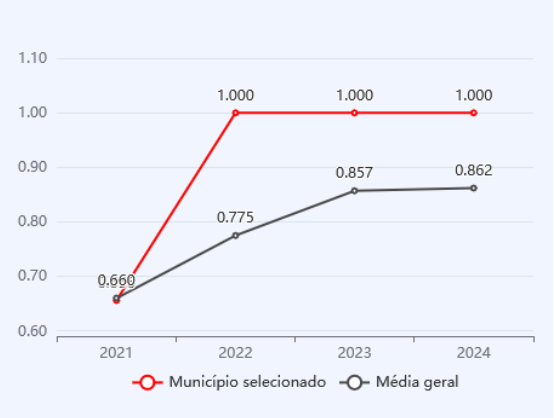
Rio dos Cedros tem avançado na oferta de infraestrutura escolar, com destaque para os espaços de leitura e biblioteca, ao passo que a conectividade de Internet representa o indicador com margem relativa de superação entre as redes municipais do estado. Esses dados reforçam o potencial do município na busca por maior participação na distribuição dos recursos do ICMS Educação e sinalizam oportunidades de aprimoramento, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à Internet nas escolas.

**Evolução da disponibilização de climatização nas unidades educacionais de Rio dos Cedros/SC - 2021 - 2024**




Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

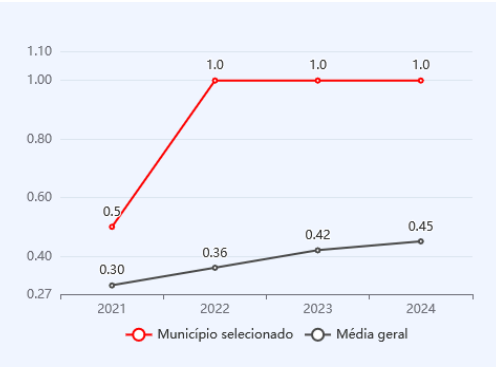
**Evolução da variável Alimentação Escolar - Rio dos Cedros/SC - 2021 - 2024**




Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

No mesmo período, Rio dos Cedros superou 76,6% das redes municipais de Santa Catarina na variável "Categoria 4 – Alimentação" do ICMS Educação (TCE/SC). O resultado reflete boas condições de alimentação escolar e se soma ao bom desempenho do município em outros indicadores de infraestrutura, como laboratórios, sala de leitura, biblioteca e acesso à Internet, reforçando seu compromisso com a qualidade da educação básica.

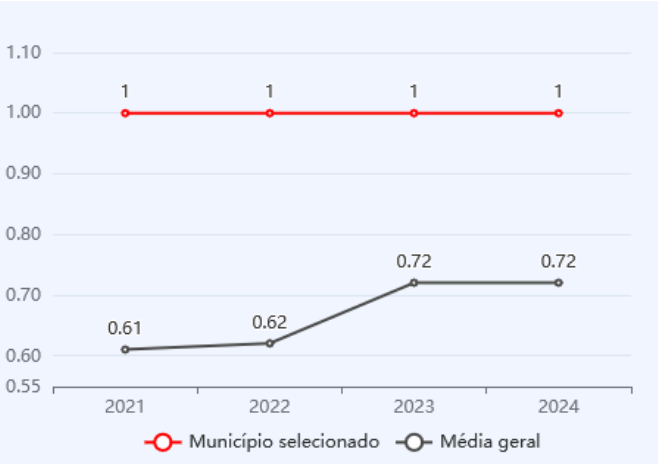
**Evolução na disponibilização e manutenção de quadras cobertas - Rio dos Cedros/SC - 2021 - 2024**




Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

Rio dos Cedros superou 90,5% das redes municipais de Santa Catarina na variável "Possui Quadra de Esportes Coberta" do ICMS Educação (TCE/SC), evidenciando boa disponibilidade de espaços esportivos cobertos nas escolas. O resultado se soma ao bom desempenho do município em outros indicadores de infraestrutura, reforçando seu compromisso com a qualidade da educação básica.

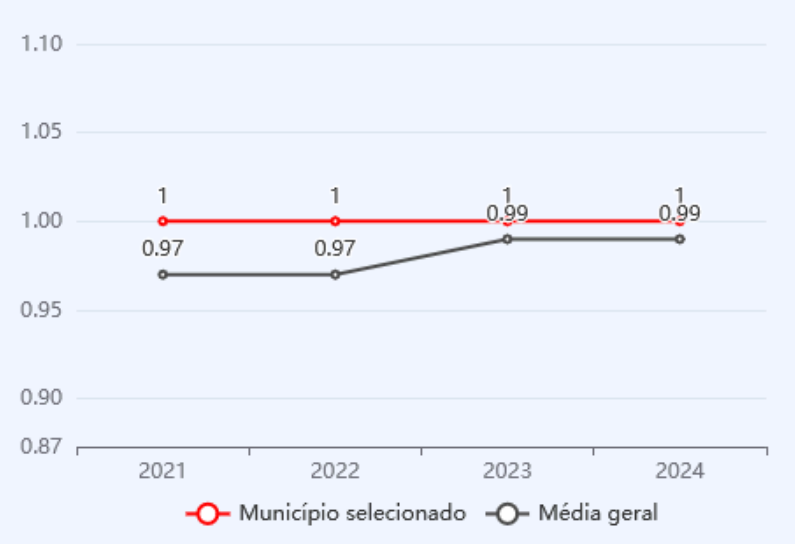
Capacidade de Separação do lixo/resíduos na escola - Rio dos Cedros/sC - 2021 -2024




Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

Além de superar 54,2% das redes municipais de Santa Catarina na variável "Separação do lixo/resíduos" do ICMS Educação (TCE/SC)/2024, evidenciando a adoção de práticas de gestão ambiental nas escolas. O resultado se soma ao bom desempenho do município em outros indicadores de infraestrutura, reforçando seu compromisso com a qualidade da educação básica e com a sustentabilidade.

**Fornecimento de água potável para consumo humano em escola - Rio dos Cedros/SC - 2021 - 2024**.




Fonte: Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses
Data da Coleta: 28/10/2026
Responsável Pela Coleta: Avalcir Bona
https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/A-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf

O índice da variável "Fornece água potável para o consumo humano" do ICMS Educação (TCE/SC)/2024, demonstra também a superação em 10,5% das redes públicas municipais de Santa Catarina.

**ANÁLISE CAUSAL**

Os dados do TCE/SC revelam, em 2024, um padrão heterogêneo no desempenho de Rio dos Cedros: o município supera 96,3% das redes municipais em Laboratórios, 94,2% em Sala de Leitura, 90,5% em Quadra de Esportes Coberta, 76,6% em Alimentação e 71,2% em Biblioteca e Sala de Leitura, mas apresenta resultados coerentes em Infraestrutura básica e acessibilidade (63,7%), Separação de lixo/resíduos (54,2%), Água potável (10,5% ou 3,4%, conforme a fonte), Esgoto (2,4%) e Acesso à Internet (1%). Paralelamente, o Indicador de Infraestrutura com pesos iguais cai de 0,869 em 2022 para 0,840 em 2024, enquanto a média estadual sobe de 0,609 para 0,734 no período.

Hipóteses causais concorrem para explicar o padrão. Onde o efeito de composição da rede: priorização de equipamentos pedagógicos visíveis e politicamente

rentáveis em detrimento de componentes estruturais invisíveis e de maior complexidade (esgoto, água, conectividade). Assim como a defasagem temporal do ciclo de capital: investimento concentrado entre 2021 e 2022, requer eposição contínua.

O gargalo sanitário estrutural: valores muito baixos em água e esgoto sugerem déficit histórico do território, não escolha de gestão, condicionado pela localização rural das escolas. O resultado plausível de  (índice 1) na Internet indica investimentos assertivos na área de tecnologia e comunicação. Por outro lado, o efeito de escala e capacidade técnico-administrativa: municípios pequenos podem dispor da infraestrutura sem conseguir comprová-la nos moldes exigidos.

A síntese integrada indica que o Rio dos Cedros construiu vantagem consistente em modernização pedagógica, conseguindo avançar — nos componentes de infraestrutura básica e digital, justamente os que sustentam a perenidade do índice. A estabilidade  sinaliza dissipação dessa vantagem, mesmo considerando-se a depreciação e manutenção e os custos de manutenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C): Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2025**: microdados. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar. Acesso em: 14 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas Censo Escolar**. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painéis Estatísticos do Censo Escolar**. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYt

ZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas e outros migrantes. Brasília, DF: MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diagnóstico da Educação Nacional**: documento preliminar para elaboração do novo Plano Nacional de Educação (2026–2036). Brasília, DF: MEC, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicador Criança Alfabetizada: Santa Catarina – 2025**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/indicador-crianca-alfabetizada-2025/arquivos/santa-catarina-sc. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo PAR – Painel de Resultados**. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/resultados. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)**. Brasília, DF: DATASUS, 2026. Disponível em: http://sinasc.saude.gov.br. Acesso em: 21 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **TabNet – DATASUS**. Brasília, DF: DATASUS, 2026. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br. Acesso em: 21 set. 2026.

**Escolas Brasil**. Escola em Rio dos Cedros – Santa Catarina. 2026. Disponível em: https://escolasbrasil.org/santa-catarina/rio-dos-cedros/42019095. Acesso em: 21 ago. 2026.

KREISER, N. L.; WHITE, S. W. ASD in females: are we overstating the gender difference in diagnosis? **Clinical Child and Family Psychology Review**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 67-84, 2014.

**QEdu**. Evolução do IDEB e do SAEB – Rio dos Cedros/SC. São Paulo: Meritt, 2026. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 21 ago. 2026.

RIO DOS CEDROS. Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 003/2025, de 17 de dezembro de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino. Rio dos Cedros, SC: COMED, 2025.

RIO DOS CEDROS. **Decreto nº 3.866, de 30 de julho de 2026**. Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) 2026–2036. Rio dos Cedros, SC: Prefeitura Municipal, 2026.

RIO DOS CEDROS. **Lei Ordinária nº 2.259, de 12 de dezembro de 2023**. Autoriza a concessão de subvenção social à APAE de Timbó. Rio dos Cedros, SC: Câmara Municipal, 2023.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC)**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, [s.d.].

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da Educação Catarinense**: documento preliminar 2025. Florianópolis: SED/SC, 2025. Disponível em: https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/DIAGNOSTICO-DA-EDUCACAO-CATARINENSE-Documento-preliminar-2025-E-BOOK.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Índice de Qualidade da Educação (IQESC)**. Florianópolis: TCE/SC, 2026. Disponível em: https://tcesc.shinyapps.io/iqesc/. Acesso em: 21 ago. 2026.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Painel de Infraestrutura das Escolas Catarinenses**. Florianópolis: TCE/SC, 2026. Disponível em: https://tcesc.shinyapps.io/painelinfraestrutura/. Acesso em: 28 out. 2026.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado. **Painel de Transparência da Educação**. Florianópolis: TCE/SC, 2026. Disponível em: https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br. Acesso em: 21 ago. 2026.

SOARES, M. **Formação inicial de professores**: a baixa qualidade dos cursos de licenciatura e seus impactos na aprendizagem. [S.l.: s.n.], 2017.

**ANEXO I**

**METODOLOGIA UTILIZADA NO DOCUMENTO**

Para a elaboração do diagnóstico da educação municipal de Rio dos Cedros/SC utilizou-se metodologia por estrutura híbrida que combina análise quantitativa de indicadores oficiais com análise qualitativa orientada pela Árvore de Problemas (metodologia SASE/MEC). A seguir, apresenta-se uma análise crítica dessa abordagem, considerando seus fundamentos, potencialidades e limitações.

**1. Fundamentos Metodológicos Declarados**

O documento explicita, em sua apresentação, que a metodologia se baseia em:

- **Análise quantitativa** de indicadores oficiais provenientes de fontes como IBGE, INEP, IDEB, SIOPE/FUNDEB, Painel do PNE, TCE-SC, SINASC e Painéis Estatísticos do Censo Escolar, entre outras fontes oficiais de dados;
- **Análise qualitativa** por meio da Árvore de Problemas (metodologia SASE/MEC), que organiza cada eixo diagnóstico em quatro dimensões: Problema → Causas → Descritores/Evidências → Consequências.

Essa estrutura é aplicada de forma sistemática aos 18 objetivos/eixos temáticos do documento, o que confere uniformidade e comparabilidade entre as diferentes seções.

**2. Potencialidades da Abordagem**

**2.1 Triangulação de Fontes**

O documento não se limita a uma única base de dados. A convergência de fontes nacionais (IBGE, INEP, MEC), estaduais (TCE-SC, SED/SC) e municipais (SEMED, dados internos) permite uma leitura mais robusta da realidade educacional, reduzindo o risco de conclusões baseadas em indicadores isolados. Essa triangulação é especialmente relevante em municípios de pequeno porte, onde dados desagregados são escassos.

### 2.2 Estrutura Causal Explícita

A Árvore de Problemas exige que cada problema seja desdobrado em causas e consequências, o que evita diagnósticos meramente descritivos. Ao longo do documento, observa-se esse esforço: a rotatividade docente, por exemplo, não é apenas constatada, mas explicada em suas relações com o regime de contratação (ACTs), a formação inicial e a ausência de mecanismos de retenção. Essa estrutura causal é fundamental para a formulação de metas e estratégias no PME.

### 2.3 Contextualização Local com Referência Nacional

O documento articula dados nacionais e estaduais com a realidade municipal, evitando dois extremos: o localismo sem parâmetro e a transposição acrítica de médias nacionais. Exemplo disso é a análise do ICA (Indicador Criança Alfabetizada), em que o desempenho de Rio dos Cedros (87%) é situado em relação à média estadual (63%) e à distribuição dos municípios catarinenses por faixas de desempenho.

### 2.4 Incorporação de Dimensões Transversais

A metodologia não se restringe às etapas tradicionais de ensino, abrangendo também dimensões como conectividade e cidadania digital, educação do campo, educação especial inclusiva, educação bilíngue de surdos, gestão democrática e valorização docente. Isso confere ao diagnóstico uma perspectiva sistêmica, alinhada à natureza multidimensional do direito à educação.

### 2.5 Transparência de Fontes e Datas de Coleta

Cada tabela, gráfico ou indicador é acompanhado de fonte, data de coleta e responsável, o que confere rastreabilidade e permite a atualização futura dos dados. Essa prática é essencial para a credibilidade técnica do documento e para o monitoramento das metas ao longo da vigência do PME.

## 3. Limitações e Fragilidades Metodológicas

### 3.1 Ausência de Dados Municipais Desagregados

O próprio documento reconhece, em diversas passagens, a inexistência de dados públicos municipais sobre indicadores cruciais, como a taxa efetiva de rotatividade docente, a qualidade da formação inicial, a trajetória acadêmica dos estudantes do ensino superior e a identificação de populações indígenas, quilombolas e do campo. Essa lacuna compromete a precisão de algumas análises causais, que passam a se basear em inferências a partir de dados estaduais ou nacionais.

### 3.2 Uso de Projeções e Dados Estimados

Em alguns eixos, o documento recorre a projeções (p. ex., IDEB 2025) ou a estimativas (p. ex., taxa de natalidade aproximada), sem explicitar a metodologia de cálculo ou os intervalos de confiança. Embora isso seja compreensível diante da indisponibilidade de dados consolidados, seria metodologicamente mais robusto indicar claramente o status do dado (medido, projetado ou estimado) e suas limitações.

### 3.3 Heterogeneidade na Profundidade das Análises

Nem todos os 18 eixos recebem o mesmo grau de aprofundamento. Alguns, como a Educação Infantil e a Alfabetização, são tratados com densidade analítica e articulação de múltiplas fontes; outros, como a Pós-Graduação Stricto Sensu e a Qualidade da Graduação, permanecem em um plano mais descritivo, com análise causal menos desenvolvida. Essa assimetria pode refletir a disponibilidade desigual de dados, mas também sugere a necessidade de maior uniformidade na aplicação da Árvore de Problemas.

### 3.4 Ausência de Dados Primários

O diagnóstico é integralmente baseado em dados secundários. Não há menção à realização de surveys(pesquisas de levantamentos), grupos focais, entrevistas com gestores, professores, estudantes ou famílias, ou observação direta das unidades escolares. Para um documento que se propõe a fundamentar um plano decenal, a

ausência de dados primários limita a captação de percepções, expectativas e dinâmicas cotidianas que não se traduzem em indicadores estatísticos.

### 3.5 Falta de Explicitação dos Critérios de Seleção de Indicadores

O documento não explicita os critérios pelos quais determinados indicadores foram selecionados em detrimento de outros, nem justifica a ausência de alguns indicadores tradicionalmente utilizados em diagnósticos educacionais (p. ex., taxas de analfabetismo funcional, índices de vulnerabilidade social, dados de financiamento por aluno).

### 3.6 Análise Causal por Vezes Inferencial

Em vários eixos, a análise causal opera por inferência a partir de correlações ou de literatura externa, sem o suporte de dados longitudinais ou de modelos estatísticos que permitam estabelecer relações causais mais robustas. O próprio documento reconhece essa limitação ao afirmar que "análises causais mais robustas exigiriam dados longitudinais de movimentação docente e avaliações padronizadas de desenvolvimento infantil".